



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 731

Quarta-feira - 04 de Maio de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	3
Caçador	3
Campo Alegre	19
Campos Novos	21
Canoinhas	21
Capinzal	23
Catanduvas	24
Chapadão do Lageado	26
Concórdia	26
Cordilheira Alta	40
Coronel Martins	40
Corupá	41
Curitibanos	42
Ermo	49
Forquilha	50
Fraiburgo	50
Garopaba	52
Garuva	54
Gaspar	54
Governador Celso Ramos	66
Herval do Oeste	66
Imbituba	68
Iomerê	69
Irineópolis	70
Itapoá	72
Joaçaba	72
Lages	75
Lauro Muller	78
Luzerna	78
Macieira	79
Massaranduba	80
Meleiro	85
Monte Carlo	90
Morro da Fumaça	91
Nova Trento	91
Passo de Torres	91
Paulo Lopes	92
Pinheiro Preto	93
Porto União	94
Rio do Sul	98
São Lourenço do Oeste	113
São Pedro de Alcântara	113
Schroeder	114
Timbó	118
Vidal Ramos	120
Videira	120

Consórcios

CIMVI	128
CONEXSUL	129

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 233/2011

PORTARIA N° 233/2011

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 20 dias, a CELIA SCHEIDT RODRIGUES, ocupante do Cargo temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a contar de 02 de Maio de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 06/12/2009 a 05/12/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Maio de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PL N° 066/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 066/2011; Modalidade: Tomada de Preços nº 008/2011; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de concreto usinado, para manutenção e reconstrução das vias públicas do Município de Antonio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes: dia 20/05/2011 até 08:45 (oito e quarenta e cinco) horas e abertura: no mesmo dia as 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Aviso de Licitação - PL Nº 078/2011
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 078/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 043/2011; Sistema: Registro de Preços; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: Aquisição parcelada de Material de Limpeza e Utensílios Domésticos para Secretaria de Administração e Finanças do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes: dia 17/05/2011 até 13:45 (treze e quarenta e cinco) horas e abertura: no mesmo dia as 14:00 (quatorze) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PE 053 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 053/2011- FMS

Objeto: aquisição de formula alimentar em pó infantil para processos judiciais, administrativos e para o programa DST/HIV/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 18/05/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 09/05/2011, às 14:00h do dia 18/05/2011.

Local para obtenção do edital: no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu, 03 de maio de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

Publicação de Licitação PE 057 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 057/2011- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO-ENDOSCOPIA DIGESTIVA PARA A UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 13/05/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br,

horário de Brasília - DF.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 03/05/2011, às 14:00h do dia 13/05/2011.

Local para obtenção do edital: no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu, 02 de maio de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

Publicação de Licitação PE 062 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 062/2011- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 18/05/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 05/05/2011, às 14:00h do dia 18/05/2011.

Local para obtenção do edital: no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu, 03 de maio de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

Publicação de Licitação PP 052 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2011- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE PARA USO DA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Data da abertura da documentação e propostas de preços: 13/05/2011 às 14h00min.

Local para obtenção do edital: Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu, 29 de abril de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal de Biguaçu

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

Publicação de Licitação PP 055 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/2011- FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALMOÇO (TIPO MARMITA) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E CENTRO E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS DE BIGUAÇU.

Data da abertura da documentação e propostas de preços: 13/05/2011 às 16h00min.

Local para obtenção do edital: Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu, 29 de abril de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal de Biguaçu

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde

Publicação de retificação aditivo 01 do contrato 107/2010

Publicação de retificação aditivo 01 do contrato 107/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNREBOM

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fica retificada devido a erros de digitação a publicação realizada no dia 08/02/2011 no DOM/SC nº 674 pag. 12, referente ao aditivo 01 do contrato 107/2010 conforme PP 01/2010 - Funrebom. Onde lê-se: Adservi Administradora de Serviços Ltda, leia-se: Adservi Serviços Ltda ME.

Braço do Trombudo**PREFEITURA MUNICIPAL****Pregão 30/2011**

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 30/2011

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 9:00 horas do dia 25.05.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Gêneros Alimentícios (não perecíveis, frutas, verduras e legumes, frios carnes e ovos) para manutenção das Escolas e Centros de Educação Infantil do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179 ou e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 02 de maio de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Pregão 31/2011

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 31/2011

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 14:00 horas do dia 25.05.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Material de Limpeza para manutenção das Escolas e Centros de Educação Infantil. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179 ou e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 02 de maio de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 4.824**

DECRETO nº 4.824, de 27 de abril de 2011.

Aprova "Loteamento Transrodace e Dallazen".

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Transrodace e Dallazen", situado no Bairro Santa Catarina, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Transrodace Transportes Rodoviários Ltda., Dalton Luiz Dallazen, Fábio Roberto Dallazen, Viviane Dallazen, Luiza Bernardina Ponzoni Dallazen (inventariante na pessoa de Dalton Luiz Dallazen) e Maria do Carmo Dallazen Veber (representado por procuração através de Fábio Roberto Dallazen), com área total de 43.848,00m² (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº 5.721, tudo em conformidade com o Mapa e o Memorial Descritivo em anexo, que ficam fazendo parte integrante do mesmo.

Art. 2º Ficam assim distribuídas as áreas do "Loteamento Transrodace e Dallazen":

I- 20.280,04m² (vinte mil, duzentos e oitenta metros e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 5.721 do R.I. desta Comarca destinada à formação de 43 lotes;

II- 9.762,18m² (nove mil, setecentos e sessenta e dois metros e dezoito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 5.721 do R.I. desta Comarca destinada à área de vias públicas;

III- 4.506,64m² (quatro mil, quinhentos e seis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 5.721, do R.I. desta Comarca, destinada a área verde;

IV- 970,00m² (novecentos e setenta metros quadrados), objeto da matrícula nº 5.721 do R.I. desta Comarca, destinada a área institucional 1;

V- 1.222,40m² (um mil, duzentos e vinte e dois metros e quarenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 5.721 do R.I. desta Comarca, destinada a área institucional 2;

VI- 5.461,50m² (cinco mil, quatrocentos e sessenta e um mil

metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 26.981 do R.I. desta Comarca, de área remanescente 1.
VII - 998,00m² (novecentos e noventa e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº 26.981 do R.I. desta Comarca, de área remanescente 2.

VIII - 647,24m² (seiscentos e quarenta e sete metros e vinte e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula 5.721 do R.I. desta Comarca, de Leonora Ferreira Tibes de Mello.

Art. 3º O registro do "Loteamento Transrodace e Dallazem", no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Os serviços de Infra Estrutura deverão ser efetuados num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses e são de total responsabilidade do loteador.

Art. 5º Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os lotes da quadra "D", de nºs 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42 e 43 do "Loteamento Transrodace e Dallazem", até que as obras de infra-estrutura sejam totalmente concluídas, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.589 de 17 de agosto de 2.010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de abril de 2011.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.404

PORTARIA Nº 20., de 25 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e mais o previsto nas Leis Municipais nº 114, de 28/08/07 e 202, de 23/02/11, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã PATRÍCIA BEAL DE CORDOVA CRUZ,, para exercer o cargo em comissão de Diretora Técnica da Fundação Municipal de Cultura - FMC, da Prefeitura Municipal, Referência CC-3, com carga horária de 35h semanais, a partir de 02 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de abril de 2011.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 20.405

PORTARIA Nº 20.405, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de

Caçador e mais o previsto na Lei Municipal nº 198, de 23/02/11, que Dispõe sobre a execução do Programa Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II, e dá outras providências,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal GLADIS MARISA FONTANA, ocupante do cargo de Continuo, para exercer o cargo em comissão de Diretora do CAPS II, da Prefeitura Municipal, Referência CC-3, com carga horária de 35h semanais, a partir de 02 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Contrato 08-2011 FUNDEMA

Contrato nº 08/11 - FUNDEMA - Reajuste e alteração ao contrato nº 05/2010 de contratação de empresa especializada em engenharia para execução das obras civis de ampliação e operação do aterro sanitário do município no valor de 11,499 % (onze inteiros e quatrocentos e noventa e nove centésimos por cento) no preço dos serviços contratados e alteração do contrato 05/2010 - O § 2º da Cláusula IV do Contrato Principal nº 05/2010 - FUNDEMA, datado de 19 de fevereiro de 2010, fica alterado para: "§ 2º. Durante os primeiros 12 (doze) meses, contados da data da formulação da proposta, os preços serão fixos e irrevogáveis. Após esse período os preços deverão ser reajustados de acordo a variação do IGP-M do período ou outro índice que venha a substituí-lo". Referente ao processo licitatório nº 02/2009 Concorrência nº 01/2009. Contratado: MEIOESTE AMBIENTAL LTDA. Valor: R\$ 77,94 sendo o preço unitário da tonelada.

Contrato 11-2011 SAÚDE

Contrato nº 11/11 - FMS - Contratação de empresa para apresentações teatrais por parte da contratada com tema DST/HIV/AIDS, nos dias 7, 8, e 9 de abril do espetáculo "labirinto das sensações". Referente ao processo licitatório nº 18/2011 IL nº 03/2011. Contratado: COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO. Valor: R\$ 21.730,00. Prazo: 07/05/2011.

Contrato 13-2011 SAÚDE

Contrato nº 13/11 - FMS - Contratação de emissora de rádio com alcance em toda extensão territorial do Município de Caçador. Referente ao processo licitatório nº 17/2011 PR nº 11/2011. Contratado: RÁDIO CAÇANJURE LTDA. Valor: R\$ 44.971,20. Prazo: 27/04/2012.

Contrato 14-2011 SAÚDE

Contrato nº 14/11 - FMS - Aquisição de bilhetes de passagens rodoviárias, destinadas ao transporte de pacientes que necessitam de tratamento médico hospitalar fora do município de Caçador. Referente ao processo licitatório nº 15/2011 PR nº 10/2011. Contratado: REUNIDAS TURISMO SA. Valor: R\$ 250.004,08. Prazo: 28/04/2012.

Contrato 57-2011 PREFEITURA

Contrato nº 57/2011 - Prorrogação do prazo ao contrato principal de contratação de empresa habilitada em regime de execução por empreitada global, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa habilitada para pavimentação de esquinas do município com blocos de concreto intertravados (paver) de 05 (cinco)

esquinas na Av. Santa Catarina. Referente ao processo licitatório nº 114/2010 TP nº 08/2010. Contratado: FGT CONSTRUTORA LTDA. Valor: R\$ 10.784,58. Prazo: 21/07/2011.

Contrato 59-2011 PREFEITURA

Contrato nº 59/2011 - Aquisição de cadeiras de rodas adaptáveis para alunos da rede municipal de ensino. Referente ao processo licitatório nº 35/2011 PR nº 20/2011. Contratado: LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 12.326,00. Prazo: 12 meses.

Contrato 60-2011 PREFEITURA

Contrato nº 60/2011 - Prorrogação do prazo para Contratação de empresa habilitada em regime de execução por empreitada global, do tipo menor preço global, para construção da mangueira e pista de arremate. Referente ao processo licitatório nº 47/2010 TP nº 03/2010. Contratado: ALAN MARCUS BLANC E CIA LTDA. Prazo: 05/10/2011.

Contrato 61-2011 PREFEITURA

Contrato nº 61/2011 - - locação de parte ideal de 01 (um) imóvel rural para funcionamento da usina de asfalto e britador, localizado na Rodovia SC 453, km 07, Matriculado sob nº 9212 no Cartório de Registro de Imóveis de Caçador, SC, sendo que a área do imóvel a ser locada compreende 12.100 m2. Referente ao processo licitatório nº 45/2011 DL nº 05/2011. Contratados/Locadores: SILVINO SCOLARO. Valor: R\$ 13.742,16. Prazo: 06/04/2012.

Contrato 62-2011 PREFEITURA

Contrato nº 62/2011 - - locação de parte ideal de 01 (um) imóvel rural para funcionamento da usina de asfalto e britador, localizado na Rodovia SC 453, km 07, Matriculado sob nº 15322 no Cartório de Registro de Imóveis de Caçador, SC, sendo que a área do imóvel a ser locada compreende 6.050,00 m2. Referente ao processo licitatório nº 44/2011 DL nº 04/2011. Contratados/Locadores: VICENTE BERTONI. Valor: R\$ 11.443,56. Prazo: 06/04/2012.

Ata 01-2011 FUNDEMA

Ata nº 01/2011 - FUNDEMA - Pregão Presencial nº 02/2011 - Registro de preços para aquisição de roçadeiras e acessórios destinados a manutenção das praças, jardins, trevos, rodovias, vias públicas e horto florestal municipal. Fornecedor: Caçador Comércio de Motores Ltda EPP. Caçador - SC- 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	200	Unidade	ÓLEO DE 2 TEMPOS PARA MOTOR A GASOLINA COM FRASCO DE 500 ML.	13,00	2.600,00
3	100	Unidade	CARRETEL COM FIO QUADRADO 3,0 MM AMARELO PARA ROÇADEIRA COSTAL MODELO FS 220.	45,00	4.500,00
6	02	Caixa	LUVA LÁTEX TAMANHO M COM 100 PARES DE LUVAS.	500,00	1.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 8.100,00

Ata 01-2011 HABITAÇÃO

Ata nº 01/2011 - HABITAÇÃO - Pregão Presencial nº 01/2011 - Registro de preços para aquisição de madeiras e materiais de construção destinados ao atendimento a famílias em situação de pobreza e risco iminente. Fornecedor: CLAUDIA CARVALHO ME.

Caçador- SC- 12 meses.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	450	M2	Lambriel de pinus 2ª	14,40	6.480,00
02	500	M2	Assoalho de pinus 2ª	14,80	7.400,00
03	700	M2	Forro de pinus 2ª	7,20	5.040,00
05	450	M2	Espelho pinheiro 2ª	5,40	2.430,00
06	1.400	M	Cantoneira pinus	0,70	980,00
12	50	UNID	Janela de ferro 1,20 x 1,00 c/ basculante	63,50	3.175,00
13	20	UNID	Janela basculante 60 x 40	18,00	360,00
15	35	UNID	Porta interna de pinus 0,60 x 2,10	34,00	1.190,00
16	20	UNID	Porta de pinus completa com 70 cm	88,00	1.760,00
30	350	UNID	Telhas 5 mm x 2.44	25,50	8.925,00
31	350	UNID	Telhas 5 mm x 1.83	17,50	6.125,00
32	200	UNID	Goivo de eternit 5 mm 30 graus	18,10	3.620,00
34	50	KG	Prego 19 x 39	5,50	275,00
35	50	KG	Prego 20 x 48	5,85	292,50
36	100	KG	Prego 18 x 30	5,23	523,00
37	150	KG	Prego 17 x 27	5,41	811,50
38	100	KG	Prego 16 x 24	6,06	606,00
39	100	KG	Prego 12 x 12	7,10	710,00
40	60	KG	Prego 13 x 15	7,30	438,00
55	200	M3	Madeira de pinus bruto diversas bitolas	370,00	74.000,00
56	35	UNID	Porta interna popular de pinus 0,70 x 2,10	34,00	1.190,00
TOTAL GERAL					R\$ 126.331,00

Ata 02-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

Ata nº 02/2011 - FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011 - Registro de preços para aquisição de cestas básicas e gêneros alimentícios destinados aos programas do Fundo Municipal de Assistência Social. Fornecedor: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. Caçador - SC- 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
03	4.000	Unidade	Sanduíche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01 fatia de queijo)	1,44	5.760,00

04	1.200	Cesta	Cesta Básica, contendo os seguintes itens: 02 kg de açúcar refinado; 02 kg de arroz parboerizado tipo 01; 01 kg de feijão preto tipo 1; 01 Kg de farinha de milho tipo fubá; 01 Kg de sal refinado; 01 Kg de massa sêmola c/ ovos tipo talharim; 01 lata de óleo de soja 900 ml; 400 gramas de leite em pó integral; 01 un. de creme dental com 90 gramas; 01 um. Sabonete com 90 gramas; 01 barra de sabão em pedaço de 400 gramas; 01 pacote de Café embalado a vácuo com 250 gramas; 01 pacote de Bolacha doce sortida com 800 gramas.	33,21	39.852,00
TOTAL GERAL					R\$ 45.612,00

Ata 02-2011 FUNDEMA

Ata nº 02/2011 - FUNDEMA - Pregão Presencial nº 02/2011 - Registro de preços para aquisição de roçadeiras e acessórios destinados a manutenção das praças, jardins, trevos, rodovias, vias públicas e horto florestal municipal. Fornecedor: PRISCO AGRO-NEGOCIOS LTDA ME. São Joaquim - SC- 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	05	Unidade	ROÇADEIRA COSTAL, CILINDRADA 35,2 CM3; 7,7 KG; 1,85 METROS DE COMPRIMENTO E CONTEÚDO NO DEPÓSITO DE 0,58 LTS.	880,00	4.400,00
4	15	Unidade	ROLO DE FIO QUADRADO 3,0 MM COM 300 METROS, PARA CARRETEL DA ROÇADEIRA COSTAL.	120,00	1.800,00
5	20	Unidade	FACA PARA ROÇADEIRA COSTAL MODELO 220.	27,30	546,00
7	01	Unidade	SOPRADOR COMPLETO COM TUBO DE SOPRO E KIT DE ASPIRAÇÃO. CILINDRADA 27,2 CM3 À 28 CM3; 4,35 KG À 4,5 KG E 810 M3/H DE VOLUME DE AR.	780,00	780,00
8	10	Unidade	CINTO PARA ROÇADEIRA.	33,80	338,00
TOTAL GERAL					R\$ 7.864,00

Ata 02-2011 HABITAÇÃO

Ata nº 02/2011 - HABITAÇÃO - Pregão Presencial nº 01/2011 - Registro de preços para aquisição de madeiras e materiais de construção destinados ao atendimento a famílias em situação de pobreza e risco iminente. Fornecedor: CAMPOS COMERCIO DE

MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Caçador-SC- 12 meses.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
04	1.500	M2	Matajunta 2ª	0,45	675,00
TOTAL GERAL				R\$	675,00

Ata 03-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

Ata nº 03/2011 - FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011 - Registro de preços para aquisição de cestas básicas e gêneros alimentícios destinados aos programas do Fundo Municipal de Assistência Social. Fornecedor: PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA - FILIAL 09. Caçador - SC- 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	3.000	Kg	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	5,65	16.950,00
02	1.000	Kg	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	19,08	19.080,00
TOTAL GERAL					R\$ 36.030,00

Ata 10-2011 SAÚDE

Ata nº 10/2011 - FMS - Acréscimo em até 25% nas quantidades constantes na Ata Principal de registro dos preços para aquisição de material de expediente, material de limpeza, café, açúcar, óleo e chá destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Fornecedor: PAPELARIA PARAISO LTDA. Caçador, SC.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UN
1	15	caixa	Alfinete para mural com cabeça em plástico colorido, caixa com 100 unidades	2,90
4	60	unidade	Pasta AZ lombo largo	3,60
9	15	unidade	Caixa de correspondência, dupla, em acrílico fumê ou transparente	20,00
18	20	unidade	Caneta para transparência - retro-projetor, cores diversas	1,75
20	100	folhas	Cartolinas tamanho padrão cores claras	0,28
21	200	Caixa	Clips niquilado nº 2/0, caixa com 500 gr	4,99
22	200	Caixa	Clips niquilado nº 8/0, caixa com 500 gr	4,99
26	15	Caixa	Etiquetas em formulário contínuo, 1 carreira, tamanho 89 x 23 mm, caixa com 6.000 unidades	30,00
27	15	Caixa	Etiquetas para impressão, 20 unidades por folha, 2 colunas por folhas, caixa com 100 folhas	20,00
28	10	Caixa	Etiquetas para impressão, 80 unidades por folha, 4 colunas por folha, caixa com 100 folhas	20,00
30	10	unidade	Grampeador grande de mesa 9/10	49,00
32	400	Caixa	Grampo para grampeador 26/6, caixa com 5.000, prata	1,85
33	50	Caixa	Grampo para grampeador 9/10, caixa com 5.000, prata	7,25
35	300	Unidade	CD com capa CDR	1,50
37	20	rolo	Papel contact Colorido (não estampado) rolo com 10 mts	21,00
38	15	rolo	Papel contact estampado, rolo com 25 mts	120,00

39	15	rolo	Papel contact transparente, rolo com 25 metros	32,00
43	200	unidade	Pasta de polipropileno transparente 2 cm	1,25
44	200	unidade	Pasta de polipropileno transparente 4 cm	1,50
45	50	unidade	Pasta Sanfonada Oficio, com 12 divisórias, em polipropileno transparente	9,75
47	400	Pacote	Pilha média alcalina, pacote com 2 unidades, tamanho C	7,03
49	100	unidade	Pincel atômico azul	1,00
50	100	unidade	Pincel atômico preto	1,00
51	100	unidade	Pincel atômico verde	1,00
52	100	unidade	Pincel atômico vermelho	1,00
53	100	unidade	Pilha grande	1,35
58	80	unidade	Tesoura 21 cm, grande, em aço inoxidável, para cortar tecido	16,20
59	20	caixa	Transparência para impressão jato de tinta, caixa com 50 folhas	30,00
60	20	caixa	Transparência para retroprojeto, para uso com caneta - caixa com 50 unidades	26,00
65	10	Unidade	Tinta para carimbo vermelha	3,40
66	20	Unidade	Almofada para carimbo nº 03 vermelho	3,90
VALOR R\$ TOTAL DO ACRESCIMO				3.805,87

Ata 11-2011 SAÚDE

Ata nº 11/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 – Registro de preços para aquisição de material de laboratório e reagentes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: CENTERLABSC COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA ME – Florianópolis - SC. Prazo: 12 meses. LOTE 1 – REAGENTES BIOQUÍMICA

Item	Produto	Especificação	Quant. Testes	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	Ácido úrico	Kit enzimático (reagente pronto) para dosagem em soro e urina para automação A25 - Ácido úrico	4.150	0,069	286,35
2	Albumina	Kit para dosagem em soro e urina para automação A25	830	0,275	228,25
3	Alfa-Amilase	Kit direto UV para automação A25	1.000	0,72	720,00
4	Alfa-1-glicoproteína-ácida	Kit direto turbidimetria com padrão para automação A25	400	4,066	1.626,40
5	ALT/TGP	Kit cinético UV para automação A25	6.640	0,124	823,36
6	AST/TGO	Kit cinético UV para automação A25	6.640	0,124	823,36
7	Bilirrubinas	Kit direto (reagente pronto para bilirrubina direta e bilirrubina total) para automação A25	4.000	0,125	500,00

8	Cálcio	Kit monoreagente colorimétrico direto para determinação de cálcio sérico, cálcio urinário e cálcio iônico (por cálculo com proteínas totais e albumina) para automação A25	990	0,101	99,99
9	Colesterol Total	Kit enzimático direto (reagente pronto) para automação A25	33.300	0,057	1.898,10
10	Creatinina	Kit cinético para automação A25	12.800	0,039	499,20
11	Creatinoquinase	Kit direto cinético UV NAC para automação A25	1.120	0,525	588,00
12	Desidrogenase láctica	Kit cinético UV para automação A25	960	0,165	158,40
13	Ferro	Kit direto reagente pronto para uso para automação A25	990	0,128	126,72
14	Fosfatase alcalina	Kit cinético para automação A25	320	0,081	25,92
15	Fósforo UV	Kit UV reagente pronto para automação A25	160	0,296	47,36
16	Gama-glutamyl-transferase	Kit cinético para automação A25	1920	0,278	533,76
17	Glicose	Kit Enzimático Direto (reagente pronto) para automação A25	33.300	0,16	532,80
18	HDL Direto	Kit direto com padrão para aparelho de automação A25	10.000	0,131	1.310,00
19	Magnésio	Kit direto (reagente pronto) para aparelho de automação A25	160	0,05	8,00
20	Proteínas Totais	Kit soro para automação A25	830	0,027	22,41
21	Triglicerídeos	Kit enzimático (reagente pronto) para automação A25	23.240	0,134	3.114,16
22	Uréia UV	Kit enzimático UV para automação A25	9.960	0,128	1.274,88
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	15.247,42

LOTE 3 - REAGENTES IMUNOHEMATOLOGIA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
32	Anti-A	Frasco 10 mL	06	10,9117	65,47
33	Anti-B	Frasco 10 mL	09	10,9104	98,19
34	Anti-D	Frasco 10 mL	18	25,6716	462,09
35	Anti-IgG	Para teste de aglutinação direta e indireta 10mL	01	19,2537	19,25
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	645,00

LOTE 5 - VDRL

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
44	VDRL	Kit direto 675 testes, com controle (+) e (-)	14	57,8571	810,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	810,00

LOTE 7 - REAGENTES HEMATOLOGIA COAGULAÇÃO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
46	Tempo de ativação da protrombina - TAP	Kit 100 testes, com valores de ACP, R e RNI em tabela	08 un.	51,1521	409,22
47	Tempo de tromboplastina parcial ativada- TTPA	Kit 150 testes	03 un.	48,5945	145,78
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	555,00

LOTE 8 - CORANTES E DESCORANTES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
48	Álcool-acetona	Frasco de 500 mL	12 un.	8,4592	101,51
49	Álcool-ácido para pesquisa de BAAR	Frasco de 500 mL	04 un.	13,8123	55,25
50	Azul de cresil brilhante	Frasco com 100 mL pronto para uso, para contagem de reticulócitos	01 un.	18,7793	18,78
51	Azul de metileno para pesquisa de BAAR	Frasco de 500 mL	04 un.	12,0857	48,34
52	Fucsina para Gram	Frasco de 500 mL	14 un.	6,0429	84,60
53	Fucsina Ziehl-Neelsen	Frasco de 500 mL	04 un.	15,5388	62,16
54	Giemsa corante para Hematologia	Frasco de 500 mL	20 un.	20,7184	414,37
55	Lugol forte 2%	Frasco 500mL, para uso no exame parasitológico de fezes	01 un.	18,9918	18,99
56	Lugol fraco 1%	Frasco 500mL	05 un.	7,5171	37,59
57	May-Grünwald corante Hematologia	Frasco 500 mL	12 un.	13,8123	165,75
58	Violeta Genciana para Gram	Frasco de 500 mL	10 un.	12,0857	120,86
59	Corante rápido hematologia	Kit corante panótico para coloração diferencial de elementos figurados do sangue 3 X 500mL	02 un.	25,898	51,80
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	1.180,00

LOTE 10 - PIPETAS, MICROPIPETAS E PIPETADORES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
62	Micropipeta	10 µL, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiros	01	75,9079	75,91
63	Micropipeta	50 µL, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiros	04	75,9079	303,63
64	Micropipeta	100 µL, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiros	04	75,9079	303,63
65	Micropipeta	Volume variável de 100µL a 1.000µL, controle do volume por botão de ajuste, parte inferior com ponta de metal e ejetor de ponteiros	02	188,4143	376,83
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	1.060,00

LOTE 12 - VIDRARIAS E TUBOS

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
69	Lâminas microscopia	Caixa com 50 un., lado fosco	18	1,8344	33,02
70	Lâminulas	Cx. com 100 un., tamanho 20 X 20	12	1,0281	12,34
71	Tampas	Brancas, compatíveis com tubos acrílicos tamanho 12,5 X 75	8.000	0,0222	177,60
72	Tubos	Vidro 12,5 X 75	1.500	0,0579	86,85
73	Tubos	Acrílico 12,5 X 75	8.000	0,0348	278,40
74	Tubos	6,0mL com gel separador a vácuo	300	0,446	133,80
75	Tubos	8,5mL com gel separador a vácuo	300	0,5358	160,74
76	Tubos com anticoagulante citrato	Caixa com 100 unidades 13 X 75 mL (para 5 mL) a vácuo	10 cx.	33,3047	333,05
77	Tubos com EDTA	Caixa com 100 unidades 13 X 75 mL (5 mL) a vácuo	10 cx.	30,4086	304,09
78	Tubos Ependorf	1,5mL, pacote com 1.000 un.	25 pcts.	15,2043	380,11
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	1.900,00

LOTE 15

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
81	Tubos cônicos urina	Tubos reforçados, volume de 10mL, graduado	300 un.	2,6667	800,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	800,00

LOTE 17 – MATERIAIS PARA EXAME PARASITOLÓGICO DE FEZES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
83	Peneira para fezes	Pacote com 100 un., para realização de parasitológico de fezes pelo Método de Hoffmann	02	40,3977	80,80
84	Cálice para Fezestente	Para sedimentação de fezes, plástico resistente	200	1,571	314,20
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	395,00

LOTE 18

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
85	Coletor para exame de fezes	Com conservante, para realização de método direto com o próprio coletor através de sistema conta-gotas	2.500	2,24	5.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	5.600,00

LOTE 20

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
87	Coluna para deionizador	Regenerada	03	60,00	180,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	180,00

LOTE 23

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
91	Hipoclorito	1% para desinfecção de materiais e superfícies, 1.000mL	100 un.	2,20	220,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	220,00

LOTE 24

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
92	Ácido sulfossalicílico	Frasco 100 mg	01 un.	26,40	26,40
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	26,40

LOTE 25

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
93	Reativo de Meyer	Para pesquisa de sangue oculto 100ml	02 un.	9,00	18,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	18,00

LOTE 28

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
96	Fitas Urina	Frasco com 100 tiras com área de densidade	50 un.	14,98	749,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	749,00

LOTE 31

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
99	Banho-maria	Banho-maria sorológico, para incubação de amostras de aproximadamente 50 tubos ; dimensões aproximadas (L) 350 mm. X (P) 350 mm. X Altura (H) 150 mm.; Material resistente ao calor e à oxidação; resistência blindada; termostato; display com apresentação de temperatura; faixa mínima de ajuste de temperatura de 30° C; Chave liga/desliga com indicador luminoso.	02	555,00	1.110,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	1.110,00

LOTE 32

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
100	Coagulômetro	Dimensões aproximadas: Largura (L) 370 mm. X Profundidade (P) 300 mm X Altura (H) 150 mm; Monocanal e microprocessado; Capacidade para determinação das rotinas de coagulação (TP; TTPA; TT; e Fibrinogênio); Resultados de TAP fornecidos em segundos, percentual de atividade (%), RNI e R; Acompanhar como acessórios 500 cubetas para amostras; Capacidade mínima de 50 análises horas; cronômetro para controle do tempo de incubação; sistema aberto para diversas marcas de reagentes; presença de display para apresentação de parâmetros; impressora interna; possibilidade de interface para computador; alimentação elétrica 220 V.	01	5.990,00	5.990,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	5.990,00

Ata 12-2011 SAÚDE

Ata nº 12/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 – Registro de preços para aquisição de material de laboratório e reagentes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA – Brasília - DF. Prazo: 12 meses.

LOTE 2 – PEÇAS E REAGENTES PARA A25

Item	Produto	Especificação	Quant.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
23	Probe	Agulha para aparelho de automação A25	02 un.	922,01315	1.844,06

24	Calibrador	Caixa com 5 frascos liofilizados de 5 mL cada para aparelho A25	06 un.	137,6549	825,93
25	Frascos para reagentes 50mL	Com tampa para reagentes compatível com aparelho automatizado de bioquímica A25	10 un.	38,057	380,57
26	Lâmpada A25	Compatível com aparelho de bioquímica A25	02 un.	125,3999	250,80
27	Rotor	Pacote com 10 unidades – rotor B para aparelho A25	02 un.	126,3024	252,60
28	Solução de Limpeza	Frasco 1.000mL para aparelho automação A25	01 un.	67,659	67,66
29	Sistema	Frasco 1.000mL líquido do aparelho automação A25	01 un.	48,9155	48,92
30	Tampa	Para frasco para esgoto aparelho A25	01 un.	281,5893	281,59
31	Tampa	Para frasco para líquido do sistema A25	01 un.	262,9693	262,97
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	4.215,10

Ata 13-2011 SAÚDE

Ata nº 13/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 – Registro de preços para aquisição de material de laboratório e reagentes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA ME – Joinville - SC. Prazo: 12 meses.

LOTE 4 - REAGENTES IMUNOLOGIA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
36	Anti-streptolisina "O" em látex	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	12 un.	59,858	718,21
37	BHCG	Tiras imunocromatografia para teste de gravidez em soro e urina (unidade)	1.320 un.	0,3902	515,06
38	Fator Reumatóide em látex	Kit 25 testes, com controle (+) e (-)	14 un.	29,9715	419,60
39	HIV	Kit 100 testes, teste rápido por imunocromatografia	02	264,5564	529,11
40	Monoteste	Kit aglutinação direto com controle (+) e (-), sem necessidade de inativação do soro	01	44,5671	44,57
41	Mucoproteínas	Kit 50 testes	07	26,8059	187,64
42	PCR	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	18	43,973	791,51

43	Waler Rose	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	03	58,0987	174,30
TOTAL DO LOTE				VALOR R\$	3.380,00

LOTE 6

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
45	Células L.E. (Pesquisa)	Kit látex 50 testes com controle (+) e (-)	01	96,45	96,45
TOTAL DO LOTE				VALOR R\$	96,45

LOTE 22

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
90	Detergente não iônico	Frasco 1.000 mL para lavagem de materiais de laboratório	30 un.	28,20	846,00
TOTAL DO LOTE				VALOR R\$	846,00

LOTE 26

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
94	Pesquisa de Sangue Oculto	Fitas de identificação por Imunocromatografia, unidade	300 un.	2,90	870,00
TOTAL DO LOTE				VALOR R\$	870,00

LOTE 29

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
97	Dextrose	Frasco 600 mg com sabor	24 un.	7,78	186,72
TOTAL DO LOTE				VALOR R\$	186,72

Ata 14-2011 SAÚDE

Ata nº 14/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 – Registro de preços para aquisição de material de laboratório e reagentes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA – Florianópolis - SC. Prazo: 12 meses.

LOTE 9 - ANTICOAGULANTES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
60	Anticoagulante EDTA	5 % frasco 20 mL	40 un.	3,3638	134,55



61	Anticoagulante Fluoreto	Frasco 20 mL	04 un.	3,3636	13,45
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	148,00

LOTE 13

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
79	Placa reação VDRL	12 escavações	04 un.	15,00	60,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	60,00

LOTE 14

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
80	Tubos de Ensaio	Vidro, 15,0 X 100 (reforçado)	200 un.	0,60	120,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	120,00

LOTE 30

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
98	Solução Padrão Sódio/Potássio Lítio	100 mL, compatível com fotômetro de chama Tecnow, solução única para padrão de sódio, potássio e lítio	03	55,00	165,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	165,00

LOTE 33

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
101	Termômetro	Para controle de temperatura de banho-maria	04	22,50	90,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	90,00

LOTE 34

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
102	Cronômetro	Display digital com os contadores divididos em horas, minutos e segundos; possuir as funções de iniciar contagem, parar contagem e zerar contagem; ser a prova d'água.	04	23,75	95,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	95,00

Ata 15-2011 SAÚDE

Ata nº 15/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 – Registro de preços para aquisição de material de laboratório e reagentes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA – Florianópolis - SC. Prazo: 12 meses.

LOTE 11 – PIPETADORES E PIPETAS PARTEUR

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
66	Pipetador	Moldado em plástico resistente para acoplamento em pipetas sorológicas de vidro ou plástico, com roldana móvel para aspiração e válvula de pressão para dispensação parcial ou total do volume para aspirar até 10ML	04	10,9756	43,90
67	Pipetador manual	3 válvulas de esferas para acoplamento em pipetas de vidro a partir de 1,5mL	02	6,4024	12,80
68	Pipetas Pasteur	Material polietileno, capacidade total de 3mL com graduação	1.000	0,0183	18,30
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	75,00

LOTE 16

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
82	Coletores de Urina	Frasco com 80 mL, plástico, com tampa e rosca	8.000	0,21	1.680,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	1.680,00

LOTE 21

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
88	Lápis dermográfico Azul	Para marcar lâmina pesquisa BAAR	04	2,125	8,50
89	Lápis dermográfico Preto	Para marcar lâminas	04	2,125	8,50
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	17,00

LOTE 27

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
95	MIF (conservante para fezes)	Frasco de 1 litro	16 un.	11,875	190,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	190,00

LOTE 37

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
107	Teste multi-drogas	Para detecção de no mínimo 5 drogas, incluindo THC, COC e AMP	1.000 un.	13,00	13.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	13.000,00

Ata 16-2011 SAÚDE

Ata nº 16/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 – Registro de preços para aquisição de material de laboratório e reagentes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTDA – Porto Alegre - RS. Prazo: 12 meses.

LOTE 19

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ TOTAL
86	Papel Filtro	Para realização de dosagem de mucoproteínas, cx. com 100 un.	16 un.	17,49	279,84
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 279,84

LOTE 35

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ TOTAL
103	Bandagem	Curativo pós-coleta, caixa com 500 un.	32	8,25	264,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 264,00

Ata 17-2011 SAÚDE

Ata nº 17/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 – Registro de preços para aquisição de material de laboratório e reagentes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITAL-RES LTDA – São José dos Pinhais - PR. Prazo: 12 meses.

LOTE 36 – REAGENTES E SANGUE CONTROLE para APARELHO DE HEMATOLOGIA KX21-N

Item	Produto	Especificação	Quantidade	R\$ Unit	R\$ TOTAL
104	Cell Pack	Reagente para diluição e limpeza do aparelho de hematologia KX21 – N	18	462,22	8.319,96
105	Stroma-lyser	Reagente para análise de leucócitos, lisante de hemácias e para determinação da hemoglobina para aparelho de hematologia KX21-N	36	404,4178	14.559,04
106	Sangue Controle	Para controle de qualidade interno diário do aparelho de hematologia	03	373,6681	1.121,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 24.000,00

Ata 18-2011 SAÚDE

Ata nº 18/2011 - FMS – Acréscimo em até 25% nas quantidades constantes na Ata Principal de registro de preços para aquisição de material médico hospitalar. Fornecedor: ESPECIALISTA - PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA. Brasília, DF.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	MEDICAMENTO	R\$ UNID
137	12.500	Unidades	Lanceta para coleta de sangue trifacetada, siliconizada, tampa protetora, e lancetador com 3 opções de grau de profundidade da punção, mecanismo bloqueador, que evita reutilização, descarte seguro da lanceta sem contato com usuário e profissional.	0,30
VALOR TOTAL				3.750,00

Ata 19-2011 SAÚDE

Ata nº 19/2011 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011 - Registro de preços para aquisição de materiais impressos destinados as campanhas do Fundo Municipal de Saúde. Fornecedor: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA EPP - Joaçaba - SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
05	10000	UNIDADE	Blocos de requisição interna, com 100 folhas, 01 via, picotado.	0,819	8.190,00
08	10000	UNIDADE	Boletim de atendimento odontológico com códigos, folhas A4.	0,037	370,00
09	5000	UNIDADE	Cartão de saúde - laboratório, papel cartolina branco.	0,032	160,00
12	3000	UNIDADE	Cartão controle do HIPERDIA (frente e verso)	0,058	174,00
14	5000	UNIDADE	Ficha de laudo médico - TFD para dentro do estado, folhas A4.	0,032	160,00
15	3000	UNIDADE	Formulário consumo alimentar SISVAN 02, folhas A4.	0,048	144,00
20	1500	UNIDADE	Bloco de atestado médico, com 100 folhas, 01 via, numerado.	0,97	1.455,00
21	5000	UNIDADE	Ficha de triagem social - Identificação, folhas A4.	0,039	195,00
24	5000	UNIDADE	Ficha de vigilância Entomológica - Controle da Dengue - PNCD, folhas A4, deitada.	0,03	150,00
26	20000	UNIDADE	Cartão de agendamento de retorno, papel cartão, numerado.	0,026	520,00
27	5000	UNIDADE	Ficha de boletim de atendimento odontológico - Ortodontia com códigos, folhas A4.	0,03	150,00
31	1500	UNIDADE	Bloco de atestado médico da gestante, 01 via, com 50 folhas.	0,719	1.078,50
32	10000	UNIDADE	Cartão de agendamento de retorno odontológico, frente e verso, papel cartolina.	0,024	240,00
33	5000	UNIDADE	Ficha de pedido de TFD - Tratamento Fora Domicílio, folhas A4, frente e verso.	0,044	220,00
36	2500	UNIDADE	Cartão da Gestante, papel cartão colorido.	0,261	652,50

39	5000	UNIDADE	Ficha D - SIAB	0,047	235,00
40	1000	UNIDADE	Ficha SSA2 - SIAB	0,08	80,00
41	1000	UNIDADE	Ficha de PMA2 - SIAB	0,07	70,00
42	1200	UNIDADE	Ficha de SSA2 - ACS - SIAB	0,082	98,40
44	2000	UNIDADE	Cartão do Programa Leite é Saúde, papel cartolina.	0,079	158,00
47	1500	UNIDADE	Cartão de agendamento TFD, papel cartolina.	0,099	148,50
48	5000	UNIDADE	Ficha de boletim diário de atendimento do Programa de Saúde Mental, folhas A4, deitada.	0,03	150,00
49	5000	UNIDADE	Ficha de boletim de gasto - ortopedia - HM - Mat/Méd, folhas ofício.	0,03	150,00
52	5000	UNIDADE	Fichas de registro diário do serviço antivetorial - Dengue - PNCD, folhas A4, deitada, frente e verso.	0,049	245,00
55	5000	UNIDADE	Fichas de controle de horas de funcionários, folhas ofício.	0,03	150,00
56	5000	UNIDADE	Fichas de controle de horas extras, folhas A4.	0,033	165,00
59	5000	UNIDADE	Fichas B - Diabéticos - SIAB, folhas A4, deitada, frente e verso.	0,049	245,00
60	5000	UNIDADE	Fichas B - Gestantes - SIAB, folhas A4, deitada, frente e verso.	0,049	245,00
61	500	UNIDADE	Fichas de condensado mensal dos indicadores - EACS/ESF, folhas A4.	0,136	68,00
63	10000	UNIDADE	Ficha de acompanhamento do hipertenso e/ou diabético, folhas A4, deitada.	0,03	300,00
64	5000	UNIDADE	Ficha de internação - SIAB, folhas A4, deitada, frente e verso.	0,033	165,00
65	5000	UNIDADE	Ficha D PACS, folhas A4, frente e verso.	0,049	245,00
66	5000	UNIDADE	Fichas consulta médica em atenção especializada - Ortopedia, folhas A4, deitada.	0,033	165,00
68	1500	UNIDADE	Declaração de consulta Pronto Atendimento, folhas A4 - 02 em cada folha.	0,065	97,50
69	500	UNIDADE	Blocos de atestado de saúde medicina do trabalho.	0,978	489,00
74	5000	UNIDADE	Pasta da Prefeitura Municipal, papel cartão.	0,38	1.900,00
75	2000	UNIDADE	Ficha de consultas odontológica - condensado/mês, folhas A4.	0,05	100,00
77	200000	UNIDADE	Saco de papel para farmácia - gramatura 1 kg	0,098	19.600,00
78	200000	UNIDADE	Saco de papel para farmácia - gramatura 2 kg	0,098	19.600,00
91	5000	UNIDADE	Ficha de Cadastramento de Gestantes	0,029	145,00
100	5000	UNIDADE	Pacote de papel monolúcido - 25/18	39,50	197.500,00
TOTAL GERAL				R\$	256.373,40

Ata 20-2011 SAÚDE

Ata nº 20/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011 – Registro de preços para aquisição de materiais impressos destinados as campanhas do Fundo Municipal de Saúde. Fornecedor: GRÁFICA E EDITORA ADOUMI LTDA ME – Mafra - SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
04	30000	UNIDADE	Ficha A – SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica – frente e verso, folhas A4.	0,03	900,00
10	1000	UNIDADE	Bloco de requisição dep. De compras, 02 vias, com 50 folhas, sendo que 01 via papel sulfite e 01 via em papel jornal, numerado.	1,50	1.500,00
11	3000	UNIDADE	Fichas de APAC – BPAI, folhas A4.	0,047	141,00
16	2000	UNIDADE	Formulário consumo alimentar SISVAN 03, folhas A4.	0,047	94,00
17	50000	UNIDADE	Ficha de produção diária, atendimento médico, folhas A4, deitada.	0,0299	1.495,00
22	30000	UNIDADE	Ficha produção diária dos ACS, folhas A4.	0,0319	957,00
25	5000	UNIDADE	Ficha de encaminhamento, papel cartolina.	0,04	200,00
28	5000	UNIDADE	Ficha boletim de atendimento odontológico – Endodontia com Códigos, folhas A4	0,03	150,00
34	10000	UNIDADE	Ficha clínica odontograma, folhas A4, frente e verso.	0,04	400,00
35	10000	UNIDADE	Ficha de mapa de acompanhamento nutricional, folhas A4, deitada.	0,035	350,00
43	10000	UNIDADE	Cartão de Retorno do Ambulatório de Ortopedia, papel cartolina.	0,03	300,00
46	250	UNIDADE	Blocos de requisição de exames sorologia para HIV, com 100 folhas.	1,59	397,50
50	1000	UNIDADE	Blocos para protocolo de coleta e retirada de exames, com 50 folhas cada, frente e verso.	0,726	726,00
51	1000	UNIDADE	Ficha de requisição de medicamentos – Pronto Atendimento, folhas A4.	0,07	70,00
58	15000	UNIDADE	Fichas de alterações EACS/ESF – SIAB, folhas A4.	0,029	435,00
62	5000	UNIDADE	Fichas B – Hipertenso – SIAB, folhas A4, deitada, frente e verso.	0,048	240,00
67	5000	UNIDADE	Ficha de registro do usuário, folhas ofício, frente e verso.	0,046	230,00
79	2000	UNIDADE	Blocos de comunicação interna, com 100 folhas cada.	1,36	2.720,00
82	500	UNIDADE	Laudos médicos para TFD para fora do Estado, conforme modelo.	0,15	75,00
96	1000	UNIDADE	Fichas Clínica – CAPS AD frente e verso	0,08	80,00
97	1000	UNIDADE	Fichas de assinaturas para APAC	0,073	73,00
98	1000	UNIDADE	Entrevista Social	0,08	80,00

99	2000	UNIDADE	Carteirinhas CAPS AD – controle de pacientes	0,07	140,00
101	2000	UNIDADE	Ficha de registro do usuário	0,059	118,00
103	5000	UNIDADE	Entrevistas Odontológicas	0,044	220,00
104	3000	UNIDADE	Ficha de Cadastro Social	0,05	150,00
TOTAL GERAL				R\$ 12.241,50	

Ata 21-2011 SAÚDE

Ata nº 21/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011 – Registro de preços para aquisição de materiais impressos destinados as campanhas do Fundo Municipal de Saúde. Fornecedor: JACKSON HUGO PEREIRA ME – Caçador- SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
29	5000	UNIDADE	Ficha de boletim odontológico – buco-maxilo c/ códigos, folhas A4.	0,029	145,00
30	5000	UNIDADE	Ficha de boletim odontológico – Periodontia com códigos, folhas A4.	0,029	145,00
37	5000	UNIDADE	Bloco de requisição de exame citopatológico – colo do útero, frente e verso, com 100 folhas, tamanho ofício em sulfite 90g – impresso em 01 cor.	2,24	11.200,00
54	5000	UNIDADE	Fichas de ACS – área e micro área, folhas A4 – 06 em cada.	0,03	150,00
57	5000	UNIDADE	Controle de saída e chegada das ambulâncias, folhas A4.	0,03	150,00
71	10000	UNIDADE	Envelopes pequeno, logomarca Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde.	0,157	1.570,00
83	5000	UNIDADE	Ficha de controle de veículos/ km rodados na cidade e em viagens I, folha A4, deitada.	0,039	195,00
84	5000	UNIDADE	Ficha de controle de veículos/ km rodados na cidade e em viagens II, folhas A4, deitada.	0,039	195,00
85	3000	UNIDADE	Relatório de viagem – URGÊNCIA, folha A4, deitada.	0,04	120,00
86	1000	UNIDADE	Prontuário Social	0,07	70,00
87	1000	UNIDADE	Boletim de Atendimento diário –Serviço Social	0,07	70,00
88	1000	UNIDADE	Boletim Atividades Fonoaudiológica	0,07	70,00
89	1000	UNIDADE	Boletim Atividades de Fonoaudiologia (procedimento em atenção especializada)	0,08	80,00
90	5000	UNIDADE	Ficha de registro diário dos atendimentos gestantes	0,036	180,00
92	1000	UNIDADE	Envlope ofício papel pardo	0,11	110,00
93	1500	UNIDADE	Blocos de receituário controlado azul “B” numerado com 50 folhas.	0,76	1.140,00
94	1500	UNIDADE	Bloco de receituário controlado azul “B2” numeradas com 50 folhas	0,76	1.140,00
95	200	UNIDADE	Blocos de Pedidos- 2 vias numerado	2,08	416,00

105	10000	UNIDADE	Cartão (tipo cartão postal. Especificação do produto: Formato 09x15cm (tamanho): Impresso em papel cartão supremo; Impressão em 04 x 04 cores (frente e verso); Acabamento em fotolito total, verniz (frente)	0,056	560,00
VALOR TOTAL				R\$ 17.706,00	

Ata 22-2011 SAÚDE

Ata nº 22/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011 – Registro de preços para aquisição de materiais impressos destinados as campanhas do Fundo Municipal de Saúde. Fornecedor: VIDE-GRAP ARTES GRÁFICAS LTDA – Videira- SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
01	10000	UNIDADE	Ficha cadastral SISVAN, folhas A4.	0,037	370,00
02	50000	UNIDADE	Cartão do beneficiário, cor azul, papel cartolina.	0,0166	830,00
03	5000	UNIDADE	Bloco de autorização de abastecimento e manutenção, duas vias, com 50 folhas, numeradas.	1,07	5.350,00
06	5000	UNIDADE	Blocos de requisição de exames, com 100 folhas, numeradas, 01 via, picotado.	0,84	4.200,00
07	50000	UNIDADE	Ficha branca – Boletim de atendimento de urgência – frente e verso – PA, folhas A4 deitada.	0,0336	1.680,00
13	1000	UNIDADE	Blocos de atestado odontológico 01 via, com 100 folhas, numerado.	1,348	1.348,00
18	10000	UNIDADE	Blocos de receituário branco, com 50 folhas, 02 vias, numeradas	1,228	12.280,00
19	50000	UNIDADE	Cartão Nacional do SUS, papel cartolina.	0,01	500,00
23	80000	UNIDADE	Ficha de evolução clínica, frente e verso, folhas A4.	0,029	2.320,00
38	30000	UNIDADE	Ficha de cadastro da hipertenso e diabético, folhas A4.	0,028	840,00
45	5000	UNIDADE	Cartão Programa Municipal de Controle do Câncer do Colo do Útero e de Mama, papel cartolina.	0,048	240,00
53	20000	UNIDADE	Ficha de boletim diário de atendimento de enfermagem, folhas A4, deitada.	0,029	580,00
70	10000	UNIDADE	Envelopes ofício, logomarca da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde.	0,09	900,00
72	10000	UNIDADE	Envelopes médio, logomarca Prefeitura Municipal de Fundo Municipal de Saúde.	0,26	2.600,00
73	10000	UNIDADE	Envelopes grande, logomarca Prefeitura Municipal de Fundo Municipal de Saúde.	0,38	3.800,00
76	30000	UNIDADE	Envelope pardo 25x20 – guardar prontuários.	0,075	2.250,00
80	5000	UNIDADE	Pastas para arquivo interno – Vigilância Sanitária	0,268	1.340,00

81	12000	UNIDADE	Laudo médico para emissão de AIH, folhas A4.	0,036	432,00
102	5000	UNIDADE	Cartão de agendamento e retorno odontológico	0,041	205,00
106	5000	UNIDADE	Blocos de receituário controlado especial 2 vias	1,19	5.950,00
TOTAL GERAL				R\$ 48.015,00	

Ata 23-2011 SAÚDE

Ata nº 23/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011 – Registro de preços para aquisição de móveis, divisórias e bebedouros destinados ao ambulatório da saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: FLÁVIO CELIO STEIN - ME – Caçador-SC. Prazo: 12 meses.

LOTE	Item	Quant.	Unid.	Descrição	R\$ unitário	R\$ TOTAL
1	1	1	Unid.	Mesa retangular confeccionada em MDF total, na cor ciliejo, medindo 1,30 m. de comprimento x 0,60 m. de profundidade x 0,75 m. de altura e 25 mm. de espessura, com pés de ferro com passagem de fios, na cor Ovo. Acompanha 01 gaveteiro fixo com 03 gavetas, com chave na primeira gaveta.	492,00	492,00
2	2	1	Unid.	Armário Alto confeccionado em MDF total, na cor ciliejo, medindo 1,60 m. de altura x 0,80 m. de largura x 0,40 m. de profundidade x 25 mm. de espessura, com 02 portas de abrir, com puxadores e chave, com prateleiras e divisórias. 02 portas de abrir, com puxadores e chave, com prateleiras e divisórias.	474,00	474,00
5	5	1	Unid.	Mesa retangular confeccionada em MDF total, na cor ciliejo, medindo 1,50 m. de comprimento x 0,60 m. de profundidade x 0,75 m. de altura e 25 mm. de espessura, com pés de ferro com passagem de fios, na cor Ovo. Acompanha 01 gaveteiro fixo com 03 gavetas, com chave na primeira gaveta.	549,00	549,00
6	6	1	Unid.	Armário Alto confeccionado em MDF total na cor ciliejo, medindo 1,60 m. de altura x 0,80 m. de largura x 0,40 m. de profundidade x 25 mm. de espessura, com 02 portas de abrir, com puxadores e chave, com prateleiras e divisórias.	440,00	440,00

8	8	1	Unid.	Mesa de Reunião, estilo retangular com cantos arredondados, confeccionada em MDF total na cor ciliejo, medindo 4,00 m. de comprimento x 1,10 m. de largura x 25 mm. de espessura, com bordas emborrachadas em 180 graus, com pés painel.	1.291,00	1.291,00
10	10	1	Unid.	Balcão baixo medindo 1,00 m. de comprimento x 0,75 m. de altura x 0,50 m. de profundidade na cor ciliejo, com 02 portas de abrir, com puxadores, chaves e prateleiras.	345,00	345,00
11	11	1	Unid.	Balcão de Recepção em estilo "L", com tampo e sobre-tampo, na cor ciliejo, com detalhes em Wengue, medindo: 1,30 m. de um lado e 1,30 do outro lado, com portão vai-vém em um dos lados.	978,00	978,00
TOTAL GERAL					R\$ 4.569,00	

Ata 24-2011 SAÚDE

Ata nº 23/2011 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011 – Registro de preços para aquisição de móveis, divisórias e bebedouros destinados ao ambulatório da saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor: FLÁVIO CELIO STEIN - ME – Caçador-SC. Prazo: 12 meses.

LOTE	Item	Quant.	Unid.	Descrição	R\$ unitário	R\$ TOTAL
1	1	1	Unid.	Mesa retangular confeccionada em MDF total, na cor ciliejo, medindo 1,30 m. de comprimento x 0,60 m. de profundidade x 0,75 m. de altura e 25 mm. de espessura, com pés de ferro com passagem de fios, na cor Ovo. Acompanha 01 gaveteiro fixo com 03 gavetas, com chave na primeira gaveta.	492,00	492,00
2	2	1	Unid.	Armário Alto confeccionado em MDF total, na cor ciliejo, medindo 1,60 m. de altura x 0,80 m. de largura x 0,40 m. de profundidade x 25 mm. de espessura, com 02 portas de abrir, com puxadores e chave, com prateleiras e divisórias. 02 portas de abrir, com puxadores e chave, com prateleiras e divisórias.	474,00	474,00

5	5	1	Unid.	Mesa retangular confeccionada em MDF total, na cor ciliejo, medindo 1,50 m. de comprimento x 0,60 m. de profundidade x 0,75 m. de altura e 25 mm. de espessura, com pés de ferro com passagem de fios, na cor Ovo. Acompanha 01 gaveteiro fixo com 03 gavetas, com chave na primeira gaveta.	549,00	549,00
6	6	1	Unid.	Armário Alto confeccionado em MDF total na cor ciliejo, medindo 1,60 m. de altura x 0,80 m. de largura x 0,40 m. de profundidade x 25 mm. de espessura, com 02 portas de abrir, com puxadores e chave, com prateleiras e divisórias.	440,00	440,00
8	8	1	Unid.	Mesa de Reunião, estilo retangular com cantos arredondados, confeccionada em MDF total na cor ciliejo, medindo 4,00 m. de comprimento x 1,10 m. de largura x 25 mm. de espessura, com bordas emborrachadas em 180 graus, com pés painel.	1.291,00	1.291,00
10	10	1	Unid.	Balcão baixo medindo 1,00 m. de comprimento x 0,75 m. de altura x 0,50 m. de profundidade na cor ciliejo, com 02 portas de abrir, com puxadores, chaves e prateleiras.	345,00	345,00
11	11	1	Unid.	Balcão de Recepção em estilo "L", com tampo e sobre-tampo, na cor ciliejo, com detalhes em Wengue, medindo: 1,30 m. de um lado e 1,30 do outro lado, com portão vai-vém em um dos lados.	978,00	978,00
TOTAL GERAL					R\$ 4.569,00	

Ata 61-2011 PREFEITURA

Ata nº 61/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2011 – Registro de preços para aquisição de extintores novos, peças de reposição, recargas e retextes de extintores, destinados a manutenção das escolas da rede municipal de ensino. Fornecedor: COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FÉ LTDA ME – Caçador- SC. Prazo: 12 meses. EXTINTORES NOVOS

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 01	01	01	UN	EXTINTOR NOVO PQS 4 KG	132,00	132,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 132,00	

EXTINTORES NOVOS

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 03	03	10	UN	EXTINTOR NOVO CO2 4 KG	349,00	3.490,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 3.490,00	

RECARGAS E RETEXTE DE EXTINTORES

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 06	07	67	UN	RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG	40,00	2.680,00
	08	24	UN	RETEXTE DE EXTINTOR PQS 4 KG	20,00	480,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 3.160,00	

RECARGAS E RETEXTE DE EXTINTORES

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 08	11	06	UN	RECARGA DE EXTINTOR CO2 4 KG	53,5714	321,43
	12	02	UN	RETEXTE DE EXTINTOR CO2 4 KG	26,7857	53,57
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 375,00	

RECARGAS E RETEXTE DE EXTINTORES

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 09	13	07	UN	RECARGA DE EXTINTOR CO2 6 KG	65,00	455,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 455,00	

PEÇAS PARA REPOSIÇÃO

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 10	14	42	UN	SUPORTE PARA EXTINTORES	2,60	109,20
	15	234	UN	PLACAS DE ADVERTENCIAS DE EXTINTORES	2,40	561,60
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 670,80	

Ata 62-2011 PREFEITURA

Ata nº 62/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2011 – Registro de preços para aquisição de extintores novos, peças de reposição, recargas e retextes de extintores, destinados a manutenção das escolas da rede municipal de ensino. Fornecedor: ADELVO BASQUERA EPP – Caçador- SC. Prazo: 12 meses. EXTINTORES NOVOS

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 02	02	41	UN	EXTINTOR NOVO PQS 6 KG	145,122	5.950,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 5.950,00	

EXTINTORES NOVOS

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 04	04	20	UN	EXTINTOR NOVO CO2 6 KG	375,00	7.500,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 7.500,00	

RECARGAS E RETEXTE DE EXTINTORES

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 05	05	02	UN	RECARGA DE EXTINTOR PQS 1 KG	13,00	26,00
	06	02	UN	RETEXTE DE EXTINTOR PQS 1 KG	7,00	14,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 40,00	

RECARGAS E RETEXTE DE EXTINTORES

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
LOTE 07	09	36	UN	RECARGA DE EXTINTOR PQS 6 KG	50,00	1.800,00
	10	12	UN	RETEXTE DE EXTINTOR PQS 6 KG	25,00	300,00
TOTAL GERAL LOTE					R\$ 2.100,00	

Ata 63-2011 PREFEITURA

Ata nº 63/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011 – Registro de preços para aquisição de materiais de expediente, cartuchos e recargas, destinados às diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Caçador. Fornecedor: COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA EPP – Caçador- SC. Prazo: 12 meses.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	3	unid.	Bobina papel Kraft de 15 kg com 1,20 altura e 80 gramatura	58,00	174,00
42	200	unid.	DVD RW de boa qualidade	1,98	396,00
63	350	caixa	Papel A4, reciclado, pós consumo, certificado, caixa com 10 resmas	102,00	35.700,00
65	5	rolo	Papel contact transparente, rolo com 25 metros x 45cm de 70 micras	37,90	189,50
84	100	unid.	umedecedor de dedo com gel	2,00	200,00
94	30	rolo	Fita adesiva de papel 32x50	5,65	169,50
119	700	pct	Pilha pequena alcalina, pacote com 2 unidades, tamanho AA	2,50	1.750,00
120	100	unid.	Pilha grande	1,25	125,00
121	400	rolo	Papel Kraft com 60 cm de largura gramatura 60g/m², rolo com no mínimo 12 kg	48,50	19.400,00
144	1000	metro	TNT, cores a escolher	0,90	900,00
150	100	unid.	Pincel para pintura nº 0, referencia 308 redondo	5,25	525,00
TOTAL GERAL				R\$ 59.529,00	

Ata 64-2011 PREFEITURA

Ata nº 64/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011 – Registro de preços para aquisição de materiais de expediente, cartuchos e recargas, destinados às diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Caçador. Fornecedor: MARCOS BULLE DA COSTA ME – Caçador- SC. Prazo: 12 meses.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	200	unid.	Apontador retangular para lápis com reservatório grande	0,68	136,00
6	200	unid.	Borracha escolar branca nº 40	0,18	36,00
7	100	unid.	Pincel para pintura nº 2, referencia 191	0,89	89,00
8	100	unid.	Pincel para pintura nº 4, referencia 191	0,95	95,00
9	100	unid.	Pincel para pintura nº 6, referencia 191	1,09	109,00
10	100	unid.	Pincel para pintura nº 8, referencia 191	1,19	119,00
11	100	unid.	Caderno de linguagem 48 fls, capa dura com linhas e margens	1,30	130,00
12	100	unid.	Caderno de linguagem 96 fls, capa dura com linhas e margens	1,89	189,00

19	100	unid.	Pincel para pintura nº 10, referencia 191	1,35	135,00
20	100	unid.	Pincel para pintura nº 12, referencia 191	1,49	149,00
21	100	unid.	Pincel para pintura nº 14, referencia 191	1,79	179,00
22	100	unid.	Pincel para pintura nº 16, referencia 191	1,99	199,00
37	300	unid.	Cola branca escolar, lavável, não tóxica, 40 gramas	0,34	102,00
38	100	unid.	Cola bastão 9 gramas	0,49	49,00
39	100	unid.	Corretivo em fita 5mm x 6 metros	2,35	235,00
40	250	caixa	Destaca texto, caixa com 12 unidades cores a escolher	7,90	1.975,00
43	100	unid.	Estilete (completo) lâmina estreita, plástico	0,70	70,00
44	50	unid.	Estilete (completo) lâmina larga, plástico	1,35	67,50
45	80	unid.	Extrator de grampo em inox, resistente (duro)	0,70	56,00
48	250	unid.	Fita adesiva transparente (tipo durex) 12x50 cm	0,42	105,00
49	100	unid.	Fita adesiva transparente (tipo durex) LARGA 45mm x 50m	1,49	149,00
51	100	unid.	Folha de E.V.A. cores variadas 40x50 cm	0,89	89,00
53	50	unid.	Grampeador 26/6 grande de mesa	9,20	460,00
54	200	caixa	Grampo para grampeador 26/6, prata, caixa com 5.000	1,90	380,00
57	150	unid.	Lapiseira 0,5 mm ponta de metal de boa qualidade	2,49	373,50
64	3000	unid.	Papel cartão cores variadas	0,55	1.650,00
68	100	unid.	Pasta AZ lombo largo (indicativo removível)	3,69	369,00
69	500	unid.	Arquivo Morto cor pardo	1,25	625,00
70	100	unid.	Pasta de papelão com elástico, várias cores	0,84	84,00
71	200	unid.	Pasta com grampo trilho, papelão	0,53	106,00
74	500	unid.	Pincel atômico - 1100 p, cores a escolher	1,63	815,00
76	15	unid.	Prancheta em acrílico transparente ofício	6,90	103,50
78	100	unid.	Régua transparente em acrílico, 30 cm	0,29	29,00
79	80	unid.	Tesoura inoxidável grande com ponta, 21 cm	3,20	256,00
86	50	unid.	Caderno grande capa dura, 10 matérias 200 folhas	4,20	210,00
88	20	unid.	Porta caneta/papel/clips	4,99	99,80
100	15	unid.	Caixa de correspondência, dupla, em acrílico fumê ou transparente	19,45	291,75
101	50	unid.	Calculadora solar, 8 dígitos	8,99	449,50
102	30	caixa	Lápis de cor, caixa com 36 cores	15,90	477,00
103	20	caixa	Caneta para quadro branco, pincel largo caixa com 12 unid. cores a escolher	48,90	978,00
106	200	unid.	Corretivo líquido a base de água, tubo com 18 ml	0,65	130,00
110	20	unid.	Fichário de mesa 6x9 com base metálica e tampa em acrílico fumê, com índice	39,99	799,80
117	50	unid.	Pasta sanfonada Ofício, com 12 divisórias, em polipropileno transparente	8,40	420,00
118	400	pct	Pilha média alcalina, pacote com 2 unidades, tamanho C	5,65	2.260,00

124	30	unid.	Porta "durex" grande	8,49	254,70
127	120	pct	Pilha palito AAA, pacote com 04 unidades	1,79	214,80
128	3000	unid.	Fita adesiva transparente tipo durex, estreita com 12 mm x 40 metros	0,42	1.260,00
129	1000	unid.	Fita adesiva transparente tipo durex, larga com 45 mm x 50 metros	1,49	1.490,00
134	300	pct	Balão nº 7, diversas cores, pacote com 50 unidades	2,40	720,00
137	200	tubo	Cola colorida com glitter, tubo de 35 gramas	1,82	364,00
139	100	unid.	Massa de modelar, 12 cores, base de amido	0,89	89,00
140	100	caixa	Giz de cera pequeno, caixa com 12 cores	0,75	75,00
141	50	estojo	Canetinha, estojo com 12 cores	1,75	87,50
142	100	caixa	Tinta guache, caixa com 06 cores primárias	1,80	180,00
147	100	folhas	Papel Camurça 60x40 cm, folha	0,43	43,00
149	200	unid.	E.V.A., cores a escolher	0,85	170,00
TOTAL GERAL				R\$ 20.777,35	

Ata 65-2011 PREFEITURA

Ata nº 65/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011 – Registro de preços para aquisição de materiais de expediente, cartuchos e recargas, destinados às diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Caçador. Fornecedor: PAPELARIA PARAÍSO LTDA ME – Caçador- SC. Prazo: 12 meses.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	10	caixa	Alfinete para mural, cabeça bolinha colorida, caixa com 100 unidades	3,60	36,00
4	100	unid.	Bobina para calculadora 57x60 acetinada	0,65	65,00
5	250	unid.	Bobina para fax 216mmX30 metros	3,49	872,50
14	2500	unid.	Caneta esferográfica cristal na cor azul, com tampa e com furinho a 6 cm da base final	0,49	1.225,00
15	800	unid.	Caneta esferográfica cristal na cor preta, com tampa e com furinho a 6 cm da base final	0,49	392,00
16	300	unid.	Caneta esferográfica cristal na cor vermelha, com tampa e com furinho a 6 cm da base final	0,49	147,00
17	200	unid.	Cartolina cores variadas	0,30	60,00
18	80	unid.	Cartucho colorido nº 28 - Original	69,00	5.520,00
23	80	unid.	Cartucho nº 56 - Impressora HP 4255 - Original	62,00	4.960,00
24	30	unid.	Cartucho de tinta 92	61,30	1.839,00
25	200	unid.	Cartucho de tinta colorido nº 49 - Original	110,00	22.000,00
26	30	unid.	Cartucho de tinta 93	69,00	2.070,00
27	260	unid.	Cartucho de tinta preto nº 20 - Original	89,00	23.140,00
28	80	unid.	Cartucho de tinta preto nº 27 - Original	43,90	3.512,00
29	100	unid.	Cartucho de tinta preto nº 29 - Original	89,00	8.900,00
30	50	unid.	Cartucho de tinta 21 - impressora HP deskjet F4180	42,00	2.100,00

31	50	unid.	Cartucho de tinta 22 - impressora HP deskjet F4180	78,00	3.900,00
32	28	unid.	Recarga cartucho 21 - impressora HP deskjet F4180	19,00	532,00
33	28	unid.	Recarga cartucho 22 - impressora HP deskjet F4180	19,00	532,00
34	700	unid.	CDR - regravável	1,40	980,00
35	150	caixa	Clips niquelado 2/0 c 500 gramas	5,25	787,50
36	30	caixa	Clips niquelado 8/0 c 500 gramas	5,25	157,50
46	10	caixa	Etiquetas auto adesivas, formato 25,40x66,7 mm, caixa com 100 folhas	26,90	269,00
47	80	unid.	Fita adesiva 50mm x 50m (CRE-PE) branca	6,25	500,00
50	100	unid.	Fita para impressora 80 colunas	3,90	390,00
52	100	estojo	Grafite 0,5 mm caixa com 24 unidades	2,50	250,00
55	20	caixa	Grampo trilho de metal, caixa com 50 unidades	7,90	158,00
56	5	caixa	Lápis preto nº 02 (tipo evolution), caixa com 144 unidades	35,60	178,00
58	100	unid.	Livro ata com 100 folhas	6,80	680,00
59	100	unid.	Livro ata com 50 folhas	4,90	490,00
60	50	unid.	Livro de protocolo 104 folhas	4,90	245,00
61	50	unid.	Livro ponto com 100 folhas	7,80	390,00
62	350	caixa	Papel A4, caixa com 10 resmas	99,00	34.650,00
66	50	rolo	Papel para plotter 914mmx45m 90gr / m2	45,90	2.295,00
67	3000	unid.	Papel verge cores variadas gramatura 120	0,12	360,00
72	2000	unid.	Pasta suspensa terminal de plástico marmorizada	0,55	1.100,00
73	10	unid.	Perfurador de papel grande (tipo carbex 2002), perfuração mínima de 50 folhas	53,45	534,50
75	100	unid.	Post-it 70mm x 102 mm	2,30	230,00
77	15	unid.	Prancheta em Duratex, ofício	1,80	27,00
80	20	unid.	Tinta para carimbo automático PRETO, 40 ml	3,90	78,00
81	10	unid.	Tinta para carimbo automático VERMELHO, 40 ml	3,90	39,00
82	10	unid.	Tinta para carimbo preto, 40 ml	4,00	40,00
83	10	unid.	Tinta para carimbo vermelho, 40 ml	4,00	40,00
87	10	unid.	Fita para máquina de escrever Olivette 13x9 PVF nylon	2,00	20,00
89	100	unid.	Fita para impressora Epson 132 colunas	6,90	690,00
90	40	caixa	Colchetes nº 15	5,80	232,00
91	3	caixa	Etiquetas 01 coluna 89x23 com 1500 unidades	44,00	132,00
92	3	caixa	Etiqueta adesiva 02 colunas 10x2,3cm	26,00	78,00
93	30	rolo	Fita adesiva Crepe 19x50	2,00	60,00
95	45000	folhas	Folhas de pagamento com bloqueio Labo 02 205x5 1/2 pol 2 vias	0,08	3.600,00
96	10	pct	Elástico (tipo para dinheiro) pacote com 1 kg	19,90	199,00
97	10	unid.	Grampeador grande para até 240 folhas	89,00	890,00
98	50	caixa	Grampos 23/10 até 100 folhas, prata, caixa com 5000	16,80	840,00

99	50	caixa	Grampos 23/14 até 240 folhas, prata, caixa com 5000	18,60	930,00
104	20	unid.	Caneta para transparência retro-projetor, cores a escolher	2,20	44,00
105	60	caixa	Carbono tamanho A4 filme, caixa com 100 unidades	37,00	2.220,00
107	15	caixa	Etiquetas aem formulário contínuo, 1 carreira, tamanho 89x23 mm, caixa com 6000 unidades	44,00	660,00
108	15	caixa	Etiquetas para impressão 20 und p/ fl 2 colunas p/fl, caixa com 100 fl	26,00	390,00
109	10	caixa	Etiquetas para impressão 80 und p/ fl 4 colunas p/fl, caixa com 100 fl	26,00	260,00
111	10	unid.	Grampeador grande de mesa 9/10 para até 100 folhas	49,00	490,00
112	50	caixa	Grampo para grampeador 9/10, prata caixa com 5000	16,80	840,00
114	20	rolo	Papel contace estampado, rolo com 25 metros	125,00	2.500,00
115	200	unid.	Pasta de polipropileno transparente 2 cm	1,35	270,00
116	200	unid.	Pasta de polipropileno transparente 4 cm	1,70	340,00
122	20	caixa	Transparência para impressão jato de tinta caixa com 50 folhas	37,50	750,00
123	20	caixa	Transparência para retroprojetor, para uso com caneta, caixa com 100 unidades	34,90	698,00
125	30	unid.	Almofada para carimbo nº 04 azul	9,90	297,00
126	20	unid.	Almofada para carimbo nº 03 vermelha	3,90	78,00
130	3000	und.	Fita crepe branca 19 mm x 50 metros	1,80	5.400,00
133	150	unid.	Bobina termossensível para aparelho hematológico 57x22	2,50	375,00
135	100	pote	Purpurina, pote de 3 gramas, cores a escolher	0,50	50,00
136	300	pote	Lantejoulas de diversos tamanhos e cores	0,50	150,00
138	300	pote	Tinta para pintar tecidos, cores a escolher, pote de 15 ml	1,50	450,00
143	10	rolo	Papel crepom, rolo 48cm x 2 metros, cores a escolher	0,45	4,50
145	100	folhas	Papel Celofane, folha 85x100 cm cada folha, cores a escolher	0,75	75,00
146	100	folhas	Papel Laminado 60x48 cm, folha	0,45	45,00
148	200	unid.	Post-it, notas 4 blocos 653 38x50 mm, embalagem com 4 blocos de 100 folhas	2,50	500,00
TOTAL GERAL				R\$ 151.228,50	

Ata 66-2011 PREFEITURA

Ata nº 66/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2011 – Registro de preços para aquisição de instrumentos musicais destinados ao projeto música na escola. Fornecedor: BONASSA & CIA LTDA ME – Caçador- SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	R\$ unitário	R\$ TOTAL
01	15	Unidade	Bombo com medidas 20 x 16	120,00	1.800,00

02	15	Unidade	Caixa de repique com medidas de 13 x 12	83,00	1.245,00
03	15	Unidade	Surdo médio com medidas de 30 x 14	95,00	1.425,00
04	15	Par	Prato aro 14	159,00	2.385,00
06	20	Par	Baqueta para surdos	5,00	100,00
07	25	Par	Baqueta para bombos (ponta com pelúcia)	18,00	450,00
08	30	Unidade	Talabartes de dois ganchos para bombos	6,95	208,50
09	20	Unidade	Talabartes de um gancho para bombos	6,90	138,00
10	15	Unidade	Talabartes de um gancho para caixa de repique	6,90	103,50
TOTAL GERAL				R\$ 7.855,00	

Ata 67-2011 PREFEITURA

Ata nº 67/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2011 – Registro de preços para aquisição de instrumentos musicais destinados ao projeto música na escola. Fornecedor: GISLAINE DE SOUZA ME – Joinville- SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	R\$ unitário	R\$ TOTAL
05	30	Par	Baqueta para caixa de repique	3,07	92,10
11	03	Unidade	Saxofone Alto Mib	780,00	2.340,00
12	03	Unidade	Saxofone Tenor Sib	1.160,00	3.480,00
13	02	Unidade	Saxofone Soprano Sib	1.049,00	2.098,00
14	06	Unidade	Clarinete Sib	340,00	2.040,00
15	10	Unidade	Flauta transversal	315,00	3.150,00
16	03	Unidade	Trompete Sib	300,00	900,00
17	03	Unidade	Trombone de Vara Sib	430,00	1.290,00
18	10	Unidade	Escaleta em Dó	70,00	700,00
TOTAL GERAL				R\$ 16.090,10	

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 8.203 de 02 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.203 DE 02 DE MAIO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003; RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 02 de maio de 2011, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. ELIANE REGINA NENEVÊ SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000514, Registro no Sistema sob nº 954610, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor I.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/05/2011

PEDRO FAGUNDEOS DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.204 de 02 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.204 DE 02 DE MAIO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003;

RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 02 de maio de 2011, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor VI Matemática.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/05/2011

PEDRO FAGUNDEOS DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.205 de 02 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.205 DE 02 DE MAIO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003;

RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 02 de maio de 2011, parte integrante desta

Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. CARLA ALEXANDRE BAGNHUCK DA SILVEIRA, Matrícula Funcional nº 000474, Registro no Sistema sob nº 954480, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor Auxiliar.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/05/2011

PEDRO FAGUNDEOS DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.206 de 02 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.206 DE 02 DE MAIO DE 2011
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA
CAPE REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 014/2003;

RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAPE em data de 02 de maio de 2011, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório à Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC. Srª. ALINE DAIANE LIEBL, Matrícula Funcional nº 000518, Registro no Sistema sob nº 954616, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor Auxiliar.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/05/2011

PEDRO FAGUNDEOS DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.207 de 02 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.207 DE 02 DE MAIO DE 2011
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 2º DA
PORTARIA Nº 8.197 DE 26 DE ABRIL DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Artigo 2º da Portaria nº 8.197 de 26 de abril de 2011, a qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência E para o Nível 1 Sub-Nível 12 Referência A no valor de R\$ 343,30 (trezentos e quarenta e três reais, trinta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 12 de março de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de abril de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 08/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 17/05/2011 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA E CAPS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 03 de maio de 2.011.
DIVALDETE MARIA BORTOLI
Secretária Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Nº 028/2011 - Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007.

EDITAL Nº 028/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concorrentes apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 02 de maio de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 028/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 007 - AGENTE ADMINISTRATIVO

HEGINO SILVEIRA

Editais Nº 029/2011 - Convoca Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Previsto no Edital Nº 01/SMDSF/2011.

EDITAL Nº 029/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMDSF/2011.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 01/SMDSF/2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 95/2011;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 01/SMDSF/2011, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 02 de maio de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 029/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

SANDRO JOEL PEIXER

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 026/2011

DECRETO Nº 026, DE 28 DE ABRIL DE 2011

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.941, de 18 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 71.686,00 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e seis reais), para suporte a dotação orçamentária, a seguir especificada:

0601.15.452.0120.1093	PAVIMENTAÇÃO EM PARELEP VIAS PÚBL	FR	DR	R\$	0,00
44905100-181	Obras e instalações	00	00	R\$	71.686,00
	Total			R\$	71.686,00

Art. 2º Para dar cobertura às despesas previstas no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 71.686,00 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e seis reais), na fonte 00 – Recursos Ordinários, na forma do Demonstrativo a seguir.

I – Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	0,00
Superávit Financeiro	00	00	71.686,00
Total			71.686,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 28 de abril de 2011

SERGIO HELT

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 027.2011

DECRETO Nº 027, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Aprova desmembramento na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal nº 1291, de 12 de agosto de 1987, que instituiu o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que é requerente José Helt, inscrito no CPF sob o nº 164.164.069-34 e Atacir Vidi Helt, inscrita no CPF sob o nº 712.968.599-91, relativo ao imóvel a seguir especificado:

I - Área de 4.452,12m² (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois vírgula doze metros quadrados), situado à Rua Armino Hanel, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 20.350, Livro 2 BH, Fls. 038, de propriedade dos requerentes;

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total. 4.452,12m²:

a) Área do Lote nº 02 da Quadra nº 371. 1.775,66m²;
b) Área do Lote nº 10 da Quadra nº 371. 2.676,46m²;

Art.3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 29 de abril de 2011.

SÉRGIO HELT

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Contrato 0122/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0122/2011

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0065/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ESPAÇO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica em CAUQ, para ruas do perímetro urbano e para construção do Centro de Eventos, recursos próprios.

VALOR R\$: 145.632,00

VIGÊNCIA: 03/05/2011 A 31/12/2011

Termo de Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 001/2011

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Leonir Boaretto, faz saber que, de conformidade com o regimento e o Parecer - Processo nº 001/2011, aprovado em 27 de abril de 2011, apresentado pelo Conselho Municipal de Educação - COMED, homologa a Resolução nº 001, que dispõe sobre a "Análise e aprovação de Matriz Curricular", publicado na íntegra na edição nº 728, página 28 a 32, em 29 de abril de 2011, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 3 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário de Administração e Finanças

SIMAE**Extrato de Contrato Nº CAO/10/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/10/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.456.865/0001-67

OBJETO: LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO.

VALOR: R\$ 288,00 (DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2011

VIGÊNCIA: 02.05.2011 A 30.04.2012

Catanduvás**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 1.756/11 de 07 de Abril de 2011.**

DECRETO Nº 1.756/11 DE 07 DE ABRIL DE 2011.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO APURADO EM 2010 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVÁS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.292/10 de 22 de Dezembro de 2010, em seu Artigo 9º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo nº 43 § 2º.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 22.939,78 (Vinte e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

UNID. ORÇ. 0401 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

2020 Transporte Escolar e Manutenção da Educação

115 158 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Conv. Sal. Educação R\$ 22.939,78

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos de Convenio do Salário Educação, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2010.

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 22.323,39 (Vinte e dois mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVÁS

UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVÁS

301 ATENÇÃO BÁSICA

1101 Ampliação e Reforma PSF Centro e Bairros

37 123/54 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Convenio da União PSF R\$ 22.323,39

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo, são oriundos de Convênio firmado junto ao Governo da União Construção do PSF, anexo ao Conjunto Habitacional Sebaldo Kunz, resultantes do Superávit Financeiro de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás SC, 07 de Abril de 2011

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 07/04/2011.

Extrato de Contrato FMAS Nº 0012/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0012/2011

Carta Convite nº 0024/2011 (processo licitatório nº 0036/2011).

Objeto: Aquisição de gás e água mineral visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração, Saúde e Assistência Social. Contratante: FMAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): AGROPECUÁRIA E FERRAGENS MEDEIROS LTDA. Valor Global contratado: R\$ 4.237,00 (quatro mil, duzentos e trinta e sete reais).

Vigência: de 25 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 25 de abril de 2011

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social.

Extrato de Contrato FMAS Nº 0013/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0013/2011

Carta Convite nº 0024/2011 (processo licitatório nº 0036/2011).

Objeto: Aquisição de gás e água mineral visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração, Saúde e Assistência Social. Contratante: FMAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): EDSON BERNARDI.

Valor Global contratado: R\$ 97,50 (noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: de 25 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 25 de abril de 2011

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social.

Extrato de Contrato FMS Nº 0041/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0041/2011

Carta Convite nº 0024/2011 (processo licitatório nº 0036/2011).

Objeto: Aquisição de gás e água mineral visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração, Saúde e Assistência Social. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC. Contratado (a): AGROPECUÁRIA E FERRAGENS MEDEIROS LTDA. Valor Global contratado: R\$ 3.698,50 (três mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: de 25 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 25 de abril de 2011

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0042/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0042/2011

Carta Convite nº 0024/2011 (processo licitatório nº 0036/2011).

Objeto: Aquisição de gás e água mineral visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração, Saúde e Assistência Social. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC. Contratado (a): EDSON BERNARDI.

Valor Global contratado: R\$ 747,50 (setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: de 25 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 25 de abril de 2011

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0094/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0094/2011

Carta Convite nº 0024/2011 (processo licitatório nº 0036/2011).

Objeto: Aquisição de gás e água mineral visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração, Saúde e Assistência Social. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC. Contratado (a): AGROPECUÁRIA E FERRAGENS MEDEIROS LTDA. Valor contratado: R\$ 7.038,00 (sete mil e trinta e oito reais) - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, R\$ 251,30 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) - Secretaria de Administração, e R\$ 251,30 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) - Secretaria de Infraestrutura.

Vigência: de 25 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 25 de abril de 2011

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0095/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0095/2011

Carta Convite nº 0024/2011 (processo licitatório nº 0036/2011).

Objeto: Aquisição de gás e água mineral visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração, Saúde e Assistência Social. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC. Contratado (a): EDSON BERNARDI.

Valor contratado: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, R\$ 592,00 (quinhentos e noventa e dois reais) - Secretaria de Administração, e R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) - Secretaria de Infraestrutura.

Vigência: de 25 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 25 de abril de 2011

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0096/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0096/2011

Carta Convite nº 0024/2011 (processo licitatório nº 0036/2011).

Objeto: Aquisição de gás e água mineral visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração, Saúde e Assistência Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
 Contratado (a): PIÁ COMERCIO DE GÁS LTDA.
 Valor Global contratado: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).
 Vigência: de 25 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.
 Data e assinatura do contrato: 25 de abril de 2011

GISA APARECIDA GIACOMIN
 Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital Nº 38/2011 - CV 20/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2011
 - PM
 CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 20/2011

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 11 de maio de 2011, às 10h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas dos interessados que pretendam participar do Processo Licitatório nº 38/2011, Modalidade CONVITE nº 20/2011, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a aquisição de material de consumo (gêneros de alimentação e materiais descartáveis), com a finalidade de atender as necessidades das Secretarias Municipais, durante o exercício de 2011, de acordo com as especificações constantes no Anexo "I" deste Edital. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 04 de MAIO de 2011.
 JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 578, de 28 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 LEI COMPLEMENTAR Nº 578, DE 28 DE ABRIL DE 2011.
 Estabelece linha de correlação dos cargos dos servidores inativos e pensionistas do Município de Concórdia, com direito à paridade.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecida, na forma do Anexo Único desta Lei, a linha de correlação dos cargos dos servidores inativos e pensionistas do Município de Concórdia, com direito à paridade, com os cargos constantes nas Leis Complementares nºs. 572, de 29 de novembro de 2010 e 574, de 13 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 JOÃO GIRARDI
 Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
 Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

Cargos dos servidores inativos e pensionistas	Cargos enquadrados
Agente Administrativo/Agente Administrativo	Agente Administrativo
Agente Administrativo/Fiel de Tesoureiro/Tesoureiro	Tesoureiro
Agente de Manutenção de Serviços Gerais/Agente de Manutenção de Serviços Gerais	Agente de Manutenção de Serviços Gerais/Agente de Manutenção de Serviços Gerais
Agente Legislativo	Agente Legislativo
Agente Operacional/Auxiliar de Trabalhos Manuais	Agente Operacional/Auxiliar de Trabalhos Manuais
Agente Operacional/Borracheiro	Agente de Manutenção
Agente Operacional/Pedreiro	
Auxiliar Operacional/Auxiliar de Pedreiro/Pintor	Agente de Obras
Agente Operacional/Vigia	Agente Operacional/Vigia
Auxiliar de Creche/Auxiliar de Creche	Auxiliar de Creche
Auxiliar de Enfermagem/Auxiliar de Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem/Auxiliar de Enfermagem
Auxiliar Operacional /Copeira/Cozinheira	Agente de Alimentação e Nutrição
Auxiliar Operacional/Auxiliar de Limpeza	Auxiliar Operacional/Auxiliar de Limpeza
Auxiliar Operacional/Auxiliar de Saúde	Auxiliar de Enfermagem/Auxiliar de Enfermagem
Auxiliar Operacional/Servente Braçal	Servente Braçal
Auxiliar Operacional/Zelador	Agente de Serviços Gerais
Capataz/Capataz	Capataz/Capataz
Contador Adjunto/Contador Adjunto	Contador Adjunto/Contador Adjunto
Contador Geral/Contador Geral	Contador
Escrivão/Escrivão	Escrivão/Escrivão
Fiscal Auxiliar	Fiscal Sanitarista
Fiscal de Tributos/Fiscal de Tributos	Fiscal de Tributos
Jornalista/Jornalista	Jornalista
Mecânico de Manutenção/Chapeador/Soldador	Mecânico
Mecânico Especializado/Mecânico Especializado	
Médico/Médico	Médico
Mestre de Obras/Mestre de Obras	Mestre de Obras/Mestre de Obras
Motorista Capataz/Motorista Capataz	Motorista Capataz/Motorista Capataz
Motorista de Veículos Leves/Conduzir veículos médios e leves	Motorista
Motorista de Veículos Pesados/Conduzir veículos pesados	
Oficial Administrativo/Oficial de Pessoal	Analista de Gestão Humana
Operador de Equipamentos/Motoni-veladora/Pá Carregadeira/Retroescavadeira/Trator de Lâmina	Operador de Equipamentos

Redator Administrativo/Redator Administrativo	Técnico Legislativo
Técnico de Administração Pública/ Técnico de Administração Pública	
Telefonista/Telefonista e Operadora de CPA	Telefonista

Lei Nº 4.284, de 28 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.284, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

Dá nova redação à Lei nº 4.136, de 17 de dezembro de 2009, que regulamenta a atividade dos profissionais em transporte de passageiros e mercadorias com o uso de motocicleta no Município de Concórdia, SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 4.136, de 17 de dezembro de 2009, que regulamenta a atividade dos profissionais em transporte de passageiros e mercadorias com o uso de motocicleta no Município de Concórdia, SC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O serviço relativo ao exercício das atividades dos profissionais em transportes de passageiros, mototaxista e em entrega de mercadorias, moto-frete, com o uso de motocicletas, poderá ser executado no Município de Concórdia, SC, mediante permissão da Prefeitura, nos termos desta Lei.

Art. 2º O serviço poderá ser prestado por pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, associação ou cooperativa, que explore esse serviço, por meio de frota própria ou de terceiros ou por condutor autônomo, desde que tenham permissão para operação do serviço, preencham os requisitos da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009 e conte com veículos e condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, denomina-se:

I - autônomo: pessoa física autorizada a prestar os serviços de que trata esta Lei e devidamente habilitado para conduzir o veículo;

II - permissão: ato pelo qual a Prefeitura Municipal permite a execução das atividades previstas no art. 1º desta Lei, à pessoa vencedora de certame licitatório;

III - condutor: profissional que exerce a atividade de conduzir a motocicleta, que preenche os requisitos estabelecidos nesta Lei e que esteja cadastrado na Prefeitura Municipal como condutor;

IV - licença: documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas, após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta Lei;

V - motocicleta: veículo do tipo motocicleta ou motoneta, com características definidas nesta Lei, utilizada para realização dos serviços de moto-táxi e moto-frete;

VI - moto-frete: modalidade de transporte remunerado de pequenas cargas ou volumes em quantidade compatível com a

motocicleta, mediante equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;

VII - moto-táxi: modalidade de transporte remunerado de passageiros em motocicleta;

VIII - pessoa jurídica: sociedade empresária, associação ou cooperativa.

CAPÍTULO II DA PERMISSÃO PARA EXPLORAR OS SERVIÇOS

Art. 4º Para explorar o serviço de moto-táxi ou moto-frete, por pessoa jurídica, a mesma deverá ser selecionada em processo licitatório, observados os seguintes requisitos:

I - dispor de sede ou filial no território do Município de Concórdia, SC;

II - estar inscrita no Cadastro de Contribuintes do Município de Concórdia, SC;

III - estar inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - apresentar contrato social ou ato constitutivo e última alteração, registrados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC;

V - apresentar as certidões de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS e Fazenda Municipal.

§ 1º As cooperativas deverão ser constituídas, exclusivamente, por profissionais inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de que tratam os arts. 9º a 11 desta Lei.

§ 2º O edital de licitação estabelecerá o número máximo de condutores e motocicletas com que a pessoa jurídica poderá atuar.

Art. 5º Para explorar o serviço de moto-táxi e/ou moto-frete por condutor autônomo, o mesmo deverá ser selecionado em processo licitatório, observados os seguintes requisitos:

I - residir no território do Município de Concórdia, SC;

II - estar inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município de Concórdia, SC;

III - estar inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

IV - apresentar Carteira de Identidade ou outro documento idôneo de identificação;

V - apresentar motocicleta de sua propriedade, devidamente cadastrada nos termos do art. 12 desta Lei;

VI - estar em situação regular perante o INSS e a Fazenda Municipal.

§ 1º O condutor autônomo de que trata o caput deste artigo deverá estar inscrito no Cadastro Municipal de Condutores.

§ 2º O condutor autônomo poderá ter um segundo condutor para a motocicleta licenciada, o qual deverá estar inscrito no Cadastro Municipal de Condutores.

§ 3º É vedada a outorga de mais de uma permissão, por pessoa física.

Art. 6º Além do exigido nos arts. 4º e 5º desta Lei e na legislação de trânsito, regulamento ou o edital de licitação poderá definir outras condições, sendo a permissão válida por 5 (cinco) anos.

§ 1º Salvo expressa previsão no edital de licitação e respectivo contrato, a permissão é intransferível e será considerada extinta quando ocorrer sua transferência, devendo o detentor comunicar ao Município a desistência desta.

§ 2º Além das exigências dispostas nesta Lei, regulamento poderá estabelecer a necessidade de apólice de seguro.

Art. 7º A permissão será extinta nos casos e condições previstas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e nas condições previstas em regulamento, edital de licitação e respectivo contrato.

Parágrafo único. A Administração Pública Municipal poderá efetuar intervenção na permissão, nos casos previstos na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações.

Art. 8º A pessoa jurídica deverá apresentar, trimestralmente, a relação de todos os condutores em operação, bem como fornecer outras informações pertinentes à atividade que lhe sejam solicitadas.

Parágrafo único. Sob pena perda da permissão, deverão ser comunicados à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da ocorrência, os afastamentos, por qualquer motivo, dos condutores.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO DO CONDUTOR

Art. 9º Para operar o serviço de que trata esta Lei, os condutores deverão estar inscritos na Prefeitura Municipal como condutores.

Art. 10. Para a inscrição como condutor, além das exigências estabelecidas pela legislação de trânsito e outras que poderão ser fixadas em regulamento, os condutores deverão ter, no mínimo, 21 (vinte e um) anos completos e apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira Nacional de Habilitação, válida e expedida há pelo menos 2 (dois) anos;

II - comprovante de aprovação em curso especializado, nos termos regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

III - comprovante de aquisição de colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos regulamentados pelo CONTRAN;

IV - prontuário de condutor, expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com extrato de pontuação por infrações de trânsito, anotado em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Parágrafo único. Será negada a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores ao que não apresentar todos os documentos mencionados neste artigo, bem como ao que tiver ultrapassado 20 (vinte) pontos no prontuário apresentado, até que sejam excluídos pelo Órgão competente de Trânsito.

Art. 11. O Cadastro do Condutor terá validade de 1 (um) ano ou até o término do prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação, caso esse venha a ocorrer antes.

Parágrafo único. Para a renovação do Cadastro deverão ser

atendidos todos os requisitos exigidos para sua concessão, previstos no art. 10 desta lei.

CAPÍTULO IV DO CADASTRO DA MOTOCICLETA

Art. 12. A motocicleta a ser utilizada nos serviços remunerados de moto-táxi e moto-frete de que tratam esta Lei, além das exigências da legislação de trânsito e das que vierem a ser fixadas em regulamento, deverá ser cadastrada no Município e atender aos seguintes requisitos:

I - ser original de fábrica;

II - ter no máximo 5 (cinco) anos, excluído o ano de fabricação;

III - ter capacidade mínima de 125 (cento e vinte e cinco) e máxima de 300 (trezentas) cilindradas;

IV - possuir registro de propriedade em nome da pessoa detentora do direito de explorar os serviços de que trata esta Lei, salvo quando se tratar de cooperativa.

Parágrafo único. A motocicleta deverá ser licenciada por categoria moto-táxi ou moto-transporte e o regulamento estabelecerá os equipamentos e as formas de identificação de cada categoria.

CAPÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS CADASTRADAS E DOS CONDUTORES

Art. 13. As empresas e pessoas credenciadas e os condutores cadastrados deverão respeitar as disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, especialmente:

I - cumprir o disposto no CTB e na legislação do Município de Concórdia;

II - transportar carga somente em condições e limites de quantidade, peso e dimensões aprovados em legislação pertinente;

III - conduzir a motocicleta com os equipamentos de segurança e dispositivo de controle aprovados e exigidos em legislação específica;

IV - portar os documentos originais válidos que autorizem o serviço;

V - agir com respeito e urbanidade nas relações interpessoais da atividade;

VI - comparecer às convocações feitas pela Administração Pública, bem como aos cursos de orientação exigidos;

VII - estacionar a motocicleta sempre em local adequado e permitido;

VIII - manter a motocicleta em boas condições de tráfego;

IX - fornecer à Prefeitura Municipal todas as informações que forem solicitadas sobre as atividades exercidas;

X - comunicar à Prefeitura Municipal quaisquer alterações contratuais, do estatuto, de endereço e área destinada ao estacionamento das motocicletas e de atendimento ao público;

XI - atender a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

XII - utilizar capacete e colete com identificação do condutor, aprovados pelos Órgãos competentes.

CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 14. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta Lei, respondendo o infrator civil e administrativamente.

Art. 15. As infrações a qualquer dos dispositivos desta Lei, sujeitam as pessoas que exploram os serviços de que trata o art. 1º, conforme a gravidade da falta, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - penalidade pecuniária;

III - apreensão do veículo automotor;

IV - suspensão temporária da autorização;

V - cassação da autorização.

Art. 16. A advertência será sempre por escrito, toda vez que o prestador de serviços:

I - infringir os regulamentos, portarias e outras exigências impostas por normas;

II - tiver contra si comprovadas denúncias de prestação de serviço de forma atentatória ou perigosa a passageiros e pedestres.

Art. 17. A penalidade pecuniária consistirá em multa correspondente a 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs Municipal e será inscrita em dívida ativa, caso não seja paga no prazo regulamentar.

Parágrafo único. A penalidade pecuniária de que trata o caput deste artigo será aplicada nos casos em que o prestador de serviços:

I - não respeitar os requisitos e exigências estabelecidos pela legislação de trânsito;

II - transportar mais de um passageiro ou volume e/ou peso de carga acima do permitido;

III - não possuir os equipamentos e requisitos no veículo, de acordo com o estabelecido em regulamento;

IV - cobrar valor maior que o limite regulamentar;

V - reincidir na penalidade de advertência.

Art. 18. A reincidência em infração com penalidade pecuniária dá ensejo à sua cominação em dobro.

Art. 19. Dar-se-á a apreensão do veículo automotor, sempre que este se mantiver em serviço, mesmo após verificado por vistoria que não atende às exigências legais.

Parágrafo único. Nos casos de apreensão, o veículo será recolhido em depósito, e a devolução proceder-se-á somente depois de pagas as despesas de transporte e guarda do mesmo, assim como, da assinatura de termo de comprometimento de que o veículo se adequará às exigências legais.

Art. 20. No caso de prestação do serviço sem a devida permissão ou com condutor e/ou veículo não inscrito junto ao Município, o

infrator ficará passível de multa de 150 (cento e cinquenta) UFIRs Municipal e apreensão do veículo.

Art. 21. No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 3 (três) meses, o veículo apreendido será vendido em hasta pública pelo Município, sendo aplicada a importância apurada, na indenização das multas e despesas e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 22. Será imposta pena de suspensão ao prestador de serviços que:

I - descaracterizar o veículo, retirando-lhe os equipamentos de segurança exigidos por lei e respectivo regulamento;

II - não regularizar o veículo apreendido;

III - for punido com mais de duas penalidades pecuniárias.

Art. 23. A pena de declaração de caducidade ou perda da permissão será imposta ao prestador de serviço que, por qualquer forma, transferir, ceder, emprestar, comercializar ou permitir que alguém utilize o veículo para exploração da atividade, de forma ilegal e sem autorização, assim como, ter sido penalizado com a suspensão e reincidir na mesma.

Art. 24. Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto, em 2 (duas) vias, no qual, entre outras informações, constará o relato do fato objeto da infração, o dispositivo legal infringido, a identificação do infrator e do veículo, o dia e o local, e dado conhecimento ao infrator.

§ 1º No prazo de 5 (cinco) dias úteis o infrator poderá apresentar defesa escrita.

§ 2º Em não sendo apresentada a defesa ou sendo ela julgada improcedente, será imposta a penalidade, da qual caberá pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 25. As autorizações para a exploração dos serviços de moto-táxi e/ou moto-frete, concedidas mediante credenciamento efetuado até 31 de dezembro de 2010, permanecerão até o prazo de renovação, de 5 (cinco) anos, findo o qual, extinguir-se-ão.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas abrangidas pelo disposto no caput deste artigo não poderão aumentar o número de condutores e motocicletas, em relação aos que possuírem cadastramento efetuado até 31 de dezembro de 2010.

Art. 26. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 27. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, inclusive para a fixação da tarifa máxima a ser cobrada pelos profissionais de que trata esta Lei." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 28 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Lei Nº 4.285, de 28 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.285, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Concordiense de Basquetebol - ACOB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Concordiense de Basquetebol - ACOB, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, registrado sob o nº 02746, no livro A-00013, em 24 de junho de 2005 e alteração do estatuto em 24 de junho de 2008, protocolada sob nº 46245 no Livro A-00013 e registrada sob o nº 04154 no Livro A-00020, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 07.467.252/0001-74.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 357/2011, de 20 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 357/2011, DE 20 DE ABRIL DE 2011.

Revoga o Decreto nº 1.034/94, de 23 de fevereiro de 1994, que averba tempo de serviço nos assentamentos funcionais da servidora CLEONICE FERRONATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando a solicitação da Diretoria de Recursos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 1.034/94, de 23 de fevereiro de 1994, que averba tempo de serviço nos assentamentos funcionais da servidora CLEONICE FERRONATTO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 356/2011, de 19 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 356/2011, DE 19 DE ABRIL DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor OSVALDO JOSE FAUTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, ao servidor OSVALDO JOSE FAUTH, ocupante do cargo de Agente de Obras, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de abril de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 358/2011, de 20 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 358/2011, DE 20 DE ABRIL DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JANETE TEREZINHA FRIZON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, à servidora JANETE TEREZINHA FRIZON, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2003 a 15 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 359/2011, de 20 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 359/2011, DE 20 DE ABRIL DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DEONILDE DAROLD PERONDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, à servidora DEONILDE DAROLD PERONDI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2002 a 5 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 360/2011, de 20 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 360/2011, DE 20 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a descentralização do Governo Municipal - gestão 2009/2012.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica instalado, no dia 25 de abril de 2011, o Governo Municipal no Distrito de Planalto, com a finalidade de descentralizar a Administração, em toda sua plenitude.

Art. 2º A instalação referida no art. 1º será no Centro Comunitário do Distrito de Planalto, Concórdia, SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

NEURI ANTONIO SANTHIER
Vice-Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 361/2011, de 20 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 361/2011, DE 20 DE ABRIL DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora PAULA REGINA GRAZZIOTIN SIQUEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, à servidora PAULA REGINA GRAZZIOTIN SIQUEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 362/2011, de 25 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 362/2011, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

Decreta luto oficial no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI e considerando:

- o passamento do cidadão Ivo Frederico Reich, ocorrido em 22 de abril de 2011;
- que o extinto ocupou relevantes cargos na vida pública, entre outros: Vereador, Vice-Prefeito e Prefeito Municipal de Concórdia.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial no território do Município de Concórdia, por 3 (três) dias, a partir de 22 de abril de 2011, em decorrência do passamento do cidadão IVO FREDERICO REICH.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 363/2011, de 25 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 363/2011, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA LOURDES MACHADO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, à servidora MARIA LOURDES MACHADO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 364/2011, de 25 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 364/2011, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor EDIMAR FERREIRA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, ao servidor EDIMAR FERREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 54801-05, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de dezembro de 2005 a 4 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 365/2011, de 25 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 365/2011, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora EVA MARIA SANTANA DO PRADO RITTER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, à servidora EVA MARIA SANTANA DO PRADO RITTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de julho de 2005 a 2 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 366/2011, de 25 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 366/2011, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JULIANA GUARESE DALBELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2011, à servidora JULIANA GUARESE DALBELLO, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de julho de 2000 a 10 de julho de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 367/2011, de 26 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 367/2011, DE 26 DE ABRIL DE 2011.

Dá nova redação ao inciso IV do art. 1º do Decreto nº 164/2011, de 16 de fevereiro de 2011, que concede gratificação, pelo exercício de função de direção, à servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º do Decreto nº 164/2011, de 16 de fevereiro de 2011, que concede gratificação, pelo exercício de função de direção, à servidoras, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

IV - NATALIA SILVEIRA LIMA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 54461-00 e 54461-01;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 368/2011, de 26 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 368/2011, DE 26 DE ABRIL DE 2011.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 334/2010, de 31 de março de 2010 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 334/2010, de 31 de março de 2010 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o inciso VI passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI - representantes da Fundação Municipal de Cultura:

a) titular: CLECI BISON;

b) suplente: ADEMIR PAULO KLEIN;" (NR)

II - a alínea "d" do inciso VII passa a vigorar com a seguinte redação:

"d) representantes de entidades não governamentais que desenvolvem projetos ou programas voltados ao atendimento do idoso:

1. titular: KETINY KAREN VARIZA;

2. suplente: ANA PAULA DE AZEVEDO PUHLE;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 369/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 369/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia FABIANA LANFREDI - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FABIANA LANFREDI, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 370/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 370/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia ADRIANA RUPPENTHAL - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ADRIANA RUPPENTHAL, no cargo de Professor - Língua Portuguesa, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 371/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 371/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia GLAUCIA MARIA FERASO - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GLAUCIA MARIA FERASO, no cargo de Professor - Artes, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 372/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 372/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia MADALENA MODOLON FERRI - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MADALENA MODOLON FERRI, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 373/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 373/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia VANDERLEIA FATIMA DA SILVA DE OLIVEIRA - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VANDERLEIA FATIMA DA SILVA DE OLIVEIRA, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 374/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 374/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia MARISA APARECIDA CAVALLI POZZO - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARISA APARECIDA CAVALLI POZZO, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 375/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 375/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia JANDIRA PAVIANI LORENSETTI - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JANDIRA PAVIANI LORENSETTI, no cargo de Professor - Séries Iniciais, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 376/2011, de 27 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 376/2011, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia MARGARIDA MORESCO DA SILVA - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARGARIDA MORESCO DA SILVA, no cargo de Professor - Séries Iniciais, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Resolução 003, de 26 de abril de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

habitacao@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 003, de 26 de abril de 2011

Dispõe sobre os critérios de indicação de famílias a serem beneficiadas com o Programa Habitacional - Minha Casa Minha Vida.

O Plenário do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Concórdia em reunião extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2011 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 3.989 de setembro de 2008, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social - PNHS e a Portaria nº 140, de 5 de abril de 2010 do Ministério das Cidades, RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar sobre a relação de famílias indicadas pelo Município que serão beneficiadas com as Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, que estão sendo construídas no Loteamento Frei Lency Processo nº 0305.151-88 e Nova Brasília Processo nº 0305.153-05, conforme previsto na Portaria 140 do Ministério das Cidades.

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 26 de abril de 2011.

MAURO KICHEL
Presidente CMHIS

Resolução 004, de 26 de abril de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

habitacao@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 004, de 26 de abril de 2011

Altera a Resolução nº 001, de 10 de março de 2011, que dispõe sobre a aprovação dos critérios de seleção das famílias a serem beneficiadas com o Programa Habitacional - Minha Casa Minha Vida.

O Plenário do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Concórdia em reunião extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2011 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 3.989 de setembro de 2008, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social - PNHS e a Portaria nº 140, de 5 de abril de 2010 do Ministério das Cidades, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o art. 3º da Resolução nº 001, de 10 de março de 2011, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.3º-

Os Critérios Locais de seleção das famílias a serem beneficiadas com as unidades habitacionais no Loteamento Frei Lency, processo nº 0329.937-72:

I - Famílias com três filhos ou mais;

II - Famílias com renda per capita de ¼ salário mínimo ou inferior;

III - Famílias que residem no município há cinco (5) anos ou mais.

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 26 de abril de 2011.

MAURO KICHEL
Presidente CMHIS

Portaria Nº 71/2011, de 28 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 71/2011, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo mencionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 2 a 16 de maio de 2011:

I - JAMIR BARON, ocupante do cargo de Mestre de Obras;

II - MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 72/2011, de 28 de Abril de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 72/2011, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 126 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder licença aos servidores abaixo mencionados, para o desempenho de mandato classista, junto ao Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia, no período de 2 de maio de 2011 a 31 de dezembro de 2012:

I - EDI TRINDADE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 58432-03, 20 (vinte) horas semanais;

II - VALDOMIRO TAFAREL, ocupante do cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais;

III - ZILDA MARCIA ONETTA, ocupante do cargo de Coordenadora, 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 2 de maio de 2011, a Portaria nº 71/2010, de 13 de abril de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Nr. 1/2011

Convite p/ Compras e Serviços 1/2011

Processo 1/2011

AVISO DE LICITAÇÃO Nr. 1/2011

A Comissão Permanente de Licitação do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON no exercício das atribuições que lhe confere, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, para o seguinte:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

Concórdia, SC, 02(dois) de maio de 2011(dois mil e onze).

RONI FINGER GONÇALVES

Comissão Permanente de Licitação

Edital de Tomada de Preços Nº 9/2011 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de abrigo de passageiros neste Município, conforme Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 03/06/2011.

Abertura: dia 06/06/2011, às 08:30h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 02 de maio de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2011 FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2011

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia - FMEC torna público que ratificou o ato do senhor Silvio-mar Bernardi, Chefe de Departamento, que declarou Inexigível a Licitação, nos termos do Caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para fins de divulgação das atividades esportivas promovidas pela Fundação Municipal de Esportes e para transmissão dos jogos do Campeonato Interiorano de Futebol Sete em favor das empresas: RÁDIO ALIANÇA LTDA, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais); RADIO RURAL DE CONCÓRDIA LTDA, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais); EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA, no valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e EDITORA DE JORNAIS ALTO URUGUAI LTDA, no valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Concórdia, SC, 03 de maio de 2011.

GIL ARTIFON

Superintendente FMEC

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Tomada de Preços Nº 3/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Fioravante Angelo Massolini, neste município de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou-se vencedora do objeto da licitação com o menor preço global de R\$ 408.812,99 (quatrocentos e oito mil, oitocentos e doze reais e noventa e nove centavos); a licitante SETEP CONSTRUÇÕES LTDA ficou na segunda colocação com o preço global de R\$ 434.965,57 (quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 03 de maio de 2011.

INÊS SALETE KLEIN

Presidente, em exercício

Edital de Notificação Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.282,18 (dois mil duzentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos).

Concórdia SC, 03 de maio de 2011.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 21.995,75 (vinte e um mil novecentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 03 de maio de 2011.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Editais de Notificação Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.097,48 (seis mil noventa e sete reais e quarenta e oito centavos).

Concórdia SC, 03 de maio de 2011.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Extrato do Convênio Nº 25/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TAMANDUÁ, inscrita no CNPJ sob nº 02.357.755/0001-73, representada pelo seu Presidente, senhor MARCELO DOMINGOS SESCO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na rede de telefonia.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: De 04.04.2011 à 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 26/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA CARAVAGIO, inscrita no CNPJ sob nº 02.342.693/0001-26, representada pelo seu Presidente, senhor DELCIO BINDA.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na rede de água.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 04.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 27/2011- FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2011- FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA GASPERINI, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.969/0001-02,

representada pelo seu Presidente, senhor DARCI LAZAROTTO.
OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 15.000,00

PRAZO: De 05.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 05 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 28/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 28/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE AGRICULTORES, DO DISTRITO DE SANTO ANTONIO, inscrita no CNPJ sob nº 00.701.996/0001-62, representada pelo seu Presidente, senhor JATIR SILVESTRE MARTINI.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na rede de água.

VALOR: R\$ 2.000,00

PRAZO: De 05.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 05 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 29/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 29/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE LINHA SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob nº 03.618.174/0001-00, representada pelo seu Presidente, senhor ROBERTO SLOGO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 14.000,00

PRAZO: De 06.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 06 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 30/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 30/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE LINHA SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob nº 03.618.174/0001-00, representada pelo seu Presidente, senhor ROBERTO SLOGO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento em melhorias na rede de água.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 06.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 06 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 31/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 31/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SALTINHO, inscrita no CNPJ sob nº 01.961.542/0001-93, representada pelo seu Presidente, senhor ITACIR LUIS TRENTIN.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 8.000,00

PRAZO: De 07.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 07 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 32/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 32/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RUI BARBOSA inscrita no CNPJ sob nº 01.404.596/0001-58, representada pelo seu Presidente, senhor AIRTON PIOVESAN.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 12.000,00

PRAZO: De 13.04.2011 à 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 13 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 33/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 33/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA GUARANI, inscrito no CNPJ sob nº 01.703.934/0001-52, representado pelo seu Presidente, senhor GIOVANI ROGOSKI.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na rede de água.

VALOR: R\$ 17.000,00

PRAZO: De 13.04.2011 à 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 13 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 34/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 34/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural

e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SURUVI, inscrita no CNPJ sob nº 02.616.583/0001-05, representada pelo seu Presidente, senhor NEIVO MASCHIO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na ampliação da rede de água.

VALOR: R\$ 16.000,00

PRAZO: De 14.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 14 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 35/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 35/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PLANALTO, inscrita no CNPJ sob nº 01.647.800/0001-61, representada pelo seu Presidente, senhor VALCIR DOMINGOS MARSARO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 19.000,00

PRAZO: De 27.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 36/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 36/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA TATETO, inscrita no CNPJ sob nº 05.990.487/0001-10, representada pelo seu Presidente, senhor JOSÉ REINALDO CERVELIN.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na rede de telefonia.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 27.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 37/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 37/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária -FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE ÁGUA DE VARGEM BONITA, inscrita no CNPJ sob nº 07.519.229/0001-86, representada pelo seu Presidente, senhor CARLOS ROGÉRIO ZANCHETT.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na melhoria da rede elétrica.

VALOR: R\$ 20.000,00

PRAZO: De 27.04.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 45/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 45/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SOCIEDADE DE CANTORES ALERTA, inscrita no CNPJ sob nº 83.222.273/0001-08, representada pelo seu Presidente, senhor VALMIR HÖHN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Paulino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 21.500,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 5 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 46/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 46/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CLUBE DE MÃES RECANTO ALEGRE, inscrito no CNPJ sob nº 80.638.331/0001-90, representado pela sua Presidenta, senhora CARMEN LUIZA SCHLIECK.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Rancho Grande e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 2.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 5 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 47/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 47/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CLUBE DE MÃES ESPERANÇA VIVA, inscrito no CNPJ sob nº 00.468.654/0001-44, representado pela sua Presidenta, senhora ZENI SALETE GASPARIN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Ouro e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 5 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 48/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 48/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o GRUPO DE IDOSOS SÃO ROQUE DE SURUVI, inscrito no CNPJ sob nº 02.406.615/0001-48, representado pelo seu Presidente, senhor JOSE CAVASSIN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Suruvi e população em geral, estruturação de

locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 5 de abril de 2011.

Cordilheira Alta**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria 191/2011**

PORTARIA Nº 191 DE 29 DE ABRIL DE 2011

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DA FILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde da filha, a Servidora, Sra. MARCIA D. BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 29 de abril de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Martins**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº. 061, de 02 de Maio de 2011**

PORTARIA Nº. 061, DE 02 DE MAIO DE 2011.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDORA QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE: Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITAR:

Art. 1º O retorno ao serviço da Servidora, Sra. Nilce Cassol, ocupante do Cargo de Diretor Geral de Finanças e Contabilidade, a partir do dia 09 de maio de 2011, em virtude da falta de profissional na área, junto ao setor contábil e financeiro da Administração Municipal.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias, em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 02 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 062 de 02 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 062 DE 02 DE MAIO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 02/05/2011 à 31/05/2011.

Nome	Cargo	Referências
Edilso Garbim	Mecânico Auxiliar	08/2006 à 08/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 02 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 018/11 - Registro de Preços - Pneus, Câmaras e Protetores

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 018/11

OBJETO: Eventuais aquisições de pneus, câmaras e protetores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 04/05/2011, às 09h00min do dia 16/05/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 16/05/11

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 03 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação para Apresentação de Documentos Nº 004/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO

DE DOCUMENTOS Nº 004/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Fica convocada a candidata abaixo relacionada, aprovada nas etapas de provas escrita, títulos e prática bem como no exame médico do concurso público de que trata o respectivo Edital, à comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste, ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, Avenida Getúlio Vargas, nº. 443 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Cargo	Nome
Agente Comunitário de Saúde - Ano Bom	Denize da Cruz dos Santos
Agente Comunitário de Saúde - Itapocú	Elizangela do Carmo Godinho Porsch
Auxiliar de Serviços Gerais	Ana Judith Rafaeli Rodrigues Jantsch
Auxiliar de Serviços Gerais	Iracema Krisanski Peggau
Motorista	Eurico Hamann
Operador de Máquina I	Paulo Olzewski
Trabalhador Braçal	Valdemiro Funka

Os aprovados no Concurso, ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

I. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;

II. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

III. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

IV. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

V. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares;

VI. Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;

- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;

- CPF;

- Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

- Comprovar idade mínima de 18 anos;

- Uma foto 3x4;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
- Folha Corrida Judicial;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Outros documentos exigidos por Lei, que venham a ser exigidos pelo setor de recursos humanos do município;

VII. O candidato, mesmo aprovado no concurso, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido de 15 (quinze) dias, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 29 dias do mês de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Editais de Resultado de Exame Médico Nº 004/2011

EDITAL DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO nº 004/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Divulga o resultado da 2ª fase - Exame Médico pré-admissional, referente ao Edital de Convocação para Exame Médico nº 001/2011 de 01 de março de 2011, 002/2011 de 04 de março de 2011, 005/2011 de 07 de abril de 2011, 006/2011 de 08 de abril de 2011:

Cargo	Nome	Situação
Agente Comunitário de Saúde - Ano Bom	Denize da Cruz dos Santos	Apta
Agente Comunitário de Saúde - Itapocú	Elizangela do Carmo Godinho Porsch	Apta
Assistência Social	Ademilde Ponnac	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Ana Judith Rafaeli Rodrigues Jantsch	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Iracema krisanski Peggau	Apta
Médico Estratégia Saúde da Família	Fabiéle Mello Assad	Apta
Motorista	Eurico Hamann	Apto
Operador de Máquina	Marcelo Borchardt	Apto
Operador de Máquina I	Paulo Olzewski	Apto
Trabalhador Braçal	Valdemiro Funka	Apto

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 29 dias do mês de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Editais de Pregão Presencial Nº 67/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para publicações de atos oficiais do município de Curitibanos na imprensa escrita com veiculação no estado de Santa Catarina, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 17/05/2011, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:30 horas do dia 17/05/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 02 de Maio de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Março/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:MICROLAGES INFORMATICA LTDA

CNPJ:06.040.884/0001-94

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:14/2011 Numero do Processo:14/2011

Numero do Contrato:74/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, PROCON E CPD, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura:24/03/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:24/03/2011

Vigência:24/03/2011 A 24/03/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Numero do Empenho:
Valor:2.750,00
Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: MICROLAGES INFORMATICA LTDA
CNPJ: 06.040.884/0001-94
Modalidade: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 130/2010 Numero do Processo: 130/2010
Numero do Contrato: 317/2010
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE ESTABILIZADA DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 09/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/12/2010
Vigência: 09/12/2010 A 09/01/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 58.081,84 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: MICROLAGES INFORMATICA LTDA
CNPJ: 06.040.884/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 131/2010 Numero do Processo: 131/2010
Numero do Contrato: 324/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, PARA TELEFONISTAS, JUNTA MILITAR/ CARTEIRA DO TRABALHO, DEPARTAMENTO PESSOAL, NOTA DO PRODUTOR RURAL, ASSESSORIA JURIDICA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 15/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/12/2010
Vigência: 15/12/2010 A 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 11.623,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: MICROLAGES INFORMATICA LTDA
CNPJ: 06.040.884/0001-94
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato: 340/2010
Fundamento Legal:
Objeto: LOCAÇÃO DE 1 NOBREAK SENOIDAL COMPLETO COM BATERIAS COM CAPACIDADE DE 3.5 KVA, ENTRADA 220V, SAÍDA 115 VOLTS, PELO PERÍODO DE 6 MESES, DESTINADOS A UTILIZAÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DE SETOR DE LICITAÇÃO, DEPARTAMENTO PESSOAL, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO E ASSESSORIA JURIDICA, LOCALIZADA NA RUA LAGES, Nº 400.

Data da Assinatura: 21/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/12/2010
Vigência: 21/12/2010 A 21/06/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.000,00
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFE LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato
Contratado:MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. MAQ. LTDA
CNPJ:85.193.860/0001-41
Modalidade:CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação:30/2011 Numero do Processo:30/2011
Numero do Contrato:84/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DO ROLO COMPRESSOR 08 TONELADAS VAP-55.

Data da Assinatura:29/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:29/03/2011
Vigência:29/03/2011 A 29/09/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.667,12
Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2011 Número do Processo:2/2011
Número do Contrato: 7/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE PARA 200 CESTAS BÁSICAS, QUE SERÃO DESTINADAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS CARENTES ATÉ 30/04/2011.

Data da Assinatura:14/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:14/02/2011
Vigência:14/02/2011 A 30/04/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 9.645,20
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 4/2011 Número do Processo:4/2011
Número do Contrato: 8/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS: PETI, ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, ATÉ DIA 31/07/2011

Data da Assinatura:15/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:15/02/2011
Vigência:15/02/2011 A 31/07/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 7.130,92
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ:83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2011 Número do Processo:3/2011
Número do Contrato: 15/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA

MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PARA PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:24/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:24/02/2011
Vigência:24/02/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 160,69
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ:83.054.924/0001-06
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2011 Número do Processo: 3/2011
Número do Contrato:43/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 11/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:11/02/2011
Vigência:11/02/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:191.810,18
Forma de Pagamento:CONFORME EDITAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - CAÇADOR
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação:7/2011 Número do Processo:7/2011
Número do Contrato:49/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, TRANSPORTES E OBRAS ESPORTE E LAZER, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E EXPOCENTRO/2011.

Data da Assinatura:14/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:14/03/2011
Vigência:14/03/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:11.595,40
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ:83.054.924/0001-06
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 4/2011 Numero do Processo: 4/2011
Numero do Contrato:67/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura: 23/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:23/02/2011
Vigência:23/02/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:133,15
Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:LIVRARIAS MOHR LTDA ME
CNPJ:07.261.562/0001-38
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:89/2010 Numero do Processo: 89/2010
Numero do Contrato:267/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS E DICIONÁRIOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial:23/12/2010
Vigência:23/12/2010 A 31/01/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 24.599,94 Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP
CNPJ:78.216.058/0001-64
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 86/2010 Numero do Processo:86/2010
Numero do Aditivo:77/2011
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 30/04/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura:28/02/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:28/02/2011
Vigência:28/02/2011 A 30/04/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP
CNPJ: 78.216.058/0001-64
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 1/2011 Numero do Processo: 1/2011
Numero do Contrato:99/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA USO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA OS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura: 02/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:02/03/2011
Vigência:02/03/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 332,95
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

CNPJ: 78.216.058/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2011 Número do Processo: 12/2011
Número do Contrato: 112/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE CAMA, MESA, BANHO, CORTINAS E TAPETES, PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E OS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura: 21/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/03/2011
Vigência: 21/03/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 25.035,40
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: LIVRARIAS MOHR LTDA ME
CNPJ: 07.261.562/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 89/2010 Número do Processo: 89/2010
Número do Contrato: 267/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS E DICIONÁRIOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010
Vigência: 23/12/2010 A 31/01/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 24.599,94 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP
CNPJ: 78.216.058/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 86/2010 Número do Processo: 86/2010
Número do Contrato: 264/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010

Vigência: 23/12/2010 A 28/02/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 14.524,20 Forma de Pagamento: CFE EDITAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: NET-DONIL ASSIST TEC EM INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04.258.483/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 14/2011 Número do Processo: 14/2011
Número do Contrato: 73/2011

Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, PROCON E CPD, CONFORME DESCRIÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura: 24/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/03/2011
Vigência: 24/03/2011 A 24/03/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.290,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: NET-DONIL ASSIST TEC EM INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04.258.483/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 88/2010 Número do Processo: 88/2010
Número do Contrato: 255/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICOS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010
Vigência: 23/12/2010 A 28/02/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.663,50 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: NET-DONIL ASSIST TEC EM INFORMATICA LTDA

CNPJ: 04.258.483/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 131/2010 Numero do Processo: 131/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 325/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, PARA TELEFONISTAS, JUNTA MILITAR/ CARTEIRA DO TRABALHO, DEPARTAMENTO PESSOAL, NOTA DO PRODUTOR RURAL, ASSESSORIA JURIDICA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 15/12/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/12/2010

Vigência: 15/12/2010 A 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 14.137,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ONIVALDO PEREIRA

CPF: 019.203.429-40

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Numero da Licitação: 32/2011 Numero do Processo: 32/2011

Numero do Contrato: 59/2011

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DA 1ª FASE DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE FUTEBOL DE CAMPO DA 1ª, 2ª E 3ª DIVISÃO CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001 DE 09.02.2011 E ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93

Data da Assinatura: 18/03/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/03/2011

Vigência: 18/03/2011 A 30/05/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 856,00

Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ORILDO TALAMINI ME - ORIMAQ AGRICOLA

CNPJ: 02.061.951/0001-04

Modalidade: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 4/2011 Numero do Processo: 4/2011

Numero do Contrato: 30/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO TRATOR FORD 6610, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/02/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 21/02/2011

Vigência: 21/02/2011 A 21/04/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 4.040,97

Forma de Pagamento: APÓS EXECUÇÃO DO SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: OSMAR PEREIRA

CPF: 548.944.339-15

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 21/2011 Numero do Processo: 21/2011

Numero do Contrato: 129/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NA FORMA DA LEI Nº 4.536/2010, 8.666/93 E AINDA A LEI Nº 11.947/2010.

Data da Assinatura: 29/03/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/03/2011

Vigência: 29/03/2011 A 15/07/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 4.612,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: MICROLAGES INFORMATICA LTDA

CNPJ: 06.040.884/0001-94

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 131/2010 Numero do Processo: 131/2010

Numero do Aditivo: 346/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 2.600,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, PARA TELEFONISTAS, JUNTA MILITAR/ CARTEIRA DO TRABALHO, DEPARTAMENTO PESSOAL, NOTA DO PRODUTOR RURAL, ASSESSORIA JURIDICA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010
Vigência: 23/12/2010 A 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.600,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: MICROLAGES INFORMATICA LTDA
CNPJ: 06.040.884/0001-94
Modalidade: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 130/2010 Numero do Processo: 130/2010
Numero do Aditivo: 350/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 09/04/2011 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE ESTABILIZADA DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 23/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/12/2010
Vigência: 23/12/2010 A 09/04/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - CAÇADOR
CNPJ:83.054.924/0001-06
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 7/2011 Numero do Processo:7/2011
Numero do Aditivo:53/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.752,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, TRANSPORTES E OBRAS ESPORTE E LAZER, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E EXPOCENTRO/2011.

Data da Assinatura:16/03/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:16/03/2011
Vigência:16/03/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho: 02.02 04.122.0002
2.005.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.752,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2010
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ:83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 73/2010 Numero do Processo: 73/2010
Numero do Aditivo: 241/2010
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 3.101,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO/2010.

Data da Assinatura:16/12/2010
Data da Publicação no Diário Oficial:16/12/2010
Vigência:16/12/2010 A 31/12/2010
Programa de Trabalho: 07.01 10.306.0009
2.066.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.101,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:LIVRARIAS MOHR LTDA ME
CNPJ:07.261.562/0001-38
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 89/2010 Numero do Processo:89/2010
Numero do Aditivo:9/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 03/04/2011, REFERENTE AQUISIÇÃO DE LIVROS E DICIONÁRIOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura:31/01/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:31/01/2011
Vigência:31/01/2011 A 03/04/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
 Numero do Empenho:
 Valor: Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

E FETADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Fevereiro/2011
 Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado:NET-DONIL ASSIST TEC EM INFORMATICA LTDA
 CNPJ:04.258.483/0001-80
 Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
 Numero da Licitação: 88/2010 Numero do Processo:88/2010
 Numero do Aditivo:80/2011
 Fundamento Legal:
 Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA
 30/04/2011 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ELE-
 TRÔNICOS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
 E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL..

Data da Assinatura:28/02/2011
 Data da Publicação no Diário Oficial:28/02/2011
 Vigência:28/02/2011 A 30/04/2011
 Programa de Trabalho:
 Unidade Gestora/Numero:
 Gestão/Numero:
 Numero do Empenho:
 Valor:
 Forma de Pagamento:

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 023, de 02 de maio de 2011.

DECRETO Nº. 023, de 02 de maio de 2011.
 Nomeia Membros da Comissão Municipal de Esporte - CME, e dá
 outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de
 Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o dis-
 posto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado
 com o Art. 3º da Lei Municipal nº 021/97, de 21 de maio de 1997;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes da Co-
 missão Municipal de Esportes - CME, representantes de entidades
 ligadas ao esporte no âmbito municipal:

Titulares:	Suplentes:
Cleiton Leonardo	Charles Perotoni
Diego Matheus	Fabiana Paulino
Eires Simão	Joelson Simão
Moacir da Silva	Cid Volnei da Silva
Abel Acordi	Lédio Lazzarin
Ronaldo Coelho	Roque Fabiano Bristot
Luiz Nicheli Cidade	Flávio Marcon Júnior
Gilson Luiz da Silva	Dilnei Justino Caetano
Tiago de Souza	Levi Darabas
Osni da Maia dos Santos	Deoraci da Maia dos Santos

Pedro da Silva

Manoel Delor da Rosa

Art. 2º O mandato dos membros da Comissão Municipal de Espor-
 tes - CME será de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 3º As funções dos membros da Comissão Municipal de Es-
 portes - CME são consideradas de relevante interesse público e
 exercidas sem ônus para o município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 02 de maio de 2011.
 MARCOS LEONE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
 Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto Nº. 022, de 02 de maio de 2011.

DECRETO Nº. 022, de 02 de maio de 2011.
 Altera transito de veículos na Rua Catarina Neto no Perímetro Ur-
 bano do Município de Ermo e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado
 de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, tendo em vista o
 disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 9º
 c/c com o Art. 12º da Lei nº 274, de 28 de maio de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o transito de veículos na Rua Catarina Neto
 no Perímetro Urbano como especifica:

I - os veículos de passeio deverão transitar somente no sentido
 Av. Pedro Simon à Rua Inácio Modesto Machado utilizando a pista
 da esquerda;

II - a pista da direita em toda sua extensão será de uso exclusi-
 vo para veículos de Transporte Escolar, sendo sinalizada por faixa
 amarela, "tartarugas" e placas indicativas;

III - a velocidade máxima permitida será de 40 Km/h ficando proi-
 bido o transito de veículos pesados;

Art. 2º Fica a Secretaria de Obras, Viação, Transporte e Serviços
 Urbanos, autorizada a promover a sinalização necessária nas ruas
 adjacentes indicando o novo sentido a ser utilizado pelos veículos.

Art. 3º As despesas para execução do disposto neste Decreto cor-
 rerão por conta do Orçamento Vigente da Secretaria de Obras,
 Viação, Transporte e Serviços Urbanos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de maio de 2011.
 MARCOS LEONE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
 Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 08/FMA/2011

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de pneus para atendimento ao Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha/SC, durante o exercício de 2011.

DATA DE ABERTURA: Dia 17 de maio de 2011 às 15:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 02 de maio de 2011.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1184/2011

PORTARIA N.º 1.184 DE 03 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, GECIANE XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.561.029-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de maio de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1185/2011

PORTARIA N.º 1.185, DE 03 DE MAIO DE 2011.

Revoga portaria 1.152, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.152, de 28 de abril de 2011, que contratou em caráter temporário, o senhor VALDO ROSA DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 044.910.709-46, na função de AGENTE OPERACIONAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1186/2011

PORTARIA N.º 1.186 DE 03 DE MAIO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de CRISTINA MEASSI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.664.629-17, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, por 32 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1187/2011

PORTARIA N.º 1.187, DE 03 DE MAIO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora MARLETE TEREZINHA CARLETO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 464.988.189-72, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1188/2011

PORTARIA Nº 1.188, DE 03 DE MAIO DE 2011.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora SIMONE PEREIRA GOBBI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 646.854.119-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1189/2011

PORTARIA Nº 1.189, DE 03 DE MAIO DE 2011.
Revoga a Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Função Gratificada FG - Nível 1, do servidor VALDECIR CARLOS CASAGRANDE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 460.876.809-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1190/2011

PORTARIA N.º 1.190 DE 03 DE MAIO DE 2011.
Designa Servidor Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor VALDECIR CARLOS CASAGRANDE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 460.876.809-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO,

para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de Fraiburgo, por 40 horas semanais, no período de 09 de maio de 2011 a 08 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1191/2011

PORTARIA N.º 1.191 DE 03 DE MAIO DE 2011.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de PEDRO PAULO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 649.397.669-34, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, por 40 horas semanais, a partir de 03 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0042/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0042/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0021/2011

Objeto: Aquisições futuras de tubos de concreto para uso do órgão gerenciador (município de Fraiburgo) e órgãos participantes Sane-frai, FMS e FME, no período de maio a agosto de 2011. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 16/05/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso do Pregão Presencial Nº 0043/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de camisetas para distribuição na Campanha do CREAS, contra a "Violência Doméstica", neste Município. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 19/05/2011.

Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso do Pregão Presencial Nº 0044/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de peças novas para reposição no ROLO COMPACTADOR MUELLER VAP 55, patrimônio nº 37. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 17/05/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Julgamento de Recurso Administrativo - Tomada de Preços Nº 0002/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2011 - SF

O Presidente da SANEFRAI torna público que no PAL em epígrafe foi PROVIDO o Recurso Administrativo interposto pela empresa ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA. Assim, foi julgada INABILITADA a empresa CONCÓRDIA POÇOS ARTESIANOS LTDA pelo não cumprimento do item 4.2.3.3.1 do Edital.

Para prosseguimento do certame, ou seja, abertura da PROPOSTA DE PREÇOS da empresa habilitada, ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA, foi designado o dia 04/05/2011 às 10:15 horas.

Fraiburgo(SC), 03 de maio de 2011.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Convocação Conselho Municipal de Contribuintes

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º do Regimento Interno, convoca os senhores Conselheiros, bem como a quem possa interessar, para a sessão de julgamento de processos, a ser realizada junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo no dia 23/05/2011 às 08:30 horas, tendo como pauta o julgamento dos processos de números 1854/2011 e 1582/2010.

OLIDES BERTAIOLLI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º do Regimento Interno, intima os representantes legais, bem como os procuradores das empresas IVANES DUTRA DE LIMA-ME e SRS-ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, para a sessão de julgamento dos

processos de seu interesse que ocorrerá no dia 23/05/2011 às 08:30 na sede da Prefeitura Municipal de Fraiburgo.

OLIDES BERTAIOLLI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Intimação Via Edital

Termo de Intimação

Fica a empresa 3J CHAPEAÇÃO, PINTURA, BALANCEAMENTO, COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 11.108.721/0001-36, intimada a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, os documentos abaixo relacionados, referente ao período de 02 de maio de 2006 a 30 de abril de 2011:

- Contratos de prestação de serviços como contratada e contratante; Documentos contábeis receitas e despesas; Guias de recolhimento do ISSQN, próprio e de retenção na fonte; Livros de registros de prestação de serviços; Blocos de notas fiscais de prestação de serviços; Blocos de notas fiscais de venda; Faturas de prestação de serviços; Cópia contrato social e alterações; Alvará de licença; Balanços e balancetes; Recibos de prestação de serviços; Requerimentos de Enquadramento como ME.

ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR
Auditor Fiscal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Extrato de Termo Aditivo Nº 05.Proc.07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

5º Termo Aditivo; Contrato nº. 07/2009; Processo nº. 07/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Objeto: Reajustar o valor pactuado inicialmente entre as partes, conforme Ofício CT/SAVV/SUVEF/GEVEN-1829/2011, este reajuste passam a vigorar conforme tabela em anexo a este aditivo.; Data da Assinatura: 02/05/2011.

Aviso de Licitação PR016/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios, para utilização nas unidades de Saúde, deste município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h25min do dia 17/05/2011.

A sessão se dará a partir das 14h30min do dia 17/05/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 03 de maio de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR017/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de materiais de expediente para uso da Prefeitura e Fundo Municipal de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 9h25min do dia 16/05/2011.

A sessão se dará a partir das 9h30min do dia 16/05/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 03 de maio de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR035/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a execução de serviços de transporte de alunos universitários. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 10h55min do dia 17/05/2011.

A sessão se dará a partir das 11h00min do dia 17/05/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 03 de maio de 2011.
Luiz Carlos Luiz
Prefeito Municipal

REAviso de Licitação PR020/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2011

A Prefeitura Municipal de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que republicou o edital de Pregão Presencial 20/2011 retificado, que tem por objeto o registro de preço

para aquisição de uniformes para os alunos da rede municipal de educação.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h25min do dia 18/05/2011.

A sessão se dará a partir das 14h30min do dia 18/05/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 03 de maio de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 14/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 14/2011; Processo nº. 66/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de materiais pedagógicos e kit escolar, para utilização nas escolas da rede municipal de ensino, deste município; Contratada: Aquinpel Sup. para Escritório inf. e Papelaria Ltda.; Valor: 49.262,00; Contratada: Carlos Augusto dos Passos EPP; Valor: 50.928,80; Contratada: Dial Departamento Ltda. - ME; Valor: 50.003,60; Contratada: Papelaria Espaço Escolar Ltda. EPP; Valor: 51.289,20; Data da Assinatura: 02/05/2011.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 15/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 15/2011; Processo nº. 68/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Maiara Santos Veiga; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de marmitas para a Secretaria de Infra-estrutura e Serviços Urbanos, deste município; Valor: 29.400,00; Data da Assinatura: 03/05/2011.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 16/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 16/2011; Processo nº. 72/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Garopaba Combustíveis Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de combustíveis, para utilização da frota Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde, deste município; Valor: 1.104.685,00; Data da Assinatura: 03/05/2011.

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação FMA Nº 004/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 004/2011
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE CIMENTO, BRITA, PÓ DE BRITA E TELA METÁLICA PARA A UTILIZAÇÃO NA CONFECÇÃO DE TUBOS DE DRENAGEM PARA ATENDER A ESTRADA GERAL DO QUIRIRI.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 16/05/2011 às 09:00h
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 02 de maio de 2011.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 011/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia PMG Nº011/2011
Tipo de julgamento: Menor Preço Global
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA SALA DE 25,74 M² NO PAVIMENTO SUPERIOR DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MAO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/05/2011 às 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 02 de maio de 2011.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº. 50, de 02 de Maio de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 50, DE 02 DE MAIO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS RURAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada, no âmbito do Município de Gaspar, a utilização dos Serviços Rurais abaixo especificados, cuja prestação será fornecida pelo Poder Público, conforme segue:

I - mecanização agrícola, previstos nesta Lei, limitados a 50 (cinquenta) horas/ano por família, valor este que será devida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis explorados para fins de agricultura familiar como fonte única ou complementar de renda, que efetivamente requererem e forem beneficiados por esses serviços; e

II - inseminação artificial, que será devida pelo proprietário ou possuidor do animal ao qual for requerido e beneficiado pelo procedimento.

§ 1º A utilização superior ao limite previsto na alínea "a" deste artigo deverá ser analisada e autorizada pelo Secretário Municipal de Agricultura, após apresentação de solicitação feita pelo interessado que comprove esta necessidade.

§ 2º Quando a demanda de solicitações dos serviços rurais previstos nesta Lei Complementar excederem à capacidade de atendimento do Poder Público Municipal, deverá ser respeitada a ordem de atendimento definida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Os serviços serão prestados pelas máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura, destinados a esses fins, mediante o pagamento dos preços fixados por Decreto do Poder Executivo, periodicamente atualizados, levando-se em conta o custo operacional das máquinas e equipamentos utilizados.

§ 1º Fica instituído um desconto de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor devido aos agricultores que emitirem nota fiscal tendo como base as notas e contranotas do ano anterior, a ser efetuado em sua totalidade, no decorrer do ano seguinte.

§ 2º O desconto a que se refere o parágrafo anterior será concedido apenas àqueles que efetuarem o pagamento no prazo fixado no art. 3º desta Lei Complementar.

§ 3º Os agricultores que tomarem os serviços mencionados nesta Lei Complementar de particulares, a cada 12 (doze) meses, poderão obter crédito perante o Poder Executivo Municipal, dando-lhe o direito de obterem a prestação dos mesmos, pelo Município, em igual quantia (horas/máquina).

§ 4º O crédito a que se refere o parágrafo anterior será mensurado em horas, em quantidade equivalente às prestadas e pagas pelo serviço particular, sendo atestada mediante a apresentação de documento fiscal.

Art. 3º O valor dos Serviços Rurais será realizado de acordo com o disposto nos artigos anteriores e o seu recolhimento, por meio de guia bancária, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços.

Parágrafo único. Somente poderão utilizar os serviços previstos nesta Lei Complementar os agricultores que tenham quitado os débitos anteriores relativos à utilização de serviços rurais.

Art. 4º O servidor municipal, qualquer que seja o seu cargo, função ou vínculo empregatício, que prestar o serviço ou formalizar o

ato inerente à utilização dos serviços de que trata esta Lei Complementar em desacordo com a quantidade de procedimentos, quilometragem rodada ou número de horas efetivamente realizados, responderá solidariamente com o sujeito passivo, pelo valor não recolhido ou recolhido a menor, bem como pelas penalidades cabíveis.

Art. 5º No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei Complementar, o Município deverá regulamentá-la.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente a Lei Complementar nº 03, de 19 de dezembro de 2001.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de maio de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº. 4.309 de 20 de Abril de 2011.

DECRETO Nº. 4.309 DE 20 DE ABRIL DE 2011.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Art. 1º Fica delegado ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA, inscrito no CPF sob nº. 036.638.489-90 e à Ordenadora de Despesas do F.I.A., MARIA SALETE DA SILVA SCHMITT, inscrita no CPF sob nº. 475.843.279-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos de todas as contas bancárias do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, consultar extratos e saldos das respectivas, ou ainda, de eventuais contas a serem abertas em nome do referido fundo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os demais dispositivos em contrário.

Gaspar, 26 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.311/11

DECRETO Nº. 4.311, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.313, de 28 de abril de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a seguinte dotação constante do orçamento para o exercício financeiro de 2011 da Câmara Municipal de Gaspar:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar
Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar
Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200002 - Remuneração de pessoal e obrigações acessórias

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90 - Aplicações Diretas

R\$ 120.000,0000

Art. 2º Fica suplementada, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a seguinte dotação constante do orçamento para o exercício financeiro de 2011 da Câmara Municipal de Gaspar:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200004 - Materiais e serviços de terceiros em geral

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90 - Aplicações Diretas

R\$ 120.000,0000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar, 28 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº. 4.318 de 02 de Maio de 2011.

DECRETO Nº. 4.318 DE 02 DE MAIO DE 2011.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA BERNADETTE NICOLETTI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a partir de 04 de maio, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora BERNADETTE NICOLETTI, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de sua aposentadoria.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.432, de 02 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 2.432, DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA CANDIDATA HABILITADA EM CONCURSO PARA OCUPAR EMPREGO PÚBLICO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, após cumpridas as formalidades do Edital de Concurso Público nº. 001/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, diante de habilitação no Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2009, a seguinte candidata classificada conforme o esquema a seguir:

Nome	Emprego	Carga Horária Semanal	Classificação Geral
Sueli Bittencourt	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Coloninha	40 horas	4º

Art. 2º A empregada pública nomeada pela presente terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da intimação, bem como se sujeitando à apresentação de todos os documentos exigidos, tudo de acordo com os termos do Edital de Concurso Público nº. 001/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de maio de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial Nº 64/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 64/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de pneus, câmaras e protetores. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 18/05/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 18/05/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 02 de Maio de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1064/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1064/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
KNI4318	54065028D	JULIANA SCOTTINI PONCHIROLLI	6920/0	233
LNK3386	55274377B	LAURINDO CORREA FAGUNDES	5045/0	162 * V
LWV9995	55116113C	VALDIR DA COSTA	5274/2	175
LWV9995	55116114C	VALDIR DA COSTA	6556/1	230 * I
MAW5168	54065349D	VERONICA DE MIRANDA	6920/0	233
MBJ1787	54065039D	PEDRO BRIZOLA	6920/0	233
MDI0021	54065213D	GILBERTO WILLIAM ALVES	6920/0	233
MDZ3939	55116138C	FABIANA BAESSO COSTA	6599/2	230 * V
MEJ9363	54065206D	ADENILSON SANTANA	6920/0	233
MEU4850	54065047D	GELSON NUNES FERREIRA	6920/0	233
MEZ6455	54065210D	DEBORA REGINA GONCALVES MARTINS	6920/0	233
MHT1258	55115033C	EDERSON DOS SANTOS PEREIRA	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1065/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1065/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ATP0005	55562030B	FRANCISCO GABRIEL DOS SANTOS	5746/3	187 * I
FRM1117	8147000053	JULIANO GONCALVES	7455/0	218 * I
IDT2845	55116376C	MARKS ALLAN POPPER	5746/3	187 * I
JOH8997	54064767D	SIMAO SIRINEU NAU	5746/3	187 * I
LWZ7597	54064906D	GILDEON DOS SANTOS REIS FILHO	7366/2	252 * VI
MAN8658	55077486C	DAVID ROSA BERNARDES	5746/3	187 * I
MAN8658	55077487C	DAVID ROSA BERNARDES	5835/0	195
MBH4228	54065111D	JOAO LINHAR	5746/1	187 * I
MBJ6025	54064455D	ARI MACHADO	5746/3	187 * I
MBX6718	54064521D	ODINILSON ROGERIO DE JESUS JOAQUIM	5819/7	193
MGI7330	54823537B	BLASIO SCHVAMBACH	6041/2	207
MGI7330	54823538B	BLASIO SCHVAMBACH	5207/0	169
MGI7330	54823539B	BLASIO SCHVAMBACH	5835/0	195
MGS2867	54064928D	VILMAR BACHMANN ME	5746/3	187 * I
MHC0103	8147000145	ADILSON METZNER	7455/0	218 * I
MHL2800	55562037B	NILTON CESAR SERAFIM	5991/0	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1068/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1068/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACN2072	55077310C	ELIANE MARIA WOLFART	6920/0	233
AID9308	54064556D	CHIRLEI APARECIDA DE SOUZA	6920/0	233
ALM1426	54065035D	ALEXANDRE RONCAGLIO	6920/0	233
LNK3386	55274373B	LAURINDO CORREA FAGUNDES	5142/0	164 c/c 162 * V
LNK3386	55274374B	LAURINDO CORREA FAGUNDES	6599/2	230 * V
LNK3386	55274375B	LAURINDO CORREA FAGUNDES	6637/1	230 * IX
LNK3386	55274376B	LAURINDO CORREA FAGUNDES	6637/2	230 * IX
LZR7116	54064810D	ALOISIA DA CUNHA	6920/0	233
MDG4563	55116281C	MARIA DARCI THEISS	6920/0	233
MFV9120	54065211D	CLAUDETE APARECIDA CORREA GONCALVES	6920/0	233
MGR4415	54064644D	FRANCISCO ALVES	6920/0	233
MJE1212	55116269C	MARTILENE RODRIGUES DE OLIVEIRA DE SOUZA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1069/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1069/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXO6141	54064785D	ADENILSON DEMARCHI	5746/3	187 * I
LYC1205	54064941D	JADER LUIZ MOREIRA	5746/3	187 * I
LYC1205	54064942D	JADER LUIZ MOREIRA	5835/0	195
LYC1205	54064943D	JADER LUIZ MOREIRA	6858/0	231 * VII
LYN3424	54065266D	ALTAIR FRANCISCO BONSERE	5746/3	187 * I
LZH1318	55118092C	ALMIR SALVIO	5541/1	181 * XVII
MCK3679	55117704C	ANDRE KRAUS DOS SANTOS	5185/1	167
MDL4806	55077334C	CENTER SOM AUDIO E VIDEO LTDA ME	5550/0	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1062/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 1062/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BUK1210	55116596C	JORGE SIMAO	5010/0	162 * I
BUK1210	55116598C	JORGE SIMAO	6912/0	232
MFG6166	55273229B	ILTOM LUIZ BASTOS	5045/0	162 * V
MFK6032	54065519D	RAFAEL ALEXANDER MARGHOTTI	6769/1	230 * XXII
MFT3265	55114314C	JOEL DUARTE DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MFT3265	55114316C	JOEL DUARTE DOS SANTOS	6637/1	230 * IX
MHS7910	55114318C	LUCIANA DE MELO	5010/0	162 * I
MHS7910	55114319C	LUCIANA DE MELO	5274/1	175
MHS7910	55114320C	LUCIANA DE MELO	6912/0	232
MPB6969	55074299C	GIOVANE JAIME KRAUSS	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1063/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 1063/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFF3043	55116654C	ANELSO TORETTI	5185/1	167
HQG8293	55115921C	ALEXESANDRE MACHADO	5827/0	194
MAI7575	54065150D	LUCIANA SCHNEIDER	5746/1	187 * I
MEN7317	55074270C	ARILSON FRILLING	5800/0	192
MFH7939	55118489C	MARCIO ERNANY BARG	5185/1	167
MFH7939	55118490C	MARCIO ERNANY BARG	6050/1	208
MFH7939	55118491C	MARCIO ERNANY BARG	7366/2	252 * VI
MFN7925	54065276D	RENNOVA RECICLAGEM LTDA ME	6041/1	207
MFT3265	55114315C	JOEL DUARTE DOS SANTOS	5738/0	186 * II
MFX7077	54065485D	SALA VIP AUDIO E VIDEO DESIGN COM IMP EXP LTDA	7366/2	252 * VI
MHS7910	55114321C	LUCIANA DE MELO	7030/2	244 * I
MHS7910	55114322C	LUCIANA DE MELO	5835/0	195
MHT1359	54065148D	HORTIFRUTIGRANJEIRA VILSON SCHWITZKI LTDA ME	5746/1	187 * I
MHZ7135	54065193D	JORGE LUIZ BIZ	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1066/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 1066/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BER2508	54065558D	SEBASTIAO ALTAMIR CARDOSO	6920/0	233
BFF0593	55117768C	MARCELO DA SILVA	5010/0	162 * I
BFF0593	55117769C	MARCELO DA SILVA	6912/0	232
IKK5103	55077145C	ROSITA ARNDT	6920/0	233
LXZ7132	54065743D	AGUINALDO FERNANDES ALMEIDA	6920/0	233
LYV4548	54065613D	MARIO PEREIRA BRAZ JUNIOR	6920/0	233
MBM1887	55115925C	MARIA MARLY COELHO	5010/0	162 * I
MBM1887	55115926C	MARIA MARLY COELHO	5061/0	163 c/c 162 * I
MCH7325	55115520C	SILVIO JOSE FERRARI	5169/1	165
MCP4165	55115516C	VITOR PINTO DA SILVA	5045/0	162 * V
MCP4165	55115519C	VITOR PINTO DA SILVA	6556/1	230 * I
MDE7002	54065741D	MARCOS ROBERTO LEAL	5169/1	165
MDY5992	55115605C	DILMA GARCIA	6599/2	230 * V
MEV5515	55117781C	JULIANO BERNARDO DE SOUZA	6599/2	230 * V
MHG7092	55116884C	HAMILTON MARINHO DE MELLO JUNIOR	6912/0	232
MHT1258	55118415C	EDERSON DOS SANTOS PEREIRA	5010/0	162 * I
MHT1258	55118416C	EDERSON DOS SANTOS PEREIRA	5061/0	163 c/c 162 * I
MHT1258	55118417C	EDERSON DOS SANTOS PEREIRA	6912/0	232
MJS4089	55116887C	ALEX JUNIOR HAMES	5010/0	162 * I
MJS4089	55116888C	ALEX JUNIOR HAMES	5061/0	163 c/c 162 * I
MJS7930	55114328C	VINICIUS REGASSON BOEIRA	5010/0	162 * I
MJS7930	55114329C	VINICIUS REGASSON BOEIRA	6637/2	230 * IX
MJS7930	55114330C	VINICIUS REGASSON BOEIRA	6556/4	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1067/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 1067/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXC9116	54065456D	ELIO TRIDAPALLI	5185/2	167
LYN6469	55116865C	THIAGO JUNIO CAMARGO BATISTA	5541/1	181 * XVII
MCK2634	54065462D	PEDRO NICOLAU SABEL	5541/1	181 * XVII
MDE7002	54065748D	MARCOS ROBERTO LEAL	5215/2	170
MDQ9281	55117535C	MARIA TEREZA LECIM	6050/1	208
MEG9455	54065666D	LENIR KINETZ LIMA	7366/2	252 * VI
MEM7018	55116893C	MARLI LACY GULINI	5541/6	181 * XVII
MFC1298	54065392D	CRISTIANO GONCALVES CAPORRINO	7366/2	252 * VI
MFT9811	54065391D	MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	7366/2	252 * VI
MHJ5616	55114332C	MARIA BERNADETE DE MIRANDA	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

SAMAE**Portaria Nº 42/2011 - SAMAE**

PORTARIA Nº 42 DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JOÃO CARLOS CAMPOS.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 02 de maio de 2011, o servidor JOÃO CARLOS CAMPOS, portador do CPF nº. 482.295.129-49 e da CI nº. 3R/1634.409 para o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de maio de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato do contrato Nº. 069/2011**

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 069/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: TECNOLÓGICA PREST. SERV. INFORM. E ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação e procuradoria, visando a recuperação de créditos tributários oriundos da dívida ativa efetivamente inscrita conforme edital e anexo. PRAZO: da assinatura do contrato até 02/05/2012. VALOR: R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Secretaria Municipal da Fazenda.

Governador Celso Ramos, 02 de maio de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 070/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 070/2011.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTO LTDA. OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso das unidades de saúde do município. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2011. VALOR: R\$ 3.303,40 (três mil e trezentos e três reais e quarenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde.

Governador Celso Ramos, 02 de maio de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 071/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO N. 071/2011.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: MARCONI KIRCH - ME. OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso das unidades de saúde do município. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2011. VALOR: R\$ 14.271,30 (quatorze mil e duzentos e setenta e um reais e trinta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde.

Governador Celso Ramos, 02 de maio de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato do termo aditivo Nº. 002/2011 ao contrato Nº. 001/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 002/2011 AO CONTRATO Nº. 001/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajotas da avenida caravelas com fornecimento de material conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula terceira - prazo, para 60 (sessenta) dias contados a partir de 03 de maio de 2011, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 02 maio de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Herval do Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 2.861/2011.**

LEI Nº 2.861/2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE 2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Herval d'Oeste, crédito especial no valor de R\$ 1.350.000,00 (Um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), para a inclusão da fonte 0183 - Operações de Crédito Interna no seguinte programa:

0800 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0802 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS URBANOS

0802.267820024-1006 - Abertura e Pavimentação de Ruas e Outras Obras

44900000-0183 - Investimentos R\$ 1.350.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito

especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.852/2011, de 06 de abril de 2.011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei Municipal 2840 de 28 de fevereiro de 2011.

Herval d'Oeste - SC, 02 de maio de 2.011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.900/2011.

DECRETO Nº 2.900/2011.

"REGULAMENTA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, DECRETA

Art. 1º. Fica regulamentado na Administração Municipal de Herval d'Oeste (SC) o Sistema de Credenciamento através de Edital de Chamamento, para a contratação de fornecedores dos seguintes serviços de saúde:

I - Fornecimento de Consultas Médicas, referente às seguintes especialidades, conforme relação constante do Anexo I.

II - Procedimentos com finalidade de diagnóstico, através de exames especializados, constantes no Anexo II.

III - Medicamentos para distribuição gratuita:

Os valores dos medicamentos terão como parâmetro os valores apresentados pela revista ABC FARMA, sendo definido um percentual a menor conforme interesse da administração. Os medicamentos serão concedidos pela Assistente Social, conforme estudo sócio econômico.

IV - Órteses, próteses e materiais especiais:

Estes produtos serão concedidos pela Assistente Social, mediante estudo sócio econômico, podendo ser total ou parcial.

V - Serviço de residência terapêutica:

Serviço oferecido à usuários dependentes químicos, cujo tempo de permanência excedeu a internação psiquiátrica. Os usuários farão jus a este serviço após passarem por avaliação dos profissionais do Centro de Atenção Psico Social. O pagamento dar-se-á por diárias, correspondendo ao tempo de permanência, não podendo exceder a 9 (nove) meses.

VI - Procedimentos de internações hospitalares:

Serviço oferecido em estabelecimentos hospitalares credenciados e os valores pagos serão conforme a Tabela SUS, autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os valores que serão pagos através do Fundo Municipal de

Saúde pelos serviços relacionados neste, terão como parâmetro a Tabela SUS, porém alguns serviços terão percentuais de acréscimos diferenciados, conforme interesse da administração e disponibilidade dos serviços.

Art. 3º. Os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se serão estabelecidos em Edital específico para o devido credenciamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, e em especial os Decretos nº 1855/2005, 1877/2005, 2081/2006, 2134/2006, 2137/2006 e 2781/2010.

Herval d'Oeste (SC), 02 de maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ANEXO I

Relação de especialidades Médicas:

ITEM - ESPECIALIDADE

- 01 - Endocrinologia
- 02 - Hematologia
- 03 - Ortopedia
- 04 - Cardiologia
- 05 - Otorrinolaringologia
- 06 - Medicina Interna
- 07 - Cirurgia de Cabeça Pescoço
- 08 - Obstetrícia
- 09 - Nutricionista
- 10 - Neurologia
- 11 - Oftalmologia
- 12 - Cirurgia Geral
- 13 - Ginecologia
- 14 - Radiologia
- 15 - Pediatria
- 16 - Gastroenterologia
- 17 - Proctologia
- 18 - Dermatologia
- 19 - Geriatria
- 20 - Psiquiatria
- 21 - Urologia
- 22 - Nefrologia
- 23 - Fisioterapia
- 24 - Reumatologia
- 25 - Pneumologia
- 26 - Infectologia
- 27 - Proctologia
- 28 - Angiologia
- 29 - Alergia
- 30 - Mastologia
- 31 - Acupuntura
- 32 - Fisioterapia

Serviços oferecidos à população na Clínica Credenciada ou na Unidade de Saúde, cujo serviço é referência à SMS. Os valores pagos terão como parâmetro a tabela SUS, com percentuais de acréscimos diferenciados para cada serviço conforme interesse da Administração Municipal e anuência de ambas as partes.

33 - Pequenos procedimentos cirúrgicos

Serviços serão oferecidos à população na Clínica Credenciada ou na Unidade de Saúde, cujo serviço é referência à SMS. Os valores pagos terão como parâmetro a tabela SUS, com percentuais de acréscimos diferenciados para cada serviço conforme interesse da Administração Municipal e anuência de ambas as partes.

ANEXO II**Relação dos Procedimentos de Diagnósticos:****ITEM - Procedimento****1 - Serviços de Análises Clínicas**

Serviço oferecido nos Laboratórios credenciados pelo valor definido na tabela SUS.

2 - Diagnósticos por radiologia

Serviço oferecido na Clínica Credenciada e os valores terão como parâmetro a Tabela SUS, porém com percentuais de acréscimo acordados entre ambas as partes, prevalecendo o interesse da administração.

3- Diagnóstico por ultra-sonografia

Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

4 - Diagnóstico por tomografia

Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

5 - Diagnósticos por ressonância magnética

Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

6 - Diagnóstico por endoscopia

Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

Decreto Nº 2.901/2011.

DECRETO Nº. 2.901 /2011.

FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE PARA O SETOR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições do seu cargo, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A :

Art. 1º. A partir do dia 04 de maio de 2011, fica instituído por tempo indeterminado, o sistema de TURNO ÚNICO de expediente para o Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação sediado no prédio da Prefeitura Municipal, que deverá ser cumprido das 13:00hs às 19:00hs, de segundas às sextas-feiras.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 02 de maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Imbituba**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria DGP/SEAGP N.º 090/2011**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 090, de 02 de maio de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor LOURIVAL DA SILVEIRA, inscrito no CPF sob o n.º 344.440.849-87, admitido em 13 de fevereiro de 1985, contrato nº 273, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
1995 a 2000	31.05.2011 a	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de maio de 2011.
2000 a 2005	26.01.2012	
2005 a 2010		

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 02 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 091/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 091, de 02 de maio de 2011.

Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de férias e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido o período de fruição de férias fixado na Portaria DGP/SEAGP Nº 084/2011, concedida ao servidor público municipal CHARLES DE CASTRO CARDOSO, matrícula n.º 1696, inscrito no CPF sob o n.º 888.491.129-04, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 244/2007, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Períodos aquisitivos	Fruição
2002/2003	04/07/2011 a 02/08/2011

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



Imbituba SC, 02 de maio de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Dispensa 01/2011 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM
PROCESSO Nº 02/2011
DISPENSA Nº 01/2011

Objeto: Aquisição de materiais de atendimento pré-hospitalar para as viaturas do Quartel do Corpo de Bombeiros de Imbituba.
Valor Total: R\$ 5.356,15
Empresa: Ideal Seg. Comercio de Equipamento e Serviço de Segurança LTDA.
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 04 de maio de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1131/2011

DECRETO Nº. 1131 DE 29 DE ABRIL DE 2011.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2071 Manutenção do Prog. e Campanhas de Vacinação
33900000 Aplicações Diretas
366.00 Vigilância em Saúde
R\$ 3.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 29 de abril de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1686/2011

PORTARIA Nº 1686 DE 11 DE ABRIL DE 2011.
Autoriza servidor a conduzir veículos do município.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a servidora ISABELA RECH, brasileira, solteira, funcionária efetiva deste Município, ocupante do cargo de fisioterapeuta, a conduzir veículos da frota municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomere, 11 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de abril de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1687/2011

PORTARIA Nº 1687 DE 25 DE ABRIL DE 2011.
Autoriza uso de veículo do município

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o destacamento da Polícia Militar de Iomerê, a utilizar o veículo Gol, placas MGX-3140, de propriedade da Prefeitura Municipal, para realizar rondas e outros serviços de sua competência enquanto o veículo oficial do destacamento encontra-se em manutenção.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 25 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 25 de abril de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1688/2011

PORTARIA Nº 1688 DE 29 DE ABRIL DE 2011
Concede Licença à Servidora Daniela da Rocha Munaro, por motivo

de doença em pessoa da família

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os Art 98 da Lei Municipal Complementar nº005/00 de 16 de agosto de 2000;

RESOLVE

Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em família, à Servidora DANIELA GOMES DA ROCHA MUNARO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para acompanhamento de seu filho que encontra-se em tratamento de saúde.

Art. 2º O afastamento caput do artigo anterior, será concedido até o dia 31 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomere, 29 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 29 de abril de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1689/2011

PORTARIA Nº 1689 DE 29 DE ABRIL DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ADIRCE TOMAZZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2009 a 30/09/2010 a contar de 02/05/2011 a 31/05/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 29 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 29 de abril de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1690/2011

PORTARIA Nº 1690 DE 29 DE ABRIL DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARILENA SALETE DEOLA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2010 a 02/01/2011 a contar de 02/05/2011 a 21/05/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 29 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 29 de abril de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1691/2011

PORTARIA Nº 1691 DE 02 DE MAIO DE 2011.
Nomeia ADEMIR LUIZ ROMBALDI para o cargo de Encarregado de Setor.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 320/05 de 13 de Julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Nomear ADEMIR LUIZ ROMBALDI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.686.172 e CPF nº 528.469.629-87, para o cargo de Encarregado de Setor, lotado na Secretaria de Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomere, 02 de maio de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 02 de maio de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.563/2011

LEI Nº 1.563/11, DE 26 DE ABRIL DE 2011.
"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação dos Acadêmicos do Município de Irineópolis/SC, no valor correspondente a até 40% (quarenta por cento) dos custos efetivos do transporte de acadêmicos desde que não ultrapasse o valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil

reais) por mês, a ser repassado em parcelas mensais e sucessivas. Parágrafo Único. O valor repassado deve atender à todos os acadêmicos que residem no Município de Irineópolis e que necessitam de transporte para deslocar-se até as instituições de Ensino Superior localizadas em Canoinhas e Porto União, no Estado de Santa Catarina, e União da Vitória, no Estado do Paraná, nos turnos matutino, vespertino e noturno, dos cursos de regime regular e especial.

Art. 2º - Os valores repassados, serão destinados a custear as despesas com o transporte de alunos do ensino superior residentes no Município para as cidades de Porto União e Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, e União da Vitória, no Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica a entidade beneficiária obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de relatório mensal dos alunos beneficiados, devidamente separados por turno, regime do curso e instituição de ensino superior, e com valor total pago, bem como o valor pago pelo acadêmico e pelo Município em cada linha, sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 4º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação orçamentária 2010 (54) - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos do orçamento em vigor.

Art. 5º - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Convênio, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art. 6º - O prazo de vigência do Convênio será até 31/12/2011, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de fevereiro de 2011.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 26 de abril de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Contrato Nº 69/2011 - PM

CONTRATO Nº 69/2011

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 31/2011 Que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa F.M. Pneus Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, no exercício do Cargo de Prefeito, brasileiro, casado, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade nº 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa F. M. Pneus Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.374.845/0004-91, com sede a rua Rodovia SC/453, s/nº, km 52,9 - Bairro Industrial, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Marcio Vitor Marcon, portador do CPF nº 746.745.790-15, RG nº 106.054.622-1, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 04/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2011, e Ofício nº 374/2011, do Senhor José Felix Martins - Diretor do Departamento de Projetos, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades

das partes, justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e parágrafo 1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima Sétima do Contrato nº. 31/2011, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira do Contrato nº. 31/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 7.835,00 (sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais) conforme abaixo discriminado:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	09	Recapagem de Pneu 1.400 x 24 a quente	VIPAL	427,00	3.843,00
12	08	Recapagem de Pneu 17.5 x 25 L3 a quente	VIPAL	499,00	3.992,00

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06(seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 02 de maio de 2011.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

WANDERLEI LEZAN

Contratante

FM PNEUS LTDA

MARCIO VITOR MARCON

Contratada

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek

CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka

CPF: 664.622.159-68

Extrato de contrato 68/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 68/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Maria Reni Lopes Senn - ME

Objeto: Construção de quiosque, com área de 200m², com cobertura de chapa de amianto 4mm, em madeira rústica e concreto.

Valor: R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais)

Vigência - 02.05.2011 a 02.06.2011

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 01/2011 ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 02/05/2011 Horário: 09h:30m

Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO

PROCESSO Nº 01/2011

Nº 30/2011

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via call Center e a destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação em julgamento foi publicada em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, mural público municipal, e site oficial do Município, Diário municipal no dia 15/04/2011 a fim de ampla divulgação. Retiraram o edital as empresas: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69, IMA CONSTRUTORA LTDA CNPJ/MF: 95.835.468/0001-02, SADENCO SUL AMERICANA DE ENG. E COM. LTDA, CNPJ/MF: 00.166.929/0001-95, QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ/MF: 82.094.640/0001-72, LUMINAPAR - EMPRESA PARANAENSE DE ILUMINAÇÃO, CNPJ/MF: 09.047.890/0001-61 e ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07. Iniciada a sessão os membros da CPL e o licitante presente rubricaram os envelopes de habilitações e propostas, os quais se encontravam devidamente lacrados. Protocolaram envelopes as empresas: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP e ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros. Neste ato foi solicitado aos representantes que motivassem suas constatações quanto a habilitação, que ocorreu da seguinte forma: o representante da empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP, apresentou as seguintes contestações quanto a habilitação da empresa ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no item nº 2.3.3 os certificados emitidos vencidos, além de não possuir certificado complementar de 80 horas, e não apresentar a reciclagem por estarem vencidos; o acervo técnico emitido em nome de Rafael Nabks, não possuem comprovação de registro de empregado ou sócio da empresa; e no item nº 2.1.2, o alvará de funcionamento esta com endereço diferente do cartão do CNPJ e da certidão negativa Municipal, portanto não comprova o funcionamento da empresa no local declarado pela empresa; e o representante da empresa ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA fez as seguintes contestações quanto a habilitação da empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP, no contrato social da empresa consolidado da empresa, no contrato, nem no alvará, nem do CNPJ, nem no CRC, prevê o objeto da licitação; o encerramento do balanço não tem autenticação da junta comercial, constando somente no termo de abertura e não possui no termo de encerramento, em diversos documentos são cópias não autenticadas, inclusive documentos dos veículos, nos certificados de NR 10, não identifica a empresa como patrocinadora do curso, observe-se que o curso deve ser fornecido pela empresa não do empregado pela empresa. Mediante tantas contestações a CPL

resolveu suspender a sessão para apurar as irregularidades pelo prazo de 15 (quinze) minutos. Baixado diligência a CPL entendeu que não há nenhum motivo grave de inabilitação de licitante, não querendo incorrer excesso de formalismo, que por consequência ocorreria em prejuízo ao Município, tendo em vista de que uma empresa ficaria impedida de apresentar sua proposta, ficando o Município com apenas uma proposta valida. E com observância no princípio da proposta mais vantajosa a CPL cumprindo o exposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, resolveu manter as duas concorrentes ao certame. Passando à fase seguinte foram abertos os envelopes de PROPOSTA das empresas habilitadas, que foram achados conforme, classificadas da seguinte forma: ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA com valor total de R\$ 355.291,55 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e um reais, e cinquenta e cinco centavos), e a empresa: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP, com o valor total de R\$ 318.696,00 (trezentos e dezoito mil seiscentos e noventa e seis reais). Observado pela CPL que o valor apresentado está de acordo com os orçamentos realizados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e dentro do preço máximo estipulado em edital o valor R\$ 413.443,72 (quatrocentos e treze mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente da Comissão de Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA

Membro

ISABELA RAICK DUTRA POHL

Membro

REPRESENTANTES PRESENTES:

ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP

ELIGIO JOSÉ SCHMITT

CPF: 732.446.439-49

ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

JORGE PEREIRA

CPF: 154.526.469-49

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato PP 2/2011/FUNREBOM - PL 2/2011/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2011/FUNREBOM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2011/FUNREBOM

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo automóvel sedan, novo, 0 km, ano/modelo 2011, destinado a manutenção das atividades dos Bombeiros Militares de Joaçaba, de acordo com as características mínimas descritas no anexo I do presente edital. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia

17/05/2011, a partir das 14h, na Secretaria Municipal de Administração, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 17/05/2010. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefones (049) 3527-8828/35278805 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 02 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Homologação Pregão 005/2011**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 5/2011 - PR**

Processo Administrativo: 5/2011
 Processo de Licitação: 5/2011
 Data do Processo: 11/01/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2011
 b) Licitação Nr.: 5/2011-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 02/05/2011
 e) Data da Adjudicação: 02/05/2011 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DAS ÁREAS TÉCNICAS ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, NO EXERCÍCIO DE 2011.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007916 - CESAR AUGUSTO SILOCHI	3	0,0000	1.200,00
- 007825 - GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	4	0,0000	7.150,00
	7		8.350,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (22)

Joaçaba, 2 de Maio de 2011.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Nº 149/2011 - CEQUIPEL/PML

CONTRATO N.º 149/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE LAGES, SC E A INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Aos 02 dias do mês de abril de 2011, de um lado o Município de Lages, SC, com sede à Rua Benjamin Constant, 13 – centro, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n.º 82.777.301/0001-90, neste ato representado pelo Sr. Renato Nunes de Oliveira, Prefeito Municipal, portador do CPF n.º 021.168.989-00 e da CI n.º 183.493, expedida pela SSP/SC, no uso da atribuição que lhe confere, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.325.400/0007-62, estabelecida à Rua 7, nº 358, Quadra 19, Lote 14 – Bairro Distrito Industrial de Socorro – Nossa Senhora do Socorro/SE – 49.160-000, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Luiz Ouriques, portador da carteira de identidade nº 707.880, expedida pela SSP/SC, CPF nº 298.625.669-49, doravante denominada CONTRATADA, em vista o constante e decidido no processo administrativo nº 23034.032203/2008-39, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem por objeto a aquisição de mobiliário escolar da educação básica de acordo com as especificações, quantitativos constantes deste Edital e seus Anexos.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor atribuído individualmente pela aquisição objeto da presente contratação será o seguinte:

Composição Lote	Quantidade Solicitada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
Conjunto Aluno/ CJA-03	1900	R\$152,00	R\$ 288.800,00
Conjunto Aluno/ CJA-04	900	R\$154,00	R\$138.600,00
Conjunto Aluno/ CJA-06	350	R\$155,00	R\$ 54.250,00
Conjunto Professor/ CJP-01	69	R\$190,00	R\$ 13.110,00
Mesa Pessoa em cadeira de Rodas/MA-01	22	R\$135,00	R\$ 2.970,00
		Total geral	R\$ 497.730,00

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

CLÁUSULA TERCEIRA – Vincula-se a este Contrato o Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2009, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, ou até a efetiva entrega, a contar da data de sua assinatura.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Contratante, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

fiscalizar e atestar o fornecimento do mobiliário, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;
comunicar eventuais falhas no fornecimento do mobiliário, cabendo à Contratada adotar as providências necessárias;
garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento do mobiliário.
emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA SEXTA - A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido na Cláusula Nona deste Contrato;
promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos veículos, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico e no presente Contrato;
notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.
proceder consulta "ON LINE" a fim de verificar a situação cadastral da CONTRATADA no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;
contratar Laboratório Acreditado pelo INMETRO para realização dos ensaios de conformidade do produto ao projeto apresentado;
atender as demais condições descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico) e na Ata de Registro de Preços;
responsabilizar-se pelo fornecimento do mobiliário, objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros;
executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da ABNT,



correspondente às demandas descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O mobiliário descrito neste Termo deverá ser entregue aos Contratantes em até 180 dias, cujo prazo será contado a partir da assinatura do contrato e da disponibilização dos endereços de entrega pelo Contratante, prevalecendo a data do evento que ocorrer por último.

Parágrafo Primeiro – O mobiliário será considerado como definitivamente recebido depois de confirmado em comparação com as especificações ofertadas pela Contratada em sua proposta, e atestados pelos gestores das unidades para tal fim.

Parágrafo Segundo – O mobiliário deverá ser novo, considerado como tal, os de primeiro uso. O mobiliário que estiver em desconformidade com as especificações deverá ser corrigido ou substituído no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a comunicação à Contratada.

Parágrafo Terceiro – Em conformidade com os artigos 73 e 75 da Lei nº 8.666/93, o objeto do presente Contrato será recebido pelo setor competente da Contratante, no seguinte local: Secretaria de Educação do Município de Lages, SC, no armazém da alimentação escolar, à Av. Belizário Ramos, n.º 5041, bairro São Cristóvão – cep: 88.509-100.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados a partir do atesto do gestor do contrato, aposto nos documentos de cobrança, e será realizado por meio de Ordem Bancária e mediante crédito em conta-corrente no domicílio bancário informado na proposta de preços.

Parágrafo Primeiro – No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

Parágrafo segundo – A Contratante pagará as faturas somente à Contratada, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

Parágrafo terceiro – O não pagamento nos prazos previstos nesta Cláusula acarretará multa à Contratante, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = N \times VP \times I$, onde:

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = índice de atualização financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE

Parágrafo Quarto – Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá apresentar ao contratante a 1ª via da Nota Fiscal de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de entrega do mobiliário e o atestado de aprovação da conformidade do produto (fornecido pelo laboratório contratado), apensado a Ficha de Inspeção e

Aceitação do mobiliário, conforme modelo – Encarte I, do Edital.

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA DÉCIMA – Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a Contratada se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de até 15 dias, após a assinatura do contrato, pela modalidade de Fiança Bancária.

Parágrafo Primeiro – O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

Parágrafo Segundo – A garantia ficará à responsabilidade e à ordem da Diretoria Financeira da Contratante e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro – Se a garantia prestada pela Contratada for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo Contratante, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas na Cláusula Décima Quarta deste contrato.

Parágrafo Quarto – Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a Contratada se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Contratante, mediante ofício entregue contra recibo.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de rescisão do Contrato com base no inciso I do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Décima Quinta, a Contratante executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Contratada terá que apresentar documento de Garantia do mobiliário com cobertura de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de entrega do mobiliário.

DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Atribui-se ao presente contrato o valor global de R\$ 497.730,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e setecentos e trinta reais).

Parágrafo Primeiro – Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes neste contrato;

Parágrafo Segundo – Os recursos serão alocados neste exercício, à conta da contratante, na seguinte classificação orçamentária: Infra-estrutura e Recursos Pedagógicos, ano base 2011;

2.1 – Convênio 704042/2010 – FNDE/PML, R\$ 492.752,70 (quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos);

2.1 – Conta-partida do município no percentual de 1% (um por cento) do valor global, na importância de R\$ 4.977,30 (quatro mil novecentos e setenta e sete reais e trinta centavos).

Parágrafo Terceiro – O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido do Contrato não caracterizam sua alteração, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, consoante faculdade

inserta no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A Contratada obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos mobiliário entregue com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global deste contrato, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

c) 1% (um por cento) por dia sobre o valor da garantia contratual, pela não apresentação/atualização, no prazo estabelecido neste instrumento, da garantia de execução contratual.

d) 5% (cinco por cento) por dia sobre o valor do mobiliário questionado, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecido no contrato.

e) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

f) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais -, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Primeiro – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a

proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá ser descontado de acordo com o parágrafo quarto desta Cláusula, ou ainda, a critério da Contratante, via recolhimento ao Contratante, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia da referida guia.

Parágrafo Terceiro – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

Parágrafo Quarto – No caso de a Contratada ser credora de valor suficiente, a Contratante poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a Contratada pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sétimo – A sanção estabelecida no inciso IV desta Cláusula é de competência exclusiva do Senhor Ministro de Estado da Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, nos termos do § 3º, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Oitavo – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Contratante, decorrentes das infrações cometidas.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela Contratante, com as consequências previstas abaixo.

Parágrafo Primeiro – A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da Contratante.

III – judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo – Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Terceiro - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido;

Parágrafo Quarto - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

DA ANÁLISE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pela Procuradoria Federal no FNDE, conforme determina a legislação em vigor.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O Foro para dirimir questões relativas à presente contratação será o Foro da Comarca de Lages/SC, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subcrevem.

Lages, SC, 02 de maio de 2011.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA

Representante

Sérgio Luiz Ouriques

Procuradoria Geral do Município

Setor de Licitações

CÂMARA DE VEREADORES

Aviso de Pregão Presencial Nº 4/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 4/2011

O OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de

empresa para a prestação de serviços de conexão de Internet para a Câmara Municipal de Lages/SC, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Anexo "V" do Edital. A ENTREGA dos envelopes contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até as 15h00min do dia 17/05/2011, no Depto. de Compras da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC. A ABERTURA do certame será dia 17/05/2011 às 15h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5425.

Lages (SC), 03 de maio de 2011.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO

Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 44/2011 - Fundo

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2011

Processo Licitatório nº 23/2011 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 23/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE PARA AS LOCALIDADES DE RIO DA VACA/ RIO ORATÓRIO/ RIO DO MEIO/ RIO DO RASTRO/ LAJEADO E RIO APERTADO EM CARÁTER EMERGENCIAL POR NÃO HAVER INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: GILVANIA ACORDI IGNÁCIO

Prazo de Vigência: 01/04/2011 a 30/06/2011

Valor: R\$ 1.635,00 (hum mil seiscentos e trinta e cinco reais)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Homologação Pregão pml.0016.2011 - AREIA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 0016/2011

O Prefeito Municipal de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0033/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço

- Objeto: Aquisição de areia média, destinada a serviços, reparos e consertos realizados pelas diversas secretarias da Prefeitura de Luzerna.

Proponente(s) Vencedora(s):

. HOBI & CIA LTDA

Valor total: R\$ 10.000,00

Luzerna (SC), 03 de maio de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna

**Extrato Tomada de Preço pml.003.2011 -
PAVIMENTAÇÃO LIMEIRA**
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço nº 003/2011 - Processo Licitatório: nº 0038/2011 - Tipo: Menor Preço Regimento: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
Objeto: Fornecimento de material e mão-de-obra para execução de 5.911,31m² de recuperação asfáltica e 273,15m² de sinalização vertical e horizontal nas ruas Limeira e Primavera, conforme projeto, memorial descritivo e orçamento máximo.
Entrega dos Envelopes da Habilitação e Propostas: 08 horas do dia 23.05.2011. Abertura: 08h10min do dia 23.05.2011.
Obtenção do Edital: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
Maiores Informações: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Luzerna (SC), 02 de maio de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Moção 004/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA
MOÇÃO Nº. 004/2011

A Câmara Municipal de Luzerna/SC, por meio da presente Moção de Congratulação, parabeniza a Escola Municipal São Francisco pela premiação recebida do "Programa pelo Direito de Ser Criança", promovido pela marca "OMO", em parceria com o Instituto Sidarta.

O recebimento da merecida premiação demonstra a seriedade e comprometimento para com os alunos da referida escola, demonstrando o reconhecimento das práticas de brincar e do aprender como experiência em prol do desenvolvimento infantil, fazendo com que assim, a educação municipal seja uma referência para os outros municípios do país.

Desse modo, parabenizamos todos os profissionais da Escola Municipal São Francisco pelos trabalhos realizados em benefício da educação municipal e conseqüentemente para o desenvolvimento social de Luzerna/SC.

Assinam a presente moção todos os vereadores desta Casa.

Luzerna (SC), 02 de maio de 2011.
ANDRÉ MUNZLINGER
ALCIR J. DENARDI
MOISÉS DIERSMANN
SÉRGIO MARTENDAL
JULIANO SCHNEIDER
MAURI SCHLINDWEIN
JOÃO BATISTA ZAMBONI
SIRLEI S. RECALCATTI
RODRIGO SOUSA

Macieira

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento nº 6/2011. Contrato Administrativo nº. 0015/2011. Processo licitatório nº 0006/2011. Convite nº 0003/2011. Objeto: Prorrogação de aquisição de diversas peças e mão de obra destinadas a recuperação das patrulas Huber Warco 140 e 165, pertencentes à Secretaria Municipal de Obras, conforme discriminado no Anexo 1 do presente Edital. Contratada: LOCOMAQ COMÉRCIO D EMÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 31/12/2011.

Macieira, 08 de abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Fundo Municipal de Saúde de Macieira. Processo Licitatório nº 0004/2011. Pregão Presencial nº 0002/2011. Contrato Administrativo nº 0009/2011. Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: JK PNEUS LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor total do contrato: R\$ 4.656,00.

Fundo Municipal de Saúde de Macieira. Processo Licitatório nº 0004/2011. Pregão Presencial nº 0002/2011. Contrato Administrativo nº 0010/2011. Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: JOAÇABA PNEUS LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor total do contrato: R\$ 5.440,00.

Macieira, 11 de abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Fundo Municipal de Saúde de Macieira. Contrato Administrativo nº 0011/2011. Objeto: Contratação de empresa para abertura de caixa e diferencial e realização de orçamento com relação de peças e serviços da ambulância Ducatto, placa MDQ 4896 do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: CARBONI VEÍCULOS LTDA. Prazo: 18/06/2011. Valor Total do contrato: R\$ 600,00.

Macieira, 13 de abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão de Licitações

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0015/2011. Pregão Presencial nº 0007/2011. Contrato Administrativo nº

0029/2011. Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção da frota de veículos e máquinas do município conforme especificações do anexo I do Edital. Contratada: TURBO AUTO PEÇAS LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor Total do contrato: R\$ 32.904,00.

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0015/2011. Pregão Presencial nº 0007/2011. Contrato Administrativo nº 0030/2011. Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção da frota de veículos e máquinas do município conforme especificações do anexo I do Edital. Contratada: MODELO PNEUS LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor Total do contrato: R\$ 6.232,00.

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0015/2011. Pregão Presencial nº 0007/2011. Contrato Administrativo nº 0031/2011. Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção da frota de veículos e máquinas do município conforme especificações do anexo I do Edital. Contratada: JOAÇABA PNEUS LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor Total do contrato: R\$ 11.078,00

Macieira, abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0016/2011. Pregão Presencial nº 0008/2011. Contrato Administrativo nº 0032/2011. Objeto: Aquisição de tubos de concreto para manutenção das estradas vicinais e das Rodovias MAC 195 e MAC 445 (Convênio 014222/2010-0), conforme descrições do anexo I do Edital. Contratada: CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor total do contrato: R\$ 4.842,00.

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0016/2011. Pregão Presencial nº 0008/2011. Contrato Administrativo nº 0033/2011. Objeto: Aquisição de tubos de concreto para manutenção das estradas vicinais e das Rodovias MAC 195 e MAC 445 (Convênio 014222/2010-0), conforme descrições do anexo I do Edital. Contratada: KLOTZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor total do contrato: R\$ 7.125,00.

Macieira, 11 de abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento nº 8/2011. Contrato Administrativo nº. 0018/2011. Processo licitatório nº 0007/2011. Convite nº 0004/2011. Objeto: Reajuste no valor da carga de gás na aquisição de materiais de limpeza e consumo para a manutenção das Secretarias Municipais no exercício de 2011. Contratada: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME. Prazo: 31/12/2011. Valor unitário com reajuste: R\$ 42,00.

Macieira, 28 de abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento nº 7/2011. Contrato Administrativo nº. 0010/2011. Processo licitatório nº 0005/2011. Convite nº 0002/2011. Objeto: Reajuste no valor do litro de leite UHT integral na aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de merenda escolar aos alunos da rede municipal de ensino no exercício de 2011. Contratada: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME. Prazo: 31/12/2011. Valor unitário com reajuste: R\$ 2,02.

Macieira, 28 de abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº. 0034/2011. Objeto: Contratação de empresa para serviços de recauchutagem de pneus para manutenção da frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais de Obras, Agricultura e Educação, conforme descrições do anexo I do Edital. Contratada: FM PNEUS LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor: R\$ 14.945,20.

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº. 0035/2011. Objeto: Contratação de empresa para serviços de recauchutagem de pneus para manutenção da frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais de Obras, Agricultura e Educação, conforme descrições do anexo I do Edital. Contratada: RECAUCHUTADORA RODA LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor: R\$ 16.706,00.

Macieira, abril de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1279 de 29 de Abril de 2011

LEI Nº. 1279 DE 29 DE ABRIL DE 2011
Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.028.846.0280.9093 - Contribuição ao PASEP
0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
0304 - 11600 - Contrib. De Interv. Do Dom. Econômico - CIDE
R\$ 600,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais),

do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0260.2086 - Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 11600 - Contrib. De Interv. Do Dom. Econômico - CIDE R\$ 600,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Lei Nº. 1280 de 29 de Abril de 2011

LEI Nº. 1280 DE 29 DE ABRIL DE 2011
Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0080.2026 - Manutenção do CRAS
0701 - 31900000 - Aplicações Diretas
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA
0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA
0702 - 335000 - Transf. A Instituições sem Fins Lucrativos
0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0404 - GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO GERAL
0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública
0404 - 44900000 - Aplicações Diretas
0404 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.364.0121.2049 - Apoio ao Ensino Superior
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Lei Nº. 1281 de 29 de Abril de 2011

LEI Nº. 1281 DE 29 DE ABRIL DE 2011
Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos-Saúde R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário Adm. e Finanças

Lei Complementar Nº 42/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 42/2011
Concede desconto de 30% na cobrança do valor da Taxa de Limpeza Pública - TLP inserido no carne de IPTU 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o desconto de 30% relativo a cobrança da Taxa de Limpeza Pública - TLP no carne de IPTU 2011.

§1º Para os contribuintes que optarem pelo pagamento em cota única, o desconto concedido no caput será calculado integralmente sobre o valor descrito no campo Taxa de Limpeza Pública informado na Notificação de lançamento - IPTU 2011 inserido no carne de IPTU 2011 e lançado no campo Desconto/Abatimento da guia para pagamento em cota única.

§2º Para os contribuintes que optarem pelo pagamento parcelado, o desconto concedido no caput será calculado integralmente sobre o valor descrito no campo Taxa de Limpeza Pública informado na Notificação de lançamento - IPTU 2011 inserido no carne de IPTU

2011 e lançado proporcionalmente a cada parcela no campo Desconto/Abatimento relativo a cada guia para pagamento parcelado.

Art. 2º Os contribuintes que já realizaram o pagamento da parcela em cota única ou 1º parcela na opção parcelada deverão comparecer junto a Secretaria de Administração e Finanças e requerer através de Procedimento Administrativo o ressarcimento do valor correspondente aos índices estabelecidos no artigo 1º da presente Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 29 de Abril de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 43/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 43/2011

Concede desconto de 20% na cobrança do valor do Imposto Predial e Territorial inserido no carne de IPTU e 10% na Taxa de Licença e Localização inserido no carne de ALVARÁ 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o desconto de 20% relativo à cobrança do Imposto Predial e Territorial no carne de IPTU 2011 e o desconto de 10% na cobrança da Taxa de Licença e Localização no carne de ALVARÁ 2011.

Art. 2º Os contribuintes que já realizaram o pagamento da parcela em cota única ou 1º parcela na opção parcelada deverão comparecer junto a Secretaria de Administração e Finanças e requerer através de Procedimento Administrativo o ressarcimento do valor correspondente aos índices estabelecidos no artigo 1º da presente Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 29 de Abril 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal
Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 1277 de 29 de Abril de 2011

LEI Nº. 1277 DE 29 DE ABRIL DE 2011
ALTERA ANEXOS DE METAS DO PLANO
PLURIANUAL - PPA 2010/2013 , LEI DAS
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO / 11 E
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL- LOA/2011 .

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída no Anexo II - Metas e Prioridades da

nº.1091/2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013, a seguinte ação:

Programa: 010: LEGISLATIVO
Função 01 - LEGISLATIVA
Sub-função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Ação 2103 - MANUTENÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM
Produto: Câmara Jovem
Unidade: Unidade
Meta: 03
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no Art. 1º desta Lei, fica reduzido no Anexo II - Metas e prioridades da Lei nº 1091/2009, a seguinte ação:

Programa: 010: LEGISLATIVO
Função 01 - LEGISLATIVA
Sub-função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Ação 2003 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Produto: Sessão
Unidade: Unidade
Meta: -0-
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 60.000,00

Art. 3º Fica incluída no Anexo II - Metas e Prioridades da Lei nº 1193/2010, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011, a seguinte ação:

Programa: 010: LEGISLATIVO
Função 01 - LEGISLATIVA
Sub-função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Ação 2103 - MANUTENÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM
Produto: Câmara Jovem
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Art. 4º Para atender o disposto no Art. 3º desta Lei, fica reduzido no Anexo II - Metas e prioridades da Lei nº. 1193/2010, a seguinte ação:

Programa: 010: LEGISLATIVO
Função 01 - LEGISLATIVA
Sub-função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Ação 2003 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Produto: Sessão
Unidade: Unidade
Meta: -0-
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Art. 5 A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Lei Nº. 1278 de 29 de Abril de 2011

LEI Nº. 1278 DE 29 DE ABRIL DE 2011
ALTERA ANEXOS DE METAS DO PLANO
PLURIANUAL - PPA 2010/2013

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba

(SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída no Anexo II - Metas e Prioridades da nº.1091/2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2010/2013, a seguinte ação:

Programa: 1000: SAÚDE
Função 10 - SAÚDE
Sub-função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Ação 1104 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE SANITÁRIA CENTRO
Produto: Prédio
Unidade: Unidade Sanitária
Meta: 01
Fonte: 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Saúde - R\$ 500.000,00
Fonte: 12255 - Transferências Convênios do Estado - Saúde - R\$ 200.000,00

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2178 de 29 de Abril de 2011

DECRETO Nº. 2178 DE 29 DE ABRIL DE 2011
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº.1279 de 29 de Abril de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.028.846.0280.9093 - Contribuição ao PASEP
0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
0304 - 11600 - Contrib. De Interv. Do Dom. Econômico - CIDE R\$ 600,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0260.2086 - Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 11600 - Contrib. De Interv. Do Dom. Econômico - CIDE R\$ 600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2179 de 29 de Abril de 2011

DECRETO Nº. 2179 DE 29 DE ABRIL DE 2011
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1280 de 29 de Abril de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0080.2026 - Manutenção do CRAS
0701 - 31900000 - Aplicações Diretas
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA
0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA
0702 - 335000 - Transf. A Instituições sem Fins Lucrativos
0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0404 - GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO GERAL
0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública
0404 - 44900000 - Aplicações Diretas
0404 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.364.0121.2049 - Apoio ao Ensino Superior
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2180 de 29 de Abril de 2011

DECRETO Nº. 2180 DE 29 DE ABRIL DE 2011
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1281 de 29 de Abril de 2011,

DECRETA:
Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00

(Cem mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos-Saúde R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2181 de 29 de Abril de 2011

DECRETO Nº. 2181 DE 29 DE ABRIL DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais
0302 - 33900000 - Aplicações Diretas
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais
0302 - 44900000 - Aplicações Diretas
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Processo Licitatório Nº. 42/2011

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 42/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2011-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de um (01) link dedicado full, com velocidade de 4 MB, para atendimento da Prefeitura Municipal de Massaranduba. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 16/05/2011 CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 16.05.2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 02 de Maio de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 11/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 11/2011
PROCESSO: Edital de Credenciamento nº. 01/2009
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba
CONTRATADO: ALYNE NEVES CINTRA
OBJETO: Prestação de serviços de atendimento médico de urgência no Pronto Atendimento do Hospital do Município de Massaranduba / Por Hora
VALOR: R\$ 48,98 (Quarenta e oito reais e noventa e oito centavos)
DATA DA VIGÊNCIA: 15/04/2011 a 31/12/2011

SUZANE ELISA F. REINKE
Gestora dos Fundos Municipais

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº026/2011 do DIA 02/05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina
CNPJ: 83.539.668/0001-39 - Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br
RESOLUÇÃO Nº026/2011. 02/05/2011

Autoriza o Licenciamento ao Vereador Valdir Batista Lazaris pelo prazo de quinze (15) dias para Tratamento de Assuntos de Interesses Particulares

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador Valdir Batista Lazaris, para tratar de assuntos de interesses particulares pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 02 a 16 de maio de 2011.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseado no artigo 24, § 1º, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba (SC), 02 MAIO DE 2011.
JOSÉ OSNIR RONCHI
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

JAIR MICHELUZZI
Assistente Legislativo.

Resolução Nº027/2011 do DIA 03/05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571
e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000 - Massaranduba -
Santa Catarina
CNPJ: 83.539.668/0001-39 - SITE: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº027/2011 03/05/2011
Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Massaranduba, posto pela Resolução Nº003/2008.

José Osnir Ronchi, presidente da Mesa Diretora da Câmara de vereadores de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a presente:

RESOLUÇÃO

Art. 1º O §1º do art. 8º da Resolução nº 008/2008, que estabeleceu o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Massaranduba, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§1º A Câmara Municipal poderá admitir servidores públicos mediante concurso público de provas ou provas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, empregos ou funções por resolução específica e definição de suas remunerações, através de lei específica, cuja iniciativa cabe à Mesa Diretora, desde que haja previsão específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o cumprimento dos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Art. 2º Ficam inseridos os §§5º, 6º e 7º ao art. 8º da Resolução nº 008/2008, que estabeleceu o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Massaranduba, com as seguintes redações:

“Art. 8º

§5º A Mesa Diretora exigirá e fornecerá uniforme padronizado aos servidores públicos do Poder Legislativo.

§6º A Mesa Diretora poderá firmar convênios para a contratação de estagiários, nos termos da lei.

§7º A Mesa Diretora poderá contratar empresas de prestação de serviços terceirizados, para atividades específicas, que não configurem atividades fins do Poder Legislativo, tais como atendentes, telefonistas, informática, serviços de limpeza e afins.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571
e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000 - Massaranduba -
Santa Catarina
CNPJ: 83.539.668/0001-39

Art. 3º O caput do art. 117, da Resolução nº 008/2008, que estabeleceu o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de

Massaranduba, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 177. As sessões ordinárias serão em número de seis (6) por mês, devendo ocorrer nas segundas-feiras e quintas-feiras, sendo a última sessão ordinária de forma itinerante, ficando o calendário das sessões e os locais das reuniões ordinárias itinerante sob responsabilidade da Mesa Diretora, que o publicará no mês anterior, para conhecimento de todos.”

Art. 4º Fica inserido o §10 ao art. 195, da Resolução nº 008/2008, que estabeleceu o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Massaranduba, com a seguinte redação:

“Art. 195.

§10. “É vedado o uso de aparelhos celulares no plenário da Câmara de Vereadores, durante as sessões ordinárias, itinerantes, solenes e extraordinárias, sem a autorização do Presidente Mesa Diretora, devendo este ordenar aos infratores que se retirem do plenário, sempre que isso ocorrer.”

Art. 5º A Resolução nº 008/2008, que estabeleceu o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Massaranduba, passa a constar com os arts. 190-A e 190-B, com as seguintes redações:

“Art. 190-A. Após o termino do pronunciamento do orador, conforme artigo anterior será aberto prazo de cinco (05) minutos, para um (01) vereador de cada partido com representação na casa, o qual deverá se inscrever até o início da palavra livre junto ao 1º Secretário, para manifestar-se sobre o orador ou acerca do assunto pertinente.”

“Art. 190-B. Na palavra livre, o grande expediente terá duração de noventa (90) minutos.”

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba (SC), em 03 de Maio de 2011
JOSÉ OSNIR RONCHI
Presidente

Publicado do expediente na data supra

JAIR MICHELUZZI
Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1497/2011

LEI N.º1497/2011

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI N.º1350/2009, QUE FIXA O VALOR DE DIÁRIAS PARA OS AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os incisos I, II, III e os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, do artigo 1.º da Lei Municipal n.º 1350/2009, de 30 de março de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º []

I - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para afastamentos dentro do Estado com distância superior a 100 Km (cem quilômetros) da sede;

II - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para afastamentos para fora do Estado;

III - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para afastamentos para a Capital do país.

§ 1.º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devido o valor de R\$ 100,00 (cem reais) quando o deslocamento for inferior a 40 Km (quarenta quilômetros) da sede e não exigir pernoite fora da mesma.

§ 2.º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devido o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) quando o deslocamento for superior a 40 Km (quarenta quilômetros) e inferior a 100 Km (cem quilômetros).

§ 3.º Quando o deslocamento incluir pernoite, o agente político ou o servidor público terá direito à percepção de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), adicionado ao valor da diária.”

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de maio de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aditivo n.º 002/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

Aditivo n.º 002/2011

Contrato n.º. 016/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA.

Objeto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA) PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2011.

Valor: R\$ 1.860,66

Data da assinatura: 11 de abril de 2011.

Aditivo n.º 003/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

Aditivo n.º 003/2011

Contrato n.º. 016/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA.

Objeto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA) PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2011.

Valor: R\$ 1.757,55

Data da assinatura: 02 de maio de 2011.

Aditivo n.º 003/2011 (Acréscimo).

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO ADITIVO

Aditivo n.º 003/2011 (Acréscimo).

Contrato n.º. 028/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ACESSO SIMULTANEO DE USUÁRIOS.

Valor: 29.612,64

Data da assinatura: 01 de abril de 2011.

Contrato n.º 041/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA DE RELÓGIO PONTO INFORMATIZADO.

(CONTRATO n.º 041/2011)

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Sete de Setembro n.º 371, na cidade de Meleiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.837.741/0001-96 e com inscrição estadual isenta, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JONNEI ZANETTE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa NEWCARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua 67 n.º 719, Bairro Saturno, na cidade de Forquilha/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.043.649/0001-52 e com inscrição estadual n.º 253.211.115, representada pelo Senhor AMARILDO DA ROCHA, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratada compromete-se a prestar os serviços de manutenção e atualização do programa de Relógio Ponto Informatizado PONTO SYSTEM CB6 BIOMÉTRICO, mediante mão de obra e suprimento, visando o pleno funcionamento do programa e do equipamento instalado nas dependências do Contratante, mantendo-os em perfeitas condições de uso.

Parágrafo primeiro. A manutenção do programa não abrange quaisquer implementações que possam implicar em redefinição dos módulos integrantes da versão original do sistema, que por ventura venham a ser sugeridas pelo Contratante.

Parágrafo segundo. As eventuais implementações solicitadas pelo Contratante serão objeto de novo contrato de prestação de serviço, que sujeitam-se a novos valores monetários, a serem estipulados pelas partes.

Parágrafo terceiro. A Contratada oferece ao Contratante com a assinatura deste contrato e durante a sua vigência, um termo de garantia visando cobrir qualquer defeito de fábrica, danos causados por eventos da natureza ou a necessidade de reposição de peças desgastadas pelo uso do equipamento.

Parágrafo quarto. O Contratante perderá a garantia quando efetuar ou autorizar que seja efetuada a abertura do equipamento por pessoas não autorizadas pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO SERVIÇO

Pelo objeto deste contrato, fica estipulado o valor anual de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), a ser pago em parcela única, até o dia 30 do mês abril do corrente ano.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes da execução do presente Contrato correrão por conta da Dotação própria do Orçamento, mediante o empenhamento setorializado.

Dotação orçamentária n.º : 3.3.90.39.99.00.00.00 (7).

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 01 (um) ano, com início em 11 de abril de 2011, e término em 11 de abril de 2012 independente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) amigavelmente, por acordo comum das partes, mediante prévia notificação por escrito, através de correspondência com aviso de recebimento (AR), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, incabendo indenização a quaisquer das partes, resguardando o interesse público;

b) pelo descumprimento de quaisquer das partes contratantes, assegurando ao Contratante o direito de rescindir o presente contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo segundo. No caso de rescisão do parágrafo anterior, esta se dará se a Contratada estiver com os serviços em dia e os relógios ponto em perfeito funcionamento, e também se o Contratante estiver em dia com o pagamento devido àquela.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete a Contratada:

a) Manter os relógios ponto em perfeito funcionamento, com a devida atualização do programa, realizando todo e qualquer serviço e fornecendo material para tanto;

b) Atender a solicitação do Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas, e por um número ilimitado de vezes ao mês, ficando a disposição do Contratante pelo tempo necessário, arcando com as custas de deslocamento até a sede deste;

c) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos sociais e salários dos funcionários pertencentes a Contratada;

d) Obedecer as normas internas da Contratante, zelando pelo seu cumprimento, devendo para tanto, ter prévio conhecimento das mesmas;

e) Salvar todas as informações cedidas pela Contratante, bem como os procedimentos que esta execute em suas atividades.

f) Informar previamente à Contratante os trabalhos a serem executados, para a anuência da mesma, bem como informar acerca de possíveis implicações que a execução dos trabalhos possam gerar.

Parágrafo único. O descumprimento desta Cláusula, bem como das demais, importará na rescisão preceituada da Cláusula Terceira, com a obrigação de ressarcir a quantia já paga pelo Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao Contratante:

a) Manter os relógios ponto em local apropriado, conforme orientação da Contratada e para a própria prestação de serviços desta;

b) Possibilitar o livre acesso da Contratada em suas dependências e equipamentos, no que tange a execução dos serviços objeto do presente contrato;

c) Durante a execução das tarefas determinadas pela Contratada, determinar especial atenção do servidor municipal encarregado pelo Departamento de pessoal para o fiel cumprimento das mesmas;

d) Pagar pontualmente o valor estipulado na Cláusula Segunda, sob pena de suspensão do atendimento por parte da Contratada.

Parágrafo único. O descumprimento desta Cláusula, bem como das demais, importará na rescisão preceituada da Cláusula Terceira, com a perda da quantia já paga à Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Para dirimir eventuais questões relacionadas com este contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Meleiro, e renunciam a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, Contratante e Contratada firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Garantia de Relógio Ponto Informatizado em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro/SC, 11 de abril de 2011.

MUNICÍPIO DE MELEIRO - CONTRATANTE

Jonei Zanette - Prefeito Municipal

NEWCARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Contratada

TESTEMUNHAS:

a) _____

CPF n.º _____._____._____/____

b) _____

CPF n.º _____._____._____/____

Contrato N.º 042/2011

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS LASER E MULTIFUNCIONAIS.

(CONTRATO N.º 042/2011)

Contrato de fornecimento de Recargas de Toners, que entre si celebram o Município de Meleiro, doravante denominada PREFEITURA, com Sede a Rua Sete de Setembro - 371, com CNPJ nº. 82.837.741/0001-96, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor JONNEI ZANETTE, ora denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa CONSTANTINO COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA ME, com sede na Av. Santos Dumont, nº. 670 no Município de Criciúma/SC, com CNPJ nº. 05.612.520/0001-79 representada pelo Senhor CARLOS ROBERTO CONSTANTINO ora denominada CONTRATADA, tem justo e pactuado o presente instrumento de Contrato, mediante cláusula e condições a seguir exaradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A CONTRATANTE, de conformidade com os dispositivos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 8.883 de 08 de junho de 1994, fez publicar na devida forma, o Edital de Licitação - Carta Convite nº. 019/2011 de 01 de abril de 2011, para AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS LASER E MULTIFUNCIONAIS Nº. HP 85A, HP 12A, HP 35A, HP 36A, HP 1100, HP 2600, SANSUNG 4521, SANSUNG 5530, BROTHER 580, XC 830, PHASER 3117, LEX E-120, PARA MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme objeto do presente processo, que fica fazendo parte integrante deste Contrato, com entregas futuras e de forma parcelada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCESSO LICITATÓRIO

1º - A CONTRATANTE, através do processo licitatório, identificado na Cláusula Primeira, detalhou todas as condições para a aquisição dos materiais especificados, de forma que a CONTRATADA, ratifica através do presente, haver tomado conhecimento prévio de todas as condições e exigências constantes do Edital.

2º - Decorridas as fases licitatórias da habilitação, abertura e julgamento das propostas que apontou a CONTRATADA, a mesma se obriga a cumprir os termos do ato convocatório e as condições estabelecidas no presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES

I - DA CONTRATADA

1º - A CONTRATADA, através do presente instrumento de contrato, e de conformidade com o que estabelece a proposta apresentada, obriga-se a fornecer diretamente para a CONTRATANTE os materiais especificados no objeto da Carta Convite nº. 019/2011 e de acordo com os tipos e quantidades de consumo solicitadas pela CONTRATANTE.

2º - A entrega do material especificado na Carta Convite n.º 019/2011, que é parte integrante deste instrumento de Contrato, dar-se-á mediante a quantidade e especificação constante da requisição fornecida pela CONTRATANTE.

3º- Obriga-se a CONTRATADA, a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, qualquer irregularidade constatada nas autorizações de compras.

4º- Pela desistência sem justa causa do fornecimento dos materiais constante na Carta Convite n.º 019/2011, a CONTRATADA, obriga-se ao pagamento de uma multa contratual equivalente a 20% (vinte por cento), do valor total da licitação, salvo no caso de acordo e de interesse das partes.

5º - O descumprimento de quaisquer das condições estipulado no ato convocatório ou constante do presente instrumento por parte da CONTRATADA, importaria na incidência de multa contratual no mesmo valor da estipulada no item anterior deste contrato, sem prejuízo da rescisão contratual por parte da CONTRATANTE.

6º - O descumprimento da proposta feita pela CONTRATADA, lhe dará o direito de desistir do fornecimento sem ônus para a mesma.

II - DA CONTRATANTE:

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

a) efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula Quinta deste Instrumento;

b) comunicar à CONTRATADA, através do executor designado, qualquer anormalidade verificada na execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes da execução do presente Contrato correrão por conta da Dotação própria do Orçamento, mediante o empenhamento setorizado.

Dotação Orçamentária n.º: 3.3.90.30.16.00.00.00 (7,36).

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE, pagará diretamente para a CONTRATADA, o valor total de R\$ 12.420,00 (doze mil quatrocentos e vinte reais), pelos materiais discriminadas no processo Licitatório n.º 019/2011. Os pagamentos serão efetuados de acordo as quantidades de recargas entregues no mês.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2011 ou até o consumo das quantidades especificadas no processo licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

1º - A CONTRATANTE, reserva-se o direito de rever ou mesmo rescindir unilateralmente este Contrato, o que poderá fazer a qualquer tempo, sem que isso gere qualquer direito de indenização a CONTRATADA.

2º - Dentre outras condições ensejadoras da rescisão contratual por parte da CONTRATANTE, apontadas neste Contrato, também incidem aquelas mencionadas no artigo 78, da Lei n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que a CONTRATADA declara conhecer.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Para dirimir questões resultantes da execução do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Meleiro-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por assim estarem justos os Contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, firmamos o presente Contrato, em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro, 20 de abril de 2011.

MUNICÍPIO DE MELEIRO - CONTRATANTE

Jonnei Zanette - Prefeito Municipal

CONSTANTINO COPIADORAS E INFORMATICA LTDA ME CONTRATADA

Testemunhas:

a)

CPF n.º

b)

CPF n.º

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS LASER E MULTIFUNCIONAIS.

(CONTRATO N.º 042/2011)

Contrato de fornecimento de Recargas de Toners, que entre si celebram o Município de Meleiro, doravante denominada PREFEITURA, com Sede a Rua Sete de Setembro - 371, com CNPJ n.º. 82.837.741/0001-96, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor JONNEI ZANETTE, ora denominada CONTRATANTE

e de outro lado a empresa CONSTANTINO COPIADORAS E INFORMATICA LTDA ME, com sede na Av. Santos Dumont, n.º. 670 no Município de Criciúma/SC, com CNPJ n.º. 05.612.520/0001-79 representada pelo Senhor CARLOS ROBERTO CONSTANTINO ora denominada CONTRATADA, tem justo e pactuado o presente instrumento de Contrato, mediante cláusula e condições a seguir exaradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A CONTRATANTE, de conformidade com os dispositivos da Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei n.º. 8.883 de 08 de junho de 1994, fez publicar na devida forma, o Edital de Licitação - Carta Convite n.º. 019/2011 de 01 de abril de 2011, para AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS LASER E MULTIFUNCIONAIS N.º. HP 85A, HP 12A, HP 35A, HP 36A, HP 1100, HP 2600, SANSUNG 4521, SANSUNG 5530, BROTHER 580, XC 830, PHASER 3117, LEX E-120, PARA MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme objeto do presente processo, que fica fazendo parte integrante deste Contrato, com entregas futuras e de forma parcelada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCESSO LICITATÓRIO

1º - A CONTRATANTE, através do processo licitatório, identificado na Cláusula Primeira, detalhou todas as condições para a aquisição dos materiais especificados, de forma que a CONTRATADA, ratifica através do presente, haver tomado conhecimento prévio de todas as condições e exigências constantes do Edital.

2º - Decorridas as fases licitatórias da habilitação, abertura e julgamento das propostas que apontou a CONTRATADA, a mesma se obriga a cumprir os termos do ato convocatório e as condições estabelecidas no presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES

I - DA CONTRATADA

1º - A CONTRATADA, através do presente instrumento de contrato, e de conformidade com o que estabelece a proposta apresentada, obriga-se a fornecer diretamente para a CONTRATANTE os materiais especificados no objeto da Carta Convite n.º. 019/2011 e de acordo com os tipos e quantidades de consumo solicitadas pela CONTRATANTE.

2º - A entrega do material especificado na Carta Convite n.º 019/2011, que é parte integrante deste instrumento de Contrato, dar-se-á mediante a quantidade e especificação constante da requisição fornecida pela CONTRATANTE.

3º- Obriga-se a CONTRATADA, a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, qualquer irregularidade constatada nas autorizações de compras.

4º- Pela desistência sem justa causa do fornecimento dos materiais constante na Carta Convite n.º 019/2011, a CONTRATADA, obriga-se ao pagamento de uma multa contratual equivalente a 20% (vinte por cento), do valor total da licitação, salvo no caso de acordo e de interesse das partes.

5º - O descumprimento de quaisquer das condições estipulado no ato convocatório ou constante do presente instrumento por parte da CONTRATADA, importaria na incidência de multa contratual no mesmo valor da estipulada no item anterior deste contrato, sem prejuízo da rescisão contratual por parte da CONTRATANTE.

6º- O descumprimento da proposta feita pela CONTRATADA, lhe dará o direito de desistir do fornecimento sem ônus para a mesma.

II - DA CONTRATANTE:

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

a) efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula Quinta deste Instrumento;

b) comunicar à CONTRATADA, através do executor designado, qualquer anormalidade verificada na execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes da execução do presente Contrato correrão por conta da Dotação própria do Orçamento, mediante o

empenhamento setorizado.

Dotação Orçamentária n.º: 3.3.90.30.16.00.00.00 (7,36).

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
A CONTRATANTE, pagará diretamente para a CONTRATADA, o valor total de R\$ 12.420,00 (doze mil quatrocentos e vinte reais), pelos materiais discriminadas no processo Licitatório n.º 019/2011. Os pagamentos serão efetuados de acordo as quantidades de recargas entregues no mês.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2011 ou até o consumo das quantidades especificadas no processo licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

1º - A CONTRATANTE, reserva-se o direito de rever ou mesmo rescindir unilateralmente este Contrato, o que poderá fazer a qualquer tempo, sem que isso gere qualquer direito de indenização a CONTRATADA.

2º - Dentre outras condições ensejadoras da rescisão contratual por parte da CONTRATANTE, apontadas neste Contrato, também incidem aquelas mencionadas no artigo 78, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que a CONTRATADA declara conhecer.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Para dirimir questões resultantes da execução do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Meleiro-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por assim estarem justos os Contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, firmamos o presente Contrato, em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro, 20 de abril de 2011.

MUNICÍPIO DE MELEIRO - CONTRATANTE

Jonei Zanette - Prefeito Municipal

CONSTANTINO COPIADORAS E INFORMATICA LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

a)

CPF n.º

b)

CPF n.º

Contrato Nº. 043/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ADVOCATÍCIOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

(CONTRATO n.º. 043/2011)

Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ADVOCATÍCIOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO PODER EXECUTIVO, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, doravante denominada CONTRATANTE, com sede na Rua Sete de Setembro n.º 371, na cidade de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.837.741/0001-96, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor JONEI ZANETTE, e de outro lado MARIA ONDINA E. CALDAS PELEGRINI com sede a Rua Francisco Canella 00162 - Centro na cidade de Meleiro/SC inscrita no CPF n.º. 802.906.399-72 ora denominada CONTRATADA, tem justo e pactuado o presente instrumento de Contrato, mediante cláusula e condições a seguir exaradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A CONTRATANTE, em conformidade com os dispositivos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 8.883 de 08 de junho de 1994, fez publicar na devida forma, o Edital de Licitação - Carta Convite n.º 020/2011, de 01 de abril de 2011 para: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ADVOCATÍCIOS

E ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO PODER EXECUTIVO EXTRA-JUDICIALMENTE E JUDICIALMENTE ACOMPANHANDO AÇÕES JA AJUIZADAS, AJUIZANDO AS QUE FOREM NECESSARIAS, MEDIANTE PROCURAÇÕES C/PODERES EXPRESSOS, PARECERES, CONSULTAS, INTERPRETAÇÕES, PRATICAR TODOS OS ATOS ATINENTES AO CONHECIMENTO CIENTIFICO NA AREA, PARA O EXERCICIO DE 2011, conforme objeto do presente processo, que fica fazendo parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PROCESSO LICITATÓRIO

A CONTRATANTE, através do processo licitatório, identificado na Cláusula Primeira, detalhou todas as condições para a prestação de serviços especificados, de forma que a CONTRATADA, ratifica através do presente, haver tomado conhecimento prévio de todas as condições e exigências constantes do Edital.

Parágrafo único. Decorridas as fases licitatórias da habilitação, abertura e julgamento das propostas que apontou a CONTRATADA, a mesma se obriga a cumprir os termos do ato convocatório e as condições estabelecidas no presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DA CONTRATADA:

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se compromete a:

§ 1º. A CONTRATADA, através do presente instrumento de contrato, e de conformidade com o que estabelece a proposta apresentada, obriga-se a fornecer diretamente para a CONTRATANTE o Serviço especificado no objeto da Carta Convite n.º. 020/2011.

§ 2º. A prestação do serviço especificado na Carta Convite n.º 020/2011, que é parte integrante deste instrumento de Contrato, dar-se-á mediante a quantidade e especificação constante da requisição fornecida pela CONTRATANTE

§ 3º. Obriga-se a CONTRATADA, a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, qualquer irregularidade constatada nas autorizações de compras.

§ 4º. Pela desistência sem justa causa da prestação do serviço constante na Carta Convite n.º 020/2011 ora contratado, a CONTRATADA, obriga-se ao pagamento de uma multa contratual equivalente a 20% (vinte por cento), do valor total da licitação, salvo no caso de acordo e de interesse das partes.

§ 5º. O descumprimento de quaisquer das condições estipulado no ato convocatório ou constante do presente instrumento por parte da CONTRATADA, importaria na incidência de multa contratual no mesmo valor da estipulada no parágrafo anterior desta Cláusula, sem prejuízo da rescisão contratual por parte da CONTRATANTE.

§ 6º. O descumprimento da proposta feita pela CONTRATADA, lhe dará o direito de desistir do fornecimento sem ônus para a mesma.

II - DA CONTRATANTE:

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

§ 1º. Efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula Quinta deste instrumento;

§ 2º. Comunicar à CONTRATADA, através do executor designado, qualquer anormalidade verificada na execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes da execução do presente Contrato correrão por conta da Dotação própria do Orçamento, mediante o empenhamento setorizado.

Dotação orçamentária n.º: 3.3.90.35.01.00.00.00 (7).

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará diretamente para a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), totalizando o valor total de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), pela execução do serviço descrita na cláusula primeira.

Parágrafo Único - Os pagamentos serão efetuados mensalmente

conforme a prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2011 de ou até a prestação total dos serviços especificadas no processo licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

§ 1º. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rever ou mesmo rescindir unilateralmente este contrato, o que poderá fazer a qualquer tempo, sem que isso gere qualquer direito de indenização a CONTRATADA.

§ 2º. Dentre outras condições ensejadoras da rescisão contratual por parte da CONTRATANTE, apontadas neste contrato, também incidem aquelas mencionadas no artigo 78, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que a CONTRATADA declara conhecer.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Para dirimir questões resultantes da execução do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Meleiro/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem ajustados os contratantes, após lido e achado em conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, firmamos o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro, 25 de abril de 2011

MUNICÍPIO DE MELEIRO - Contratante

JONNEI ZANETTE - Prefeito Municipal

MARIA ONDINA E. CALDAS PELEGRINI - Contratada

Testemunhas:

a) _____

CPF n.º _____

b) _____

CPF n.º _____

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Aditivo Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de Fornecimento de Apólices de Seguro para Motoniveladora de Propriedade do Município de Mont

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA MOTONIVELADORA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO Nº 14/2010.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456, Km 15 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MARITIMA SEGUROS S/A, inscrita no CNPJ nº. 61.383.493/0112-04, representada neste ato pelo Sr. Rogério Luiz Fabrin, brasileiro, Gerente de Produção, portador da carteira de identidade nº6029708911, CPF nº 636.657.430-87, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente Termo Aditivo de contrato é a prorrogação do prazo de Contratação de Seguradora para fornecimento de apólice de seguros para Motoniveladora New Holland, ano e

modelo 2009 – RG- 140 B, de propriedade do Município de Monte Carlo, por mais 12 meses.

que a contratada obriga-se a fornecer à contratante conforme quantificação e especificação usuais de mercado e de acordo com as condições apresentadas na proposta da representante SICOOB SEGUROS, com sede em Campos Novos-SC,, os quais são parte integrante deste instrumento, e que solidariamente responderá com a seguradora já qualificada acima.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor total deste contrato é de R\$ 6.101,90(seis mil, cento e um reais com noventa centavos), a serem pagas em 4 (quatro) vezes, conforme proposta apresentada pela representante da contratada, que faz parte integrante deste instrumento, relativo ao item:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor de Mercado
	SECRETARIA de OBRAS			
01	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B Espécie:Maquina e Equipamento Marca: New Holland Modelo: RG 140B Seguro Contra Terceiros-responsabilidade civil 150.000,00 reais Contra roubo/furto, colisão e incêndio- 400.000,00 reais (inclusive furto simples sem arrombamento e uso da força) Danos elétricos - 50.000,00 reais Despesas de Salvamento - 50.000,00 reais	UN	01	400.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária do Município, constantes do Orçamento Geral do Município de 2011 abaixo relacionadas:

Conta	Reduzido
71 09.01 2.023 3.3.90.39.69.00.00.00	71

MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE OBRAS

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original constantes do contrato Nº 14/2010, ao qual este termo aditivo fica subordinado.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 02 de maio de 2011.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

Antoninho Tibúrcio Gonçalves

CONTRATANTE

MARITIMA SEGUROS S/A

Rogério Luiz Fabrin

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SABRINA BECKER GAUER



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CPF – 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT

CPF – 789.268.079-91

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 037/2010

DECRETO Nº 037/2010, em 28 de abril de 2011.

"PRORROGA O FERIADO EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado para sexta-feira, 27 de Maio de 2011, o feriado em comemoração ao Aniversário da Cidade, que deveria ser na sexta-feira (20), excepcionalmente este ano.

Art. 2º - A prorrogação abrange todos os órgãos da administração pública municipal, inclusive a descentralizada, comércio, indústrias e demais atividades.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 28 de abril de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 342/2011

PORTARIA Nº 342 /2011

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar execução do Contrato nº 093/2011.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 093/2011, o senhor Jocelino Marino Chini, matrícula funcional nº

4466, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, cujo objeto do contrato é a contratação de empresa para prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP em sistema pós-pago e fornecimento de 25 (vinte e cinco) acessos móveis com aparelhos em comodato, para uso das Secretarias Municipais.

Art. 2º - Atribui ao senhor Jocelino Marino Chini anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 02 de maio de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de maio de 2011.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças

Passo de Torres

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 061/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 61/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratado: Zila Pereira Garcia

Objeto: Prestação de Serviço de aulas de artesanato para 15 mulheres

pertencentes ao grupo da terceira idade "Amizade"

inscritos no programa bolsa família, conforme "Projeto Artesanato para terceira Idade."

E aulas para 10 adultos/adolescentes inscritos programa bolsa família conforme projeto

"Artesanato em Feltro", as aulas serão no CRAS deste município

Vigência: 04.06.2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.00.00.00.0052

Passo de Torres, 13 de abril de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº. 064/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 64/2011



Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratado: Valdir Machado Pereira
Objeto: Prestação de Serviço de Roçassão e Limpeza de Meio fio, Passeios Públicos, Ruas de Lazer e das Ruas e Avenidas deste município
Vigência: 31.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº. 23/2011
Modalidade Carta Convite
Dotação Orçamentária: (131) 2.048. 3.1.90.00.00.00.00.00

Passo de Torres, 28 de abril de 2011.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº.059/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 59/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratado: Construtora D´Duarte Ltda
Objeto: Prestação de Serviço de fiscalização de obras na execução e acompanhamento de projetos e instalações, informações no Sistema E-Sfinge Obras e Simec.
Valor: R\$ 30.060,00
Vigência: 31.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação Nº. 21/2011
Modalidade Carta Convite
Dotação Orçamentária: (12)2.007.3.3.90.00.00.00.00.00

Passo de Torres, 13 de abril de 2011.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº.060/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 60/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratado: Zila Pereira Garcia
Objeto: Prestação de Serviço de aulas de artesanato para 10 adultos/adolescentes inscritos programa bolsa família conforme projeto "Artesanato em Feltro", as aulas serão na localidade de Passo de Torres.
Valor: R\$ 1.020,00
Vigência: 06.06.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.0052

Passo de Torres, 13 de abril de 2011.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº.062/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 62/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratado: Alex Rodrigues da Silva
Objeto: Prestação de Serviço de aulas de ginástica para Idosos em situação de vulnerabilidade social, sendo 4 horas por dia, no Centro de Convivência da Terceira Idade deste município conforme "Projeto Ginástica Idoso Saudável".
Vigência: 31.06.2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.0052

Passo de Torres, 13 de abril de 2011.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº.063/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 63/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratado: Domingos comercio de Veículos e serviços Ltda
Objeto: Aquisição de um veículo Pas/Micro Ônibus Semi-Novo Ano e Modelo 2005.
Vigência: 31.12.2011
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação nº. 24/2011
Modalidade Carta Convite
Dotação Orçamentária: (20) 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (150)1.013.4.4.90.00.00.00.00.00.0100.0

Passo de Torres, 28 de abril de 2011.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal em Exercício

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 166/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 166/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor Manoel Antonio, brasileiro, portador do CPF nº 030.801.699-80, servidor público municipal, efetivo e estável, matrícula nº 642, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, até 14/06/2011, conforme número do benefício 544.560.410.8.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de Abril de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.504, de 02 de Maio de 2011

LEI Nº 1.504, DE 02 DE MAIO DE 2011

AUTORIZA DOAÇÃO DE TERRENO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, área de terra urbana de seu domínio, medindo 600 m² (seiscentos metros quadrados), avaliada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a qual faz parte de área maior medindo 1.800 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula nº 5.183.

Art. 2º O imóvel doado deverá ser utilizado pelo Estado para fins de abrigar as instalações do 2º Grupamento da 1ª Companhia do 15º BPM - "Polícia Militar" de Pinheiro Preto.

Art. 3º O projeto de construção deverá seguir padrão de modernidade do local, com arquitetura moderna, por estar localizado ao lado do Centro Administrativo e Educacional do Município.

Parágrafo único. Antes da expedição de alvará de construção, o donatário deverá submeter o projeto arquitetônico à apreciação da Autoridade Municipal, a fim de aprová-lo nos termos deste artigo.

Art. 4º A obra de engenharia (construção) deverá ser executada no prazo máximo de 03 (três) anos, contados a partir da entrada em vigor da presente lei.

Art. 5º O imóvel doado reverterá ao domínio do Município se o Donatário descumprir o disposto nesta lei, bem ainda se deixar de usar o imóvel para os fins específicos que ensejaram a doação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 03 de maio de 2011.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.505, de 03 de Maio de 2011.

LEI Nº 1.505, DE 03 DE MAIO DE 2011.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE TRUDO PLESSERS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira mensal à "APP - Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Padre Trudo Plessers", Pessoa

Jurídica de Direito Privado, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n. 02.015.522/0001-92, com sede na Rua Oclides Benedicto Scortegagna, n. 66, Município de Pinheiro Preto.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem por objetivo custear 50 % (cinquenta por cento) das despesas referente contratação de professor para ministrar curso de "acordeão e teclado" a pessoas do Município, especialmente crianças e adolescentes, no valor máximo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por aluno.

§ 2º O curso de que trata o § 1º teve início no mês de março de 2011, com término previsto para dezembro de 2011.

Art. 2º O Município repassará mensalmente a contribuição financeira, mediante comprovação do número de alunos que frequentaram o curso naquele mês.

Art. 3º A Associação beneficiária deverá mensalmente, e no ato da prestação de contas, exibir fotocópia do recibo ou documento equivalente que comprove o pagamento dos serviços prestados pelo professor do curso, bem como relação de alunos participantes, com assinatura conjunta também do profissional contratado.

Parágrafo único. A beneficiária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao Órgão Público da aplicação dos recursos.

Art. 4º As aulas deverão ter duração mínima de 01 (uma) hora.

Art. 5º Competirá a Secretaria Municipal da Educação o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei.

Art. 6º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 7º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 007/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2011.
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 24 de maio de 2011, licitação modalidade Tomada de Preços nº 007/2011, cujo objeto visa a Contratação de empresa para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) em parte da Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, nesta cidade.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 24/05/2011, até às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 02 de Maio de 2011
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.868/2011

LEI Nº 3.868, de 02 de maio de 2011.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação do exercício de 2011, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme discriminação a seguir:

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO 1003 - Construção Centros de Educação Infantil
MODALIDADE 4590 - 108 - Aplicações Diretas novo 40.000,00
MODALIDADE 4590 - 113 - Aplicações Diretas novo 80.000,00

TOTAL 120.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício 2011 nas fontes 108 - Salário Educação e 113-FUNDEB 40%.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de maio de 2011.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 570/2011

DECRETO Nº 570, de 02 de maio de 2011.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.868, de 02 de maio de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação do exercício de 2011, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme discriminação a seguir:

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO 1003 - Construção Centros de Educação Infantil
MODALIDADE 4590 - 108 - Aplicações Diretas novo 40.000,00

MODALIDADE 4590 - 113 - Aplicações Diretas novo 80.000,00

TOTAL 120.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício 2010 no Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de maio de 2011.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria Nº 429/2011 - RH

PORTARIA Nº 429, de 18 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20022150.1.00005/11-9, datada de 18 de abril de 2011, da Servidora LOURDES SWIRKOWSKI, que ocupa o cargo de provimento efetivo em extinção - isolado de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO do período correspondente a 2.754 dias, ou seja, sete (07) anos, seis (06) meses e dezenove (19) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, contribuições efetuadas no período de 01 de julho de 1987 a 19 de janeiro de 1995, diante do vínculo de emprego mantido com a Prefeitura Municipal de Porto União, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 430/2011 - RH

PORTARIA Nº 430, de 18 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Márcio Ricardo Luciano, aprovado em 2º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, do

quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 431/2011 - RH

PORTARIA Nº 431, de 18 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º. CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de fevereiro a 16 de dezembro 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Aline Raquel Sebben, para exercer as funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série (História), 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, e suas alterações, para ministrar aulas que excedem ao padrão efetivo de professores e que não justificam a nomeação de um servidor concursado, pois dependem da variação de turmas na escola conforme matrícula anual.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A contratada acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2011.

Porto União - SC, em 18 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 432/2011 - RH

PORTARIA Nº 432, de 18 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º. CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de abril a 14 de junho 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daniele Adriane de Cordova, para exercer as funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, 20 horas semanais, com

vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, e suas alterações, em razão da rescisão de Maria Gloria Millezzi que estava substituindo a servidora Giane Adriana Bormann Lenchiski em Licença Gestação seguida de férias.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A contratada acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2011.

Porto União - SC, em 18 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 433/2011 - RH

PORTARIA Nº 433, de 18 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 30 de março a 21 de dezembro de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Evelin de Fátima Mousse, para exercer as funções do cargo de Atendente Infantil, previsto no Anexo III, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora efetiva Josiane Beatriz Azeredo que se encontra em Licença Sem Vencimentos para Acompanhar o Cônjuge.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho de Vida, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de março de 2011.

Porto União - SC, em 18 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 434/2011 - RH

PORTARIA Nº 434, de 19 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 a 20 de abril de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Iria Vier Orth, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora efetiva Janete Preveda, que se encontra afastada para tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de abril de 2011.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 435/2011 - RH

PORTARIA Nº 435, de 19 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º. CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de abril a 04 de maio 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fernanda Regina Caldas, para exercer as funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, e suas alterações, em substituição à servidora Cristiane Ruschel Zago que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A contratada acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2011.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 436/2011 - RH

PORTARIA Nº 436, de 19 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 13 a 26 de abril de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Terezinha Ribeiro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora efetiva Rosane da Silva Derengoski, que se encontra afastada para tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2011.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 437/2011 - RH

PORTARIA Nº 437, de 19 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 19 de abril de 2011, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor JAIR FRANCISCO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 438/2011 - RH

PORTARIA Nº 438, de 19 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Evelin de Fátima Mousse, das funções do cargo de Atendente Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de abril de 2011.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 439/2011 - RH

PORTARIA Nº 439, de 19 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Liziane Beatriz Yokomizo, do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2011.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 440/2011 - RH

PORTARIA Nº 440, de 19 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, de 19 de abril a 03 de maio de 2011, o Contrato de Trabalho nº 114/2011 de Jussara Josiane Fidelis, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.412, de 13 de março de 2008, em razão da prorrogação do Atestado Médico da servidora efetiva Jucélia Aparecida Ferreira Espíndola.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 441/2011 - RH

PORTARIA Nº 441, de 20 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Iria Vier Orth, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 442/2011 - RH

PORTARIA Nº 442, de 20 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Juliana Savi, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Portaria Nº 444/2011 - RH

PORTARIA Nº 444, de 20 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Caroline Aparecida de Paula Marek, das funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração em Exercício Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal nº 5.127/2011

LEI Nº 5.127, de 29 de abril de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 58.640,00 (cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais), por conta do Contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Rio do Sul, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.03	Departamento de Habitação		
1.088	Plano Municipal de Habitação – Caixa Econômica Federal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 58.640,00	
	Total	R\$ 58.640,00	

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de abril de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.128/2011

LEI Nº 5.128, de 29 de abril de 2011.

"Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI e dá outras providências."

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Rio do Sul no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, ficando ratificado em todos os seus termos, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o Protocolo de Intenções constante do Anexo desta lei, subscrito em 06 de abril de 2009.

Art.2º Fica constituído como associação pública intermunicipal, com personalidade jurídica de direito público, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CIS-AMAVI, na forma do Protocolo de Intenções anexo, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu regulamento, Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de abril de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 017/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 017/2011 - DO CONTRATO REFERENTE CONCESSÃO

Concessão:

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA

Do Objeto: EXPLORAÇÃO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS,

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato celebrado entre a PREFEITURA e a CONCESSIONÁRIA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, iniciando em 01 de abril de 2011, com o seu término em 31 de março de 2012.

Rio do Sul, 16 de março de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Resumo de Aditivo 014/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2011 - DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA NR. 001/2003. REFERENTE Concorrência nº 001/2003

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: BLUMETERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Do Objeto: COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Sexta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando o mesmo com acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 06 de setembro de 2011.

Rio do Sul, 08 de março de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 015/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 015/2011 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 017/2010 Tomada de Preços nº 115/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.

Do Objeto: REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA DO BAIRRO BOA VISTA

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 13 de maio de 2011.

Rio do Sul, 14 de março de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Resumo de Aditivo 016/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 016/2011 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 126/2010

Tomada de Preços nº 110/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.

Do Objeto: CONCLUSÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DOS PASSEIOS DAS RUAS 7 DE SETEMBRO E GUILHERME GEMBALLA

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 21 de maio de 2011.

Rio do Sul, 14 de março de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

Resumo de Aditivo 018/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 018/2011 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 121/2010,

Tomada de Preços nº 106/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: RZS - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME.

Do Objeto: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 150 (cento e cinquenta) dias, com o seu término em 16 de setembro de 2011.

Rio do Sul, 22 de março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 016/2011

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2011

Carta Convite nº 012/201

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ENGENHAR - Engenharia e Incorporação Ltda

Objeto: contratação de empresa em engenharia na prestação de serviços de Gerenciamento, Assessoria, Supervisão e Consultoria à implantação de refeitório da Escola Modelo II, situada no bairro Rainha em Rio do Sul através de orientação técnica, conferência de informações quantitativas e qualitativas da evolução e implantação da obra, para fornecer elementos para que a Prefeitura sustente a garantia e qualidade da obra,
Valor: R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais) mês.
Prazo de Entrega: 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 10 de março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 024/2011

RESUMO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 024/2011

Tomada de Preços nº 011/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME

Objeto: execução da galeria tubular de concreto na Estrada Boa Esperança e rua Francisco Ferrari no bairro Fundo Canoas em Rio do Sul,

Valor: R\$ 117.518,20 (cento e dezessete mil e quinhentos e dezoto reais e vinte centavos).

Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias, após entrega nota fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 21 de março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 025/2011

RESUMO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 025/2011

Tomada de Preços nº 011/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME

Objeto: execução da galeria tubular de concreto na Estrada Boa Esperança e rua Elizabeth Jasper no bairro Fundo Canoas em Rio do Sul

Valor: R\$ 57.795,86 (cinquenta e sete mil e setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos).

Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias, após entrega nota fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 21 de março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato de Locação

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO

Dispensa de Licitação: inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: NH IND E COM LTDA.

Objeto: Locação de um imóvel localizado na rua Oreste Lenzi, 399 para instalação de Secretarias do município.

Valor: R\$ 2.131,00 (dois mil e cento e trinta e um reais) mês.

Prazo: 12 meses, com início em 02 de janeiro de 2011 com seu término em 02 de janeiro de 2012.

Condições de Pagamento: 15 (dez) dias do mês subsequente.

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 02 de janeiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato de Locação 008/2011

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 008/2011

Dispensa de Litação nº 004/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: HORST BREMER e IVONE PISKE BREMER

Objeto: locação de imóvel com as características necessárias para sediar a Secretaria Municipal de Obras, situado na Rua Bulcão Viana, 459, bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul, SC. Dados do Imóvel: Matrícula 38636, no livro 2, Fls. 001, de Registro Geral, contendo a área de 9.467,56m² (nove mil quatrocentos e sessenta e sete metros quadrados e cinquenta e seis décimos quadrados), edificado com três galpões em madeiras, sendo o 1º. com 154,00m², o 2º. com 718,00m² e o 3º. com área de 1.060,00m², de n. 459, e mais um galpão em alvenaria com área de 224,00m² que leva o n. 389.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mês

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses, com início em 31.01.2011 e término em 30.01.2012, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse das partes e, desde que haja acordo quanto ao novo valor do aluguel.

Condições de Pagamento: 15 (décimo quinto) dia de cada mês subsequente

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 31 de janeiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato de Locação 020/2011

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 020/2011

Dispensa de Licitação nº 029/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ENEDINA KOHLS

Objeto: locação ao Município uma casa, imóvel de sua propriedade, com área aproximada de 400 m², edificada uma construção de madeira com uma área de 100 m², sito a Rua André Largura, nº 50, Bairro Taboão, instalação do Centro de Educação Infantil Tia Bea de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Valor: R\$ 701,70 (Setecentos e um reais e setenta centavos) mensais

Prazo de Entrega: iniciando em 01 de Janeiro de 2011 e terminando em 31 de Dezembro de 2012.

Condições de Pagamento: dia 15 do mês subsequente

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 24 de fevereiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato de Locação 021/2011

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 021/2011

Dispensa de Licitação nº 032/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: LOIVANI GUILARDI

Objeto: locação ao Município uma casa, imóvel de sua propriedade, com área aproximada de 400 m², edificada uma construção de madeira com uma área de 100 m², sito a Rua André Largura, nº 30, Bairro Taboão, conforme registro de imóveis sob matrícula de nº 16366. instalação do Centro de Educação Infantil Tia Bea de

responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 680,43 (Seiscentos e oitenta reais e quarenta e três centavos)

Prazo de Entrega: iniciando em 01 de Janeiro de 2011 e terminando em 31 de Dezembro de 2012.

Condições de Pagamento: dia 15 do mês subsequente

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 24 de fevereiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato de Locação 022/2011

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 022/2011

Dispensa de Licitação nº 031/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ORION KNOLL

Objeto: locação de imóvel com as características necessárias para a execução de serviços de creche municipal, localizado na Travessa Henrique Conick, nº 40, bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul, SC. Dados do Imóvel: Matrícula 7359, averbado sob nº AV-2-7359 e registrado sob nº R-4-7359, no livro 2, de Registro Geral, contendo a área de 782,00 m² (setecentos e oitenta e dois metros quadrados), edificado com uma casa de alvenaria, com área de 294,96m² (duzentos e noventa e quatro metros e noventa e seis décimos quadrados), instalação do Centro de Educação Infantil Sebastião Back, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 3.116,96 (três mil cento e dezesseis reais e noventa e seis centavos) mensais

Prazo de Entrega: iniciando em 01 de Janeiro de 2011 e terminando em 31 de Dezembro de 2012.

Condições de Pagamento: dia 15 do mês subsequente

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 24 de fevereiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato de Locação 023/2011

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 023/2011

Dispensa de Licitação nº 030/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: WALMOR BUHR

Objeto: locação ao Município uma casa de alvenaria com 03 quartos/sala/copa/cozinha, 02 banheiros/área de serviço/garagem/varanda, imóvel de sua propriedade, sito a Rua XV de Novembro, nº 865, Bairro Laranjeiras, conforme registro de imóveis sob matrícula de nº 5182.

Valor: R\$ 1.001,88 (Um mil e um reais e oitenta e oito centavos) mensais

Prazo de Entrega: iniciando em 01 de Janeiro de 2011 e terminando em 31 de Dezembro de 2012.

Condições de Pagamento: dia 15 do mês subsequente

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 24 de fevereiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 026/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2011
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos três (03) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Floricultura Aliança Verdi Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.673/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de grama e flores da época para manutenção de praças e jardins do município, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Floricultura Aliança Verdi Ltda. ME.
Preço cotado para o Item: R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Flores de época, caixa com 15 mudas.
5,50

ITEM 02

Fornecedor: Floricultura Aliança Verdi Ltda. ME.
Preço cotado para o Item: R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Grama coreana.
6,50

ITEM 03

Fornecedor: Floricultura Aliança Verdi Ltda. ME.
Preço cotado para o Item: R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Grama esmeralda.
6,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ALCIR JOSÉ VOLTOLINI
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 009/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 009/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de

dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Tayu Química Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.601/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender os Departamentos da Prefeitura Central, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 01

Fornecedor: Tayu Química Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 10 de março de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RAFAEL RODRIGO NAZÁRIO
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 010/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 010/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Supermercado Princesa Isabel Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.601/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender os Departamentos da Prefeitura Central, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 02

Fornecedor: Supermercado Princesa Isabel Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 10 de março de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NIVIO LUIZ BUZZI
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 011/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 011/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineral Kabir Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.601/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender os Departamentos da Prefeitura Central, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 03

Fornecedor: Mineral Kabir Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 10 de março de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FABIO LUIZ ROPELATO
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 012/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 012/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dial Departamentos Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.601/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender os Departamentos da Prefeitura Central, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 04

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.

Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 07

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 09

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 10

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 11

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 12

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 10 de março de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ADEMIR LAURINDO
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 013/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 013/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Sparclean Comércio de Produtos de Limpeza Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.601/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender os Departamentos da Prefeitura Central, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 06

Fornecedor: Sparclean Comércio de Produtos de Limpeza Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 10 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

HERMES HAROLDO NEUMANN
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 014/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 014/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Luiz Fernandes Achar ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.601/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender os Departamentos da Prefeitura Central, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 08

Fornecedor: Luiz Fernandes Achar ME.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 13

Fornecedor: Luiz Fernandes Achar ME.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 10 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDES ACHAR
Empresário

Ata de Registro de Preço 015/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 015/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Maquipel Higiene Limpeza Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.601/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender os Departamentos da Prefeitura Central, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 15

Fornecedor: Maquipel Higiene Limpeza Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 19

Fornecedor: Maquipel Higiene Limpeza Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

LOTE 20

Fornecedor: Maquipel Higiene Limpeza Ltda.
Preço cotado para o Item: Conforme quadro comparativo anexo.
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conforme item 2 do Edital.
Conforme quadro comparativo anexo.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 10 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SILVIO LAMEU
Sócio Gerente

Ata de Registro de Preço 017/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 017/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte (20) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.643/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material de expediente para atender todas secretaria municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 02

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Apontador para lápis em metal.

0,59

ITEM 03

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1,90 (um real e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Bloco para recado colante com 04 un.

1,90

ITEM 07

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,59 (seis reais e cinquenta e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Caderno 10 matérias, capa dura.

6,59

ITEM 08

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 9,00 (nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Calculadora 10 dígitos.

9,00

ITEM 09

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 11,15 (onze reais e quinze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Calculadora científica.

11,15

ITEM 17

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Canetão hidrocor com 12 cores.
6,45

ITEM 30

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Cola de silicone, tamanho grande, com 04 un.

2,40

ITEM 46

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,50 (cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Estilete pequenos.

0,50

ITEM 49

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,48 (quarenta e oito centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Extrator de grampo em metal, tipo espátula

0,48

ITEM 59

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Grampo 23/13, cx., com 1.000 un.

2,85

ITEM 60

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Giz de cêra grossos, com 12 cores.

1,40

ITEM 61

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Grafite 0,5.

0,42

ITEM 62

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Grafite 0,7.

0,42

ITEM 63

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Grafite 0,9.

0,42

ITEM 69

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,00 (um real)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Lapiseira 0,5.
1,00

ITEM 70

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,00 (um real)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Lapiseira 0,7.
1,00

ITEM 71

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,00 (um real)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Lapiseira 0,9.
1,00

ITEM 84

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,39 (trinta e nove centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Papel duplex, varias cores (6x200)
0,39

ITEM 95

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,00 (doze reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta sanfonada 12 divisórias.
12,00

ITEM 98

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 30,00 (trinta reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pen drive 4 Gb.
30,00

ITEM 102

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pilha AA alcalina, com 02 un.
2,80

ITEM 103

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 19,00 (dezenove reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pilha AA recarregável alcalina, com 02 un.
19,00

ITEM 104

Fornecedor: Moser Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,90 (um real e noventa centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO

Pilha AAA, com 02 un.
1,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MERI MOSER BANDEIRA
Sócia Gerente

Ata de Registro de Preço 018/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 018/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2010
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte (20) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.643/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material de expediente para atender todas secretarias municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 04

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 72,75 (setenta e dois reais e setenta e cinco centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Bobina para fax 216mm x 25mm, caixa com 20 un.
72,75

ITEM 12

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Caneta esferográfica azul, cx. com 50 un.
13,30

ITEM 13

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Caneta esferográfica preta, cx. com 50 un.
13,30

ITEM 14

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Caneta esferográfica vermelha, cx. com 50 un.
13,30

ITEM 18

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Capa para CD de plástico.
0,64

ITEM 19

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,27 (vinte e sete centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Cartolina branca.
0,27

ITEM 23

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Clips 2/0, anti-ferrugem, cx. com 500 gr.
6,04

ITEM 24

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Clips 3/0, anti-ferrugem, cx. com 500 gr.
6,04

ITEM 25

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Clips 4/0, anti-ferrugem, cx. com 500 gr.
6,04

ITEM 27

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Clips 6/0, anti-ferrugem, cx. com 500 gr.
6,04

ITEM 28

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Clips 8/0, anti-ferrugem, cx. com 500 gr.
6,04

ITEM 31

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Cola em bastão, 18 gr.
2,20

ITEM 32

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,80 (oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Cola glitter, cores diversas, 25 gr.
0,80

ITEM 33

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Colchete nº 08, caixa com 72 un.
2,55

ITEM 34

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Colchete nº 07, caixa com 72 un.
2,55

ITEM 35

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Corretivo líquido a base de água, cx. com 12 un de 18 ml.
7,80

ITEM 36

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 70,00 (setenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Creative papers A4 com 500.
70,00

ITEM 37

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Balão coloridos, pct com 50 un.
2,78

ITEM 41

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,15 (quinze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Envelopes brancos 185x248.
0,15

ITEM 64

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 16,90 (dezesesseis reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Grampeador 26/6 com base de 20 cm.
16,90

ITEM 67

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Lápis de cor, caixa com 12 cores variadas, tamanho grande.
2,40

ITEM 76

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Papel A4 colorido, com 100 un.
2,90

ITEM 77

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 10,49 (dez reais e quarenta e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Papel A4 210x297mm, 75 g/m².
10,49

ITEM 85

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 12,00 (doze reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Papel vergê A4 com 50 un.
12,00

ITEM 92

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1,23 (um real e vinte e três centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Pasta polionda 2 cm.
1,23

ITEM 96

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Pasta sanfonada 31 divisórias.

19,50

ITEM 99

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 16,00 (dezesesseis reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Perfurador de papel, acima de 20 folhas.
16,00

ITEM 100

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 93,00 (noventa e três reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Perfurador de papel, acima de 100 folhas.
93,00

ITEM 105

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Pilha alcalina grande, com 02 un.
10,85

ITEM 116

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escritório, Informática e Papelaria Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,00 (sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Tinta para tecido, diversas cores, 250 ml.
7,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDES ACHAR

Procurador

Ata de Registro de Preço 019/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 019/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte (20) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dial Departamentos Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.643/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao

Registro de Preços para aquisição de material de expediente para atender todas secretarias municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

<p>ITEM 01 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Apagador para quadro branco 3,09</p> <p>ITEM 05 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Borracha para dinheiro, pct. com 100 gr. 1,86</p> <p>ITEM 06 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Caderno para caligrafia, 48 folhas. 0,58</p> <p>ITEM 10 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 1,27 (um real e vinte e sete centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Caneta marcador permanente em bastão na cor preta. 1,27</p> <p>ITEM 11 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 6,68 (seis reais e sessenta e oito centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Caneta destaca texto amarela, cx com 12 un. 6,68</p> <p>ITEM 15 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Caneta para retroprojektor. 1,50</p> <p>ITEM 16 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 1,43 (um real e quarenta e três centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Canetinhas coloridas com 12 cores. 1,43</p> <p>ITEM 21 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO CD-R virgens.</p>	<p>0,44</p> <p>ITEM 22 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 1,43 (um real e quarenta e três centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO CD-RW virgens. 1,43</p> <p>ITEM 26 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Clips 5/0, anti-ferrugem, cx. com 500 gr. 6,04</p> <p>ITEM 29 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 0,66 (sessenta e seis centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Cola branca 90 gr, lavável. 0,66</p> <p>ITEM 38 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 0,61 (sessenta e um centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO DVD-R virgens. 0,61</p> <p>ITEM 39 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO DVD-RW virgens. 2,35</p> <p>ITEM 40 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 0,04 (quatro centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Envelopes brancos 114x229. 0,04</p> <p>ITEM 42 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 0,18 (dezoito centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Envelopes brancos 24x34. 0,18</p> <p>ITEM 43 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda. Preço cotado para o Item: R\$ 0,16 (dezesseis centavos) DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO Envelopes tipo saco 24x34, ouro. 0,16</p> <p>ITEM 44</p>
---	--

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 0,12 (doze centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Envelopes tipo saco 25x20, ouro.
 0,12

ITEM 45
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Estilete grande 18 mm.
 0,85

ITEM 47
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 3,00 (três reais)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 EVA plusch (cor lisa)
 3,00

ITEM 48
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 3,00 (três reais)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 EVA plusch (cores vivas)
 3,00

ITEM 50
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita adesiva 45x50
 1,79

ITEM 51
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita adesiva marrom 45x50
 1,79

ITEM 52
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 7,89 (sete reais e oitenta e nove centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita adesiva de papel 45x50.
 7,89

ITEM 53
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 0,79 (setenta e nove centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita adesiva transparente 12x40mm.
 0,79

ITEM 54
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 1,79 (um real e setenta e nove

centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita adesiva transparente 25x50.
 1,79

ITEM 55
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita crepe 18x50.
 2,10

ITEM 56
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita crepe 50x50.
 5,50

ITEM 57
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Fita dupla face 12x30.
 2,49

ITEM 58
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 33,00 (trinta e três reais)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Grampeador grande tipo MX-G26.
 33

ITEM 65
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 1,90 (um real e noventa centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Grampos para grampeador 26/6, cx., com 5.000 un.
 1,90

ITEM 66
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 7,00 (sete reais)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Grampo trilho em metal, cx., com 50 un.
 7,00

ITEM 68
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 0,12 (doze centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
 PREÇO UNITÁRIO
 Lápis nº 02.
 0,12

ITEM 72
 Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
 Preço cotado para o Item: R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos)
 DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO
Livro ata, 100 folhas.
6,35

ITEM 73
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 4,00 (quatro reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Livro ata, 50 folhas.
4,00

ITEM 74
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,10 (doze reais e dez centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Marcador para quadro branco, cx. com 12 un.
12,10

ITEM 75
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,90 (um real e noventa centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Molha dedo, tipo pastoso 12 gr.
1,90

ITEM 78
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 20,00 (vinte reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Papel almaço com pauta, com 400 un.
20,00

ITEM 79
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,70 (setenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Papel camurça (cores variadas).
0,70

ITEM 80
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 28,50 (vinte e oito reais e cinquenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Papel carbono azul, cx., com 100 un.
28,50

ITEM 81
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Papel cartão.
0,45

ITEM 82
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,70 (setenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Papel color set com 505,3.
0,70

ITEM 83
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,70 (setenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Papel crepom (diversas cores)
0,70

ITEM 86
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 4,00 (quatro reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta AZ lombo largo, capa dura.
4,00

ITEM 87
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 17,40 (dezessete reais e quarenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta catálogo 100 folhas com capa dura.
17,40

ITEM 88
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,20 (um real e vinte centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta com aba e elástico de plástico.
1,20

ITEM 89
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta em L cristal.
0,42

ITEM 90
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,05 (um real e cinco centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta para arquivo morto.
1,05

ITEM 91
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,06 (um real e seis centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta plástica com grampo trilho plástico.
1,06

ITEM 93
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta polionda 5 cm.
2,10

ITEM 94
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO
Pasta polionda 4 cm.
1,80

ITEM 97
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 46,50 (quarenta e seis reais e cinquenta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pasta suspensa marmorizada, com 50 un.
46,50

ITEM 101
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 11,45 (onze reais e quarenta e cinco centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Perfurador de papel, para 20 folhas.
11,45

ITEM 106
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,00 (um real)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pincel para quadro branco, diversas cores.
1,00

ITEM 107
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Pistola de silicone tam. grande.
9,90

ITEM 108
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 5,90 (cinco reais e noventa centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Prancheta acrílica.
5,90

ITEM 109
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 1,30 (um real e trinta centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Prancheta de madeira.
1,30

ITEM 110
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Régua acrílica 30 cm.
0,69

ITEM 111
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 3,00 (três reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Tesoura grande com 21cm.
3,00

ITEM 112
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Tesoura pequena sem ponta.
0,84

ITEM 113
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Tinta guache 250 gr.
2,15

ITEM 114
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,00 (doze reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Tinta para carimbo automático, com 30ml.
12,00

ITEM 115
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 27,00 (vinte e sete reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Tinta para pintura em rosto, diversas cores, com 24 un.
27,00

ITEM 117
Fornecedor: Dial Departamentos Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 0,20 (vinte centavos)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Borracha branca nº 40.
0,20

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ADEMIR LAURINDO
Sócio Gerente

Ata de Registro de Preço 027/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 027/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2011
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos quatro (04) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Construtora e Material de Construção J C Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do

Decreto Municipal nº 1.733/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de ração para aplicação e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Construtora e Material de Construção J C Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 8,00 (oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Ração com bitola igual ou superior 4".
8,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VILMAR VENDRAMI

Sócio Gerente

Ata de Registro de Preço 028/2011

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 028/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2011

INTERESSADO: SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE

Aos onze (11) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Fronza Comércio de Gás Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.738/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo para atender cozinhas de diversas Secretarias do Município, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Fronza Comércio de Gás Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 40,00 (quarenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Cargas de gás liquefeito de petróleo P - 13.
40,00

ITEM 02

Fornecedor: Fronza Comércio de Gás Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Cargas de gás liquefeito de petróleo P - 45.
149,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

SIRLEI LAURECI FRONZA

Sócio Gerente

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 614

RESOLUÇÃO Nº 614, DE 03 DE MAIO DE 2011

Autoriza pagamento de 4 (quatro) diárias, inscrição e indenização de transporte a vereadores

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 4 (quatro) diárias aos Vereadores Dionísio Maçaneiro, Amauri dos Santos e Cariso Sávio Giacomini, no valor de R\$ 1.951,44 (um mil, novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos) cada, para participar do Curso "Concentração para a Reforma Política", que acontecerá entre os dias 09 e 12 de maio do corrente ano, tendo como local o Auditório PARLAMUNDI - SGAS 915, Lotes 75-76 - Asa Sul, Plenário José de Paiva Netto - 1º andar, na cidade de Brasília - DF. Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a cada participante, bem como o pagamento de passagens aéreas entre os trechos de Florianópolis/SC e Brasília/DF.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de maio de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Mesa

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Vice Presidente da Mesa

2º Secretário

MÁRIO MIGUEL

Editais Pregão Presencial Nº 003/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2011

REGISTRO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu Pregoeiro, constituído pela Resolução 598/11, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, no dia 18/05/2011, às 09:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, para Registro de Preços e, visando a aquisição futura de materiais de expediente e de processamento de dados, para atender ao poder legislativo de Rio do Sul. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: ou pelo

fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 03 de maio de 2011.
FERNANDO GUEDES
Pregoeiro

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 66/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 16/05/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 47 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO GM S-10, AMBULÂNCIA ASU 120, ANO FABRICAÇÃO 2001, PLACA MCJ 8691, DE PATRIMÔNIO DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 67/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 16/05/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 48 - OBJETO: LOCAÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR NA VERSÃO LISO E CORRUGADO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 47/2011

DECRETO Nº 47/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior do SUS/Estado na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2051- Func. e Manutenção da Coord. Saúde

PAB - FIXO R\$ 4.000,00

3.1.90.00.00.00.00.03.0064 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 48/2011

DECRETO Nº 48/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais) por conta dos recursos do excesso de arrecadação do SUS/Estado na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2051- Func. e Manutenção da Coord. Saúde
PAB - FIXO R\$ 36.000,00

3.1.90.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de maio de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 25.2011

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº25.2011 MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO:

1. Aquisição parcelada e estimada de material de informática para a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara conforme quantitativos e especificações constantes do anexo I

TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 16/05/2011 às 09:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 17:00h , ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202. São Pedro de Alcântara, 29/04/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Concurso Público n.º 001/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2010

Conforme documentação arquivada no Setor de Recursos Humanos do Município, a candidata ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO aprovada na classificação nº. 02, na vaga para o cargo de Agente Administrativo, do Concurso Público nº. 001/2010, declarou que não tem interesse em assumir a vaga neste momento, portanto solicita passar para o final da lista dos aprovados.

São Pedro de Alcântara, 02 de maio de 2011.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato do Contrato Nº. 86/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 86/2011-PMS

Pregão Presencial nº. 28/2011-PMS - Processo nº. 60/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.937.137/0001-56, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 286, Boehmerwald, na Cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.287-695..

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de arbitragem de campeonatos/eventos a serem realizados pela Diretoria de Esportes e Lazer, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	40 jogos, sendo Equipe de arbitragem para o Campeonato Municipal de Futebol de Campo. Modalidade de Futebol de Campo. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros e bandeiras que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 10 a 15 árbitros e bandeiras diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação, preferencialmente ainda dentre os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo;	40	Unidade	270,00	10.800,00
02	80 jogos, sendo Equipe de Arbitragem para os Campeonatos Municipais de Futsal: Súper Máster e Máster (acima de 45 anos), Sênior/ Veterano (acima de 35 anos) e Categorias de Base (até 18 anos). Modalidade de Futsal. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 08 a 10 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação, preferencialmente ainda dentre os mesmos, apresentar árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo;	80	Unidade	145,00	11.600,00

03	70 jogos, sendo Equipe de arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal Adulto Masculino. Modalidade de Futsal. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 10 a 15 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação, preferencialmente ainda dentre os mesmos, apresentar árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo;	70	Unidade	160,00	11.200,00
04	150 jogos, sendo Equipe de arbitragem para o Campeonato Municipal de Bocha, Bocha para Casais e Bocha Feminina. Modalidade de Bocha. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 05 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação, preferencialmente ainda dentre os mesmos, apresentar árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo;	150	Unidade	28,00	4.200,00
05	50 jogos, sendo Equipe de Arbitragem para o Torneio Aberto de Voleibol Masculino e Feminino Modalidade de Voleibol. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 05 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação, preferencialmente ainda dentre os mesmos, apresentar árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo;	50	Unidade	150,00	7.500,00

06	70 jogos, sendo Equipe de arbitragem para o Campeonato Municipal de Futebol Suíço. Modalidade de Futebol Suíço. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária uma rotatividade de no mínimo 10 a 15 árbitros diferentes. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação, preferencialmente ainda dentre os mesmos, apresentação de árbitros federados/confederados especificamente na modalidade e com experiência comprovada no ramo;	70	Unidade	115,00	8.050,00
07	15 jogos, sendo Equipe de Arbitragem para o Campeonato Escolar Moleque Bom de Bola Municipal. Modalidade de Futebol de Campo. Quando da realização do campeonato, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de 04 árbitros diferentes em cada data, podendo os mesmos atuarem em datas seguidas, desde que com revezamento entre apito e bandeira. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação específica da modalidade, com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade;	15	Unidade	155,00	2.325,00
08	16 horas, sendo Equipe de Arbitragem para o Torneio de Empresas de Futebol Suíço. Modalidade de Futebol Suíço. Para a realização do torneio, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de 03 à 05 árbitros diferentes, podendo os mesmos atuarem em campos diferentes, desde que com revezamento a frente das equipes participantes. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação específica da modalidade e com experiência comprovada no ramo. Não ocorre um número específico de jogos somente o período de atuação;	16	Horas	115,00	1.840,00

09	70 horas, sendo Equipe de Arbitragem para os Jogos de Integração do Ensino Médio e Jogos Escolares de 15 a 17 anos. Modalidades: Futsal, Voleibol, Basquete e Handebol. Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com a modalidade realizada, especificada na tabela. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação específica da modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade. O setor responsável solicitará de acordo com a sua necessidade, o número de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorre um número específico de jogos somente o período de atuação;	70	Horas	53,00	3.710,00
10	90 horas, sendo Equipe de Arbitragem para os Jogos Escolares Municipais de Schroeder - JEMS Modalidade: Futsal, Voleibol, Basquete, Handebol, Tênis de Mesa, Xadrez e Atletismo. Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com a modalidade realizada, especificada na tabela. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação específica da modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade. O setor responsável solicitará de acordo com a sua necessidade, o número de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorre um número específico de jogos somente o período de atuação.	90	Horas	53,00	4.770,00

11	90 horas, sendo Equipe de Arbitragem para o Festival Escolar 12 anos Modalidade: Futsal, Voleibol, Basquete, Handebol, Tênis de Mesa, Xadrez e Atletismo. Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com a modalidade realizada, especificada na tabela. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação específica da modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade. O setor responsável solicitará de acordo com a sua necessidade, o número de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorre um número específico de jogos somente o período de atuação.	90	Horas	53,00	4.770,00
12	50 horas, sendo Equipe de Arbitragem para a realização de Eventos com as Categorias de Base. Modalidade: Futsal e Voleibol. Quando da realização dos jogos, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com a modalidade realizada, especificada na tabela. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação específica da modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade. O setor responsável solicitará de acordo com a sua necessidade, o número de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorre um número específico de jogos somente o período de atuação.	50	Horas	53,00	2.650,00

13	20 horas, sendo Equipe de Arbitragem para a realização de Amistosos, Jogos Festivos, Festivais ou demais eventos que por ventura a Diretoria de Esportes realizarem. Na realização destes jogos/ eventos, além da apresentação dos respectivos nomes dos árbitros que poderão atuar no evento, é necessária a apresentação de árbitros específicos de acordo com a modalidade. Os árbitros deverão estar filiados/associados a uma liga/associação específica da modalidade e com experiência comprovada no ramo, bem como atuação em competições com menores de idade. O setor responsável solicitará de acordo com a sua necessidade, o número de árbitros para atuar em cada modalidade, seja coletiva ou individual. Não ocorre um número específico de jogos somente o período de atuação	20	Horas	53,00	1.060,00
VALOR TOTAL R\$					74.475,00

Valor do contrato: R\$ 74.475,00 (Setenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 03/05/2011 – Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Lista das Solicitações Deferidas do Pedido da Bolsa de Estudo para Terceiros e Convocação.

Solicitações Deferidas dos Requerimentos da Bolsa de Estudo de Terceiros

O Município de Schroeder (SC) faz saber a todos interessados os Requerimentos DEFERIDOS da Bolsa de Estudos para Terceiros, por ter cumprido as exigências trazidas pelo Edital e a Lei Municipal nº 1383/2003.

Requerimentos de terceiros deferidos:

	Protocolo nº	Nome do requerente
1.	1569/11	Airton Baesso
2.	1561/11	Aline Vogel
3.	1545/11	Andreia Cardoso da Silva Tavares
4.	1575/11	Angélica Sonntag
5.	1514/11	Catiane Kopp
6.	1491/11	Claucineia Cristina Wolmann
7.	1566/11	Cleiton Moreira
8.	1471/11	Crislaine Lange
9.	1485/11	Danieli Zils
10.	1585/11	Decio Alessandro Doge
11.	1600/11	Denise Becker
12.	1537/11	Diandra Ferreira
13.	1480/11	Emerson Rippel
14.	1611/11	Eunice Ester Gonçalves

15.	1597/11	Fabiano Sievers
16.	1568/11	Janaina Firmo
17.	1609/11	Jean Eduardo Gomes Ribeiro
18.	1576/11	Jean Lucas Konkol
19.	1603/11	Jehan Marcellus Jarschel
20.	1511/11	João Carlos Oliveira
21.	1504/11	Jonas Quentin
22.	1590/11	Jonathan Jurck
23.	1470/11	Kelli Cristiani Wackholz
24.	1549/11	Kelly Cieslak Stuari Schneider
25.	1458/11	Kely Francine Borges
26.	1608/11	Klessius Alexandre Maas
27.	1528/11	Leonardo Aristides Rodrigues Nunes
28.	1394/11	Lincon Nicocelli
29.	1538/11	Marcio da Silva
30.	1596/11	Oskana Maiara Tomaschitz
31.	1467/11	Patricia Kohler
32.	1559/11	Patrícia Kreis
33.	1543/11	Ricaelle Alissa Obenaus
34.	1571/11	Rodrigo Ribeiro
35.	1450/11	Rogério Limberger
36.	1519/11	Rosani Schneider
37.	1570/11	Scheila Adriane Konell
38.	1607/11	Simone Aparecida dos Santos
39.	1605/11	Solange Dumke
40.	1606/11	Tuizi Sonntag
41.	1591/11	Viviane Wachholz
42.	1567/11	Zenilda Vitalina de Santana Cagnini

1. Conforme Legislação Municipal nº 1383/2003, artigo 4º, inciso II, nos traz que para terceiros será rateado o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em duas parcelas de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cada, sendo que a primeira parcela será paga no mês de maio e a segunda no mês de novembro de cada exercício.

2. O valor a ser rateado será de até R\$238,09 (Duzentos e trinta e oito reais e nove centavos).

2.1. Caso o Valor rateado entre os inscritos, ficar acima do valor da mensalidade do requerente, o valor a ser pago ao mesmo, a título de auxílio financeiro, será apenas o valor da mensalidade do referido mês.

3. Ficam convocados os Requerentes Deferidos para apresentarem, até 10 de maio de 2011, junto ao Setor de Protocolo, o boleto em original pago da mensalidade do mês de Abril ou Maio de 2011.

As solicitações aprovados para o recebimento da 1ª parcela, deverão estar realizando nova inscrição para o recebimento da 2ª parcela no período de 1º a 15 de outubro de 2011.

Schroeder, 02 de maio de 2011.

ELMER SANDRO QUADROS Coordenador da Comissão da Bolsa de Estudo Portaria nº 3.884/2011	FELIPE VOIGT Prefeito Municipal
--	------------------------------------

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2322, de 08 de Abril de 2011

DECRETO Nº 2322, DE 08 DE ABRIL DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 126.636,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, à conta de anulação no valor total de R\$ 126.636,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 45.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 30.000,00

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00

TOTAL 45.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 45.000,00

TOTAL 45.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2014. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2014. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2014. MAN. DOS SUPRIMENTOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00

TOTAL 15.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2014. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2014. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2014. MAN. DOS SUPRIMENTOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00

TOTAL 15.000,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.636,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2020. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2020. CONSELHOS MUNICIPAIS

03.01.004.122.0015.2020. MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.636,00

TOTAL 2.636,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2020. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2020. CONSELHOS MUNICIPAIS

03.01.004.122.0015.2020. MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 2.636,00

TOTAL 2.636,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.02.004.123.0016.2024. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.02.004.123.0016.2024. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

03.02.004.123.0016.2024. MANUTENÇÃO DA TESOUREARIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.02.004.123.0016.2024. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.02.004.123.0016.2024. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

03.02.004.123.0016.2024. MANUTENÇÃO DA TESOUREARIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 29.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.02.004.123.0016.2026. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.02.004.123.0016.2026. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
 03.02.004.123.0016.2026. MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 29.000,00
 TOTAL 29.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.02.004.123.0016.2026. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINIS-
 TRACÃO MUNICIPAL
 03.02.004.123.0016.2026. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
 03.02.004.123.0016.2026. MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 29.000,00
 TOTAL 29.000,00

VI - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 25.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.02.004.123.0016.2028. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINIS-
 TRACÃO MUNICIPAL
 03.02.004.123.0016.2028. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
 03.02.004.123.0016.2028. MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRI-
 BUTÁRIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 25.000,00
 TOTAL 25.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.02.004.123.0016.2028. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINIS-
 TRACÃO MUNICIPAL
 03.02.004.123.0016.2028. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
 03.02.004.123.0016.2028. MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRI-
 BUTÁRIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 25.000,00
 TOTAL 25.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-
 dicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do
 Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro
 de 2010.

Município de Timbó, em 08 de abril de 2011; 141º ano de Funda-
 ção; 77º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Timbó, SC, 08 de abril de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
 Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2323, de 08 de Abril de 2011

DECRETO Nº 2323, DE 08 DE ABRIL DE 2011
 Abre Crédito Especial por conta do Superávit Financeiro do exercí-
 cio anterior, no valor de R\$ 300.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a"
 e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de
 13 de dezembro de 2010, c/c Lei nº 2504, de 18/02/2011,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa
 2011, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante
 a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, con-
 forme segue:

24.01.026.782.0046.1265. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO
 24.01.026.782.0046.1265. DEMUTRAN
 24.01.026.782.0046.1265. IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMU-
 TRAN
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.35400 CONVENIO TRÂNSITO - POLICIA MILITAR 26.100,00
 0.35500 CONVENIO TRANSITO - POLICIA CIVIL 26.100,00
 0.35600 CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA 247.800,00
 TOTAL 300.000,00

Art. 2º O Crédito Especial de que trata o artigo anterior, corre à
 conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-
 dicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do
 Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro
 de 2010.

Município de Timbó, em 08 de abril de 2011; 141º ano de Funda-
 ção; 77º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Timbó, SC, 08 de abril de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
 Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2324, de 11 de Abril de 2011

DECRETO Nº 2324, DE 11 DE ABRIL DE 2011
 Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$
 24.579,96.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas
 pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a"
 e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de
 13/12/2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte
 Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Or-
 çamento-Programa 2011:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULA-
 TORIAL
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO
 MAC
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 317100.00 TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 24.579,96
 TOTAL 24.579,96

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011,

no valor de R\$ 24.579,96 (vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 337100.00 TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 24.579,96
 TOTAL 24.579,96

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de abril de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Timbó, SC, 11 de abril de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
 Assessor Executivo do Gabinete

Carta Convite 41-2011 Informática

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 AVISO DE CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 000041/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA.. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14:15 horas do dia 11 de maio de 2011. ABERTURA: dia 11/05/2011 às 14:20 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br TIMBO (SC), 29/04/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó

Edital de Pregão Presencial 39-2011 Aquisição de pneus novos, câmaras e protetores

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 AVISO DE PREGÃO Nº 000039/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE VÁRIAS BITOLAS, CÂMARAS E PROTETORES DESTINADOS A FROTA MUNICIPAL, INCLUÍDO FUNDO, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08:30 horas do dia 16 de maio de 2011. ABERTURA: dia 16/05/2011 às 08:45 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de licitações sito a Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou pelo e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br ou no site: www.timbo.sc.gov.br TIMBO (SC), 02/05/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó

Vidal Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa Licitação nº. 24/2011 - Agricultura Familiar

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 24/2011

Divisão de Licitações e Compras
 MUNICÍPIO DE Vidal Ramos

A Prefeita Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, considerando o disposto na Resolução/CD/FNDE Nº. 38, de 16 de julho de 2009, na Lei n.º 11947/2009, contrata através de dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para fornecimento, para composição da merenda escolar do município de Vidal Ramos, conforme chamamento público e de acordo com a sazonalidade dos produtos, os seguintes produtos dos respectivos produtores rurais, conforme tabela abaixo:

Produto	Produtor	Quantidade por período	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
Feijão	Adailto Pedro Eli	52,5 kg por mês	420 kg (meses,mai, jun, jul, agos, Set,Out,Nov,Dez)	R\$ 2,30	R\$ 966,00
Batata Inglesa	Abel de Souza	62.5 kg por mês	500 kg (meses,mai, jun, jul, agos, Set,Out,Nov,Dez)	R\$ 1,00	R\$ 500,00
Pão caseiro	Ceso de Souza	70 Und. por semana	2.170 Und. (meses,mai, jun, jul, agos, Set,Out,Nov,Dez)	R\$ 4.50	R\$ 9.765,00
Bolacha Caseira	Ceso de Souza	31,25 kg por mês	250 kg. (meses,mai, jun, jul, agos, Set,Out,Nov,Dez)	R\$ 8,00	R\$ 2.000,00

Em 02/05/2011.
 NABOR JOSÉ SCHMITZ
 Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0248/11

PORTARIA nº 0248/11

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 5848/11,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária pela Farmácia Líder Farma, no período compreendido entre os dias 13 de maio a 04 de junho de 2011, durante todo o dia, para realização de uma ação de marketing da empresa.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0249/11

PORTARIA nº 0249/11

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5658/11,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 4 (quatro) anos, 2 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias da servidora MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, Agente Serviços Gerais I, CE02, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º.04.90 a 30.06.94, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0250/11

PORTARIA nº 0250/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5141/11.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARIZENE SALETE DE DEUS BOEIRA, Agente Serviços Técnicos Administrativos II, CE02, de 14 de junho de 2011 até 14 de setembro de 2011, referente ao quinquênio de 1º de setembro de 2003 até 31 de agosto de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 14 de junho de 2011.

Videira, 29 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0251/11

PORTARIA nº 0251/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5205/11.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARIZA APARECIDA DE DEUS, Professora, MG02, de 1º de junho de 2011 até 1º de setembro de 2011, referente ao quinquênio de 05 de dezembro de 2001 até 04 de dezembro de 2006.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2011.

Videira, 29 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0252/11

PORTARIA nº 0252/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5746/11.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IDINARTE JOÃO ALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, de 1º de julho de 2011 até 1º de outubro de 2011, referente ao quinquênio de 1º de junho de 2006 até 31 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2011.

Videira, 29 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0253/11

PORTARIA nº 0253/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ALAOR FAGUERAZZI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0254/11

PORTARIA nº 0254/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ELIANE BENEDETTI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0255/11

PORTARIA nº 0255/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ELEMAR PEREIRA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0256/11

PORTARIA nº 0256/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ELTON MEZAROBBA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0257/11

PORTARIA nº 0257/11

Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 5º da Lei nº 1942/07 e art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora ANA PAULA RODRIGUES ALVES PALMEIRA, Enfermeira - ESF, a partir do dia 13 de abril de 2011 até 10 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2011.

Videira, 02 de maio de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0257/11

PORTARIA nº 0257/11
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 5º da Lei nº 1942/07 e art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora ANA PAULA RODRIGUES ALVES PALMEIRA, Enfermeira - ESF, a partir do dia 13 de abril de 2011 até 10 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2011.

Videira, 02 de maio de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Hmologação Pregão Presencial Nº 51/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/11

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/11

CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE JARDINAGEM DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.553,00 (três mil quinhentos e cinquenta e três reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação CONVITE N. 01/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 01/11

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/11

CONTRATADO: CONSTRUTORA DEMENECK LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A CONTRUÇÃO DA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, INCLUINDO MEMORIAIS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.850,00 (trinta e sete mil oitocentos e cinquenta reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação CONVITE Nº 02/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 02/11

DATA HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2011

CONTRATADO: ADEMIR LUIZ BOGONI - FIRMA INDIVIDUAL - EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS PARA LOTEAMENTO COM FINS INDUSTRIAIS, COM ÁREA TOTAL DE 121.000m², LOCALIZADO NA COMUNIDADE CAMPINA BELA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 144.595,00 (cento e quarenta e quatro mil quinhentos e noventa e cinco reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 09/2011 - FMAS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/11

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PARA OS GRUPOS DO CRAS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.264,61 (onze mil duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos)

CONTRATADO: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - MATRIZ

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.611,20 (dez mil seiscentos e onze reais e vinte centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA.-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.616,00 (onze mil seiscentos e dezesseis reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 10/2011 - FMAS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/11

HOMOLOGAÇÃO: 08/04/11

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA.-ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DE PÁSCOA DOS ADOLESCENTES DO PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E CREAS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.653,90 (dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 22/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/11

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS ANTICONCEPCIONAIS QUE SERÃO FORNECIDOS PARA PACIENTES INSCRITOS NO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: DIMASTER COM.PROD.HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.214,25 (vinte e sete mil duzentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: CENTERMEDI-COM. DE PROD. HOSP. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.832,50 (vinte e quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 23/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/11

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE UTENSÍLIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.547,30 (vinte e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e trinta centavos)

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.557,70 (treze mil quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.909,30 (seis mil novecentos e nove reais e trinta centavos)

CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.319,30 (cinco mil trezentos e dezenove reais e trinta centavos)

CONTRATADO: PLASMEDIC COM. DE MAT. P/ USO MÉDICO E LABOR. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 595,50 (quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 25/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/11

HOMOLOGAÇÃO: 07/04/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TORPEDOS DE OXIGÊNIO PARA RECARGA DOS CILINDROS QUE SERÃO UTILIZADOS NA UNIDADE DO SAMU E NO PAME 24 HORAS.

CONTRATADO: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.969,80 (quinze mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.580,00 (oito mil quinhentos e oitenta reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 26/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/11

HOMOLOGAÇÃO: 25/04/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO NA CENTRAL ODONTOLÓGICA, UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA E ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA - EQUIPES DE SAÚDE BUCAL DOS BAIRROS: AMARANTE, RIO DAS PEDRAS, VILA VERDE, CIDADE ALTA E DE CARLI.

CONTRATADO: PRHODENT COM PROD HOSP DENT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.390,52 (onze mil trezentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos)

CONTRATADO: DENTÁRIA E DISTR. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.052,27 (dez mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos)

CONTRATADO: OTRIALA COM. ATAC. DE MEDIC. E PROD. MÉD. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.318,89 (quatorze mil trezentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos)

CONTRATADO: DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.071,00 (quatro mil e setenta e um reais)

CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.701,20 (dez mil setecentos e um reais e vinte centavos)

CONTRATADO: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.594,98 (três mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos)

CONTRATADO: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.713,70 (dez mil setecentos e treze reais e setenta centavos)

CONTRATADO: CIRÚRGICA ERECHIM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 164,65 (cento e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: ROSSATO & BERTHOLD LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.356,00 (cinco mil trezentos e cinquenta e seis reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 27/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/11

HOMOLOGAÇÃO: 27/04/11

CONTRATADO: PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO NOS

EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS INSTALADOS NA CENTRAL ODONTOLÓGICA E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 28/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/11
HOMOLOGAÇÃO: 25/04/11
CONTRATADO: VOCÊ LUMINOSOS E PUBLICIDADE LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE ADESIVO VINÍLICO ANTI-FUMO PARA SER DISTRIBUÍDO PELOS FISCALIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NAS VISTORIAS REALIZADAS NOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)
DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 67/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/11
HOMOLOGAÇÃO: 11/04/11
CONTRATADO: SAFRA DIESEL LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO DIESEL PARA SER UTILIZADO NO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 556.800,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais)
DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 68/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/11
HOMOLOGAÇÃO: 27/04/11
CONTRATADO: FRITZ COM.REPRES. DE SÊMEN BOVINO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA O PROGRAMA DE MELHORAMENTO DE BOVINOS DE LEITE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial N. 69/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/11
HOMOLOGAÇÃO: 27/04/11
CONTRATADO: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MASSA ASFÁLTICA PARA RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÕES JÁ EXISTENTES, INCLUINDO O TRANSPORTE ATÉ O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.195.000,00 (um milhão cento e noventa e cinco mil reais)
DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 34/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/11
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/11
CONTRATADO: COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE BATERIAS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.185,00 (vinte mil cento e oitenta e cinco reais)
DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 42/2011 -PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/11
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/11
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE DO PREFEITO.
CONTRATADO: MAGAVEL MAGARINO VEICULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)
CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA (VIDEIRA)
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.900,00 (sessenta mil novecentos reais)
DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 48/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/11
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/11
CONTRATADO: BRITAGEM VANZ LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEDRA BRITA PARA SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 75.100,00 (setenta e cinco mil e cem reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 49/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/11

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/11

CONTRATADO: RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETÍFICA E REVISÃO COMPLETA DO MOTOR DO ROLO COMPRESSOR, FROTA 175, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 50/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/11

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CONES DE SINALIZAÇÃO E VASSOURÃO, PARA USO DOS SERVIDORES QUE ATUAM NAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

CONTRATADO: VIDEMANG COM. DE MANG. E CON. VIDEIRA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 312,00 (trezentos e doze reais)

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.735,98 (quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos)

CONTRATADO: KLIMA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.180,00 (três mil cento e oitenta reais)

CONTRATADO: DETONI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.090,77 (quatro mil e noventa reais e setenta e sete centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 53/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/11

HOMOLOGAÇÃO: 08/04/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: CONCRETOS CRUZEIRO IND.COM.LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 83.300,00 (oitenta e três mil e trezentos

reais)

CONTRATADO: DELCIR BOESING ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 84.400,00 (oitenta e quatro mil e quatrocentos reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 56/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/11

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO E NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: MERCADO R.Z. LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 402.000,39 (quatrocentos e dois mil reais e trinta e nove centavos)

CONTRATADO: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - MATRIZ

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.218,10 (trinta e três mil duzentos e dezoito reais e dez centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 108.583,00 (cento e oito mil quinhentos e oitenta e três reais)

CONTRATADO: LUIZ CARLOS DALLE CORT ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 124.101,00 (cento e vinte e quatro mil cento e um reais)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 96.833,52 (noventa e seis mil oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos)

CONTRATADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 64.225,50 (sessenta e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: FACCIOLE E CADORE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.361,66 (quarenta e um mil trezentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 57/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/11

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/11

CONTRATADO: WE EQUIPAMENTOS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DO TRATOR DE ESSEIRA FD9, ANO 2002, FROTA 106, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 58/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/11

HOMOLOGAÇÃO: 13/04/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, INFRA-ESTRUTURA, EDUCAÇÃO, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.771,61 (trinta e nove mil setecentos e setenta e um reais e sessenta e um centavos)

CONTRATADO: MERCADO R.Z. LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.844,82 (um mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.403,17 (sete mil quatrocentos e três reais e dezessete centavos)

CONTRATADO: VIDEQUÍMICA IND. E COM. DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.283,73 (trinta e cinco mil duzentos e oitenta e três reais e setenta e três centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.182,17 (vinte e quatro mil cento e oitenta e dois reais e dezessete centavos)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.619,70 (quatro mil seiscentos e dezanove reais e setenta centavos)

CONTRATADO: FACCIOI E CADORE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.966,63 (dez mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos)

CONTRATADO: FORTALEZA IND. COM. TRANS. MAT. RECICLÁVEIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.407,66 (dois mil quatrocentos e sete reais e sessenta e seis centavos)

CONTRATADO: ROBERTO MISTURA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.982,87 (três mil novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos)

CONTRATADO: PLASMEDIC-COM. MATPARA USO MÉD. LAB. LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.174,10 (onze mil cento e setenta e quatro reais e dez centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 60/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/11

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DO TRATOR DE ESTEIRA FD9, FROTA - 94, ANO 1997, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: MIRANDA & MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. EM MAQ PES

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.071,24 (um mil e setenta e um reais e vinte e quatro centavos)

CONTRATADO: WE EQUIPAMENTOS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.066,78 (dois mil e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 61/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/11

HOMOLOGAÇÃO: 12/04/11

CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONCERTO DO CAMINHÃO BASCULANTE, MERCEDES BENZ 2213, PLACAS LZH 0423, FROTA 27 DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.880,00 (nove mil oitocentos e oitenta reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 62/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/11

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/11

CONTRATADO: MANENTI TRANSPORTES E SERVICOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTAR ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NA PARTICIPAÇÃO DE JOGOS ESCOLARES E PROJETOS PEDAGÓGICOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 64/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/11

HOMOLOGAÇÃO: 06/04/11

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TELÕES, TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA, PRODUÇÃO DE ÁUDIO PARA GRAVAÇÃO, MIXAGEM, MASTERIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA SONOPLASTIA DO ESPETÁCULO CÊNICO "PAIXÃO DE CRISTO".

CONTRATADO: M & A VIDEO PRODUÇÕES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.206,00 (três mil duzentos e seis reais)

CONTRATADO: G2 PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 65/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/11

HOMOLOGAÇÃO: 19/04/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA -MATRIZ

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.862,00 (sessenta e três mil oitocentos e sessenta e dois reais)

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.220,00 (trinta e três mil duzentos e vinte reais)

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais)

CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.820,00 (cinco mil oitocentos e vinte reais)

CONTRATADO: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.665,92 (vinte e três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

CONTRATADO: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.729,70 (dezenove mil setecentos e vinte e nove reais e setenta centavos)

CONTRATADO: JK PNEUS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.980,00 (dezesesseis mil novecentos e oitenta reais)

CONTRATADO: VICINI PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.466,00 (quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Presencial Nº 66/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/11

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/11

CONTRATADO: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTA PARA SER UTILIZADA NA PINTURA DE CERCA NA AVENIDA JOAQUIM AMARANTE E DAS ESTRUTURAS METÁLICAS DAS QUADRAS ESPORTIVAS DE AREIA DOS BAIRROS DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.766,20 (três mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)

DATA: 02/05/11

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

PR 81/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 81/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, PARA A POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 19 de Maio de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00

às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 03 de Maio de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Sustação Pregão Presencial Nº 70/2011-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

SUSTAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2011

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados a SUSTAÇÃO da licitação modalidade Pregão Presencial nº 70/2011, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MASSA ASFALTICA, INCLUINDO O MATERIAL, TRANSPORTE E A APLICAÇÃO COM MAQUINÁRIOS NECESSÁRIOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, conforme determinação contida na Decisão Singular GC-JG/2011/168, exarado no Processo nº ELC 11/00155098 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Informações na Avenida Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034.

Videira, 02 de Maio de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Consórcios

CIMVI

Contrato nº 008/2011 - Serviços de publicidade em revista especializada

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2011

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ecco Editora e Indústria Gráfica Ltda. EPP

OBJETO: Serviços de publicidade em revista especializada

VALOR: R\$4.935,00 (quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais)

PRAZO: de 18 de abril a 30 de setembro de 2011.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

Timbó, 18 de abril de 2011.

LAURINO DALKE
Presidente

Contrato nº 009/2011 - Serviços de Locação de Estande

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2011

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: De Angeli Feiras e Eventos Ltda.

OBJETO: Locação Temporária de Estande

VALOR: R\$1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais)
PRAZO: de 18 de abril a 18 de junho de 2011.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br e publicações; cimvi e contratos

Timbó, 18 de abril de 2011.
LAURINO DALKE
Presidente

CONEXSUL

Estatuto

ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL

Os municípios consorciados do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, que ratificaram por lei o Protocolo de Intenções, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, obedecendo as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Federal nº 6.017/07, aprovaram o presente Estatuto, e após sua publicação no órgão oficial, passa a vigorar com as seguintes cláusulas e condições.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º. O consórcio público denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL constitui-se sob a forma de associação pública, tendo adquirido personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, integrando a administração indireta dos entes consorciados, que ratificaram por lei o protocolo de intenções.

CAPÍTULO II

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 2º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, terá sua vigência por prazo indeterminado.

Parágrafo único. Qualquer alteração ou a extinção do consórcio público somente será realizada após aprovação da Assembléia Geral, devidamente ratificado, através de lei dos entes consorciados.

Art. 3º. O Consórcio terá sede na Avenida Nereu Ramos, n. 861, Centro, na cidade de Sombrio, SC, podendo vir a ser alterada mediante decisão da Assembléia Geral.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL tem por objetivos a colaboração técnica e financeira para a gestão do patrimônio urbanístico, paisagístico, turístico, histórico, cultural e ambiental comuns, visando a recuperação da Lagoa do Sombrio, o desenvolvimento da atividade pesqueira, a infraestrutura viária e proteção do Aquífero Guarany, envolvendo todos os municípios consorciados.

CAPÍTULO IV

DAS FINALIDADES

Art. 5º. São finalidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL:

- I - realizar esforços conjuntos, através de ações destinadas ao desenvolvimento integrado, turístico, histórico, cultural e ambiental da Região do Extremo Sul do Estado de Santa Catarina, bem como, a recuperação e proteção da Lagoa do Sombrio;
- II - articular-se com entidades públicas e privadas nacionais ou

- estrangeiras, com vistas ao planejamento e à obtenção de recursos para investimentos em projetos, obras ou serviços turísticos, históricos, culturais e ambientais dos municípios consorciados;
- III - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados;
- IV - adquirir ou administrar bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados às ações de melhoria de infraestrutura viária dos municípios consorciados;
- V - promover a revitalização do patrimônio turístico, cultural, histórico e ambiental como elemento estratégico no processo de desenvolvimento da região do extremo sul catarinense, incluindo todo o processo de valorização;
- VI - promover a atividade turística na região extremo sul catarinense;
- VII - desenvolver e promover a sustentabilidade turística e ambiental da região;
- VIII - buscar soluções para o desenvolvimento social e econômico dos municípios consorciados;
- IX - preservar a memória regional, promovendo o desenvolvimento sócio econômico, histórico, cultural, turístico, paisagístico e ambiental;
- X - despertar os municípios envolvidos para a atividade turística, através da história, cultura e produtos de cada município, auxiliando na descoberta de suas potencialidades;
- XI - buscar financiamento do consórcio tanto por repasses do Governo Federal e Estadual, bem como através de rateio entre os municípios envolvidos;
- XII - promover desapropriações e instituir servidões nos termos da declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;
- XIII - contratar operações de crédito, sempre sujeita aos limites e condições próprias estabelecidas pelo Senado Federal;
- XIV - promover reivindicações, estudos e propostas junto aos órgãos federais e estaduais de interesse comum dos associados;
- XV - promover estudos e projetos que possibilitem a recuperação, manutenção, conservação e preservação da bacia do Rio Mampituba e Aquífero Guarany;
- XVI - promover ações para o desenvolvimento da atividade pesqueira nos municípios consorciados;
- XVII - estabelecer integração turística, cultural, histórica e ambiental entre os municípios consorciados;
- XVIII - viabilizar a realização de serviços e obras para o desenvolvimento, manutenção e preservação do patrimônio turístico, cultural, histórico e ambiental da região do extremo sul catarinense;
- XIX - orientar e viabilizar a formação de cursos e treinamentos aos agentes envolvidos nas ações desenvolvidas pelo consórcio público, na área de sua atuação.
- XX - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, Parágrafo Primeiro, inciso I, da Lei 11.107/05), em todos os níveis, além de entidades particulares;
- XXI - ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

Art. 6º. O Consórcio tem a seguinte estrutura administrativa:

- I - Assembléia Geral;
- II - Presidência;
- III - Diretoria Executiva;
- IV - Conselho Fiscal;

Parágrafo único. A Presidência poderá instituir órgãos, singulares ou colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva, permanente ou transitória.

CAPÍTULO VI DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º. A Assembléia Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL é a instância máxima do Consórcio, constituída pelos prefeitos dos entes consorciados, sendo ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Primeiro. No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência a agente público do Poder Executivo Municipal para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

Parágrafo Segundo. Uma mesma pessoa não poderá representar dois ou mais entes consorciados na mesma Assembléia Geral.

Art. 8º. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 02(duas) vezes por ano, em datas a serem definidas, devendo a convocação ter antecedência mínima de 15(quinze) dias, através dos devidos meios legais.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral ocorrerá extraordinariamente, sempre que convocada, respeitado o prazo mínimo de antecedência de 48(quarenta e oito) horas para convocação, para tratar de matéria especificada, inclusive, para decidir sobre alteração estatutária, de ordem administrativa ou de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos entes consorciados.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

Art. 9º. O quorum exigido para realização de Assembléia Geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados.

Parágrafo único. Não se realizando em primeira convocação, considerar-se-á automaticamente convocada para uma hora depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 10. Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro. Somente terá direito a voto o Prefeito ou seu representante devidamente autorizado.

Parágrafo Segundo. Todos os votos serão públicos e nominais.

Art. 11. É de competência da Assembléia Geral:

I - Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL;

II - aplicar a pena de exclusão do consórcio, observadas as disposições deste Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio e do Estatuto;

III - discutir, elaborar e aprovar o estatuto do consórcio, bem como suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio, cujos mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) plano de trabalho proposto pela Presidência;

c) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio, até o último dia de agosto de cada ano;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

f) a alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, que lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VI - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VII - aprovar regulamentos dos serviços públicos;

VIII - discutir e aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

IX - aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio público;

X - determinar a dissolução do consórcio público, na forma prevista neste Protocolo de Intenções.

XI - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

XII - deliberar sobre a dispensa de licitação de serviços ao consórcio, nos termos da lei;

XIII - deliberar no decorrer do primeiro semestre de cada ano, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício anterior, submetendo-o com o parecer do Conselho Fiscal à Assembléia Geral; e
XIV - cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Será aceita a cessão de servidores com ou sem ônus para o consórcio mediante decisão da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

Parágrafo Segundo - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

Parágrafo Terceiro - O Presidente e/ou o Vice-Presidente serão substituídos automaticamente no caso do eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Prefeito do município consorciado.

Art. 12. A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas até o início da sessão.

Parágrafo Primeiro - Somente poderá candidatar-se a cargos de Presidente e Vice-Presidente o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

Parágrafo Segundo - A Presidência será eleita por voto público e nominal.

Parágrafo Terceiro - Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

Parágrafo Quarto - Caso os candidatos a Presidência não tenham alcançado a maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, com os candidatos mais votados.

Parágrafo Quinto - No segundo turno serão considerados eleitos os candidatos à Presidência que obtiverem a maioria dos votos, excetuados os votos brancos.

Parágrafo Sexto - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente e do Vice-Presidente em exercício.

Art. 13. Em Assembléia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente ou Vice-Presidente ou membros do Conselho Fiscal do Consórcio, após a apresentação moção de censura com apoio de pelo menos 2/3(dois terços) dos consorciados.

Parágrafo Primeiro - As convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

Parágrafo Segundo - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

Parágrafo Terceiro - Antes da votação da moção de censura será garantida o contraditório e a ampla defesa ao membro que se pretenda destituir.

Parágrafo Quarto - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

Parágrafo Quinto - Caso aprovada moção de censura do Presidente

do consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

Parágrafo Sexto - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Sétimo - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 120 (cento e vinte) dias seguintes, com relação ao mesmo fato.

Art. 14. Somente por Assembléia Geral específica poderá ser alterado o estatuto do consórcio, por decisão de 2/3(dois terços) de seus participantes.

Art. 15. Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federados representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

Parágrafo único. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 16. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 15(quinze) dias após a aprovação, publicada no órgão oficial de publicação do consórcio.

CAPÍTULO VII DA PRESIDÊNCIA

Art. 17. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 02(dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo período subsequente, de acordo com as previsões do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto.

Art. 18. A eleição dos membros da Presidência será realizada na primeira quinzena do mês de janeiro do ano correspondente e sua posse se dará imediatamente após o resultado da eleição, exceto a primeira eleição.

Art. 19. Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio o Prefeito do Município que esteja consorciado por um período mínimo de 01(um) ano anterior a eleição e que não tenha débito para com o consórcio, com exceção da primeira Presidência do consórcio.

Parágrafo Primeiro. O Presidente do consórcio no caso de vacância, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo. O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

Parágrafo Terceiro. Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

Parágrafo Quarto. O Presidente e/ou o Vice-Presidente serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do município consorciado.

Art. 20. São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I - representar judicial e extrajudicialmente o consórcio;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela

sua prestação de contas;

III - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Protocolo, por este Contrato de Consórcio Público ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

IV - solicitar a cessão de servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública ao consórcio;

V - administrar o patrimônio do consórcio;

VI - autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;

VII - convocar a Assembléia Geral nos termos do Protocolo de Intenções, deste Contrato e do Estatuto do consórcio;

VIII - prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

IX - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

X - elaborar o Relatório Geral das Atividades;

XI - nomear os membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro. As competências previstas neste artigo poderão ser delegadas ao Vice-Presidente ou ao Diretor Executivo.

Parágrafo Segundo. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 21. Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 22. O substituto ou sucessor do Prefeito Municipal o substituirá na Presidência do consórcio.

CAPÍTULO VIII DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23. A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades administrativas e financeiras do consórcio público, a quem compete o exercício dos atos para fiel cumprimento dos seus objetivos e finalidades.

Art. 24. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo/Financeiro, que exercerão funções administrativas e financeiras do consórcio.

Parágrafo Primeiro. A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações do Protocolo de Intenções, do Contrato do Consórcio e deste Estatuto.

Parágrafo Segundo. Os membros da Diretoria Executiva ocuparão cargos em comissão, de livre admissão e demissão do Presidente do Consórcio, e perceberão a remuneração estabelecida para o cargo.

Art. 25. Compete ao Diretor Executivo:

I - a administração geral do consórcio público;

II - julgar recursos relacionados a homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos, impugnação de edital de licitação, além dos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação do objeto licitado;

III - aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;

IV - autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

V - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

VI - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

VII - contratar serviços especializados de consultoria e suporte técnico nas diversas áreas de interesse do Consórcio; e

VIII - contratar serviços jurídicos especializados, a fim de se dar

cobertura jurídica correta às atividades do Consórcio;
IX - analisar e decidir sobre os pedidos de promoção dos empregados públicos permanentes.

Art. 26. Compete ao Diretor Administrativo/Financeiro:

- I - organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio;
- II - acompanhar e assessorar nos processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- III - organizar e executar gestão técnica do consórcio, em especial a relativa a elaboração, desenvolvimento, implantação e manutenção de projetos e programas;
- IV - acompanhar e assessorar tecnicamente o desenvolvimento dos projetos e programas implantados;
- V - gerenciar o patrimônio do consórcio;
- VI - supervisionar os aspectos técnicos do Consórcio;
- VII - auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- VIII - em observância a ordem legal vigente, planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços da tesouraria, com o necessário acompanhamento do fluxo financeiro, para que o consórcio possa administrar de acordo com as suas necessidades, as contas a pagar e a receber;
- IX - superintender, coordenar e executar as atividades referentes à arrecadação, lançamento e de registro dos atos e fatos de natureza contábil, financeira e patrimonial, execução orçamentária e atividades correlatas.
- X - supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio.

Art. 27. Para exercício dos cargos de Diretor Executivo e Diretor Administrativo/Financeiro, será exigida formação profissional de nível superior.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO FISCAL

Art. 28. O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros, sendo Prefeitos eleitos pela Assembleia Geral ou seus representantes, com mandato de 02(dois) anos, permitida uma reeleição por igual período.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença absoluta de entes consorciados.

Parágrafo Segundo. Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representante de ente consorciado.

Parágrafo Terceiro. A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

Parágrafo Quarto. Consideram-se eleitos os 03(três) candidatos com maior número de votos, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 29. Compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Primeiro. O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio.

Parágrafo Segundo. O Conselho Fiscal se reunirá sempre que julgar conveniente.

Parágrafo Terceiro. As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO X DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 30. Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente do Consórcio Público, sem prejuízo das demais atribuições previstas

no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto:

- I - as deliberações da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II - as normas específicas de regulamentação do Contrato de Consórcio ou deste Estatuto, em que se tenha delegado a competência ao Presidente do Consórcio.

Art. 31. As decisões de competência do Diretor Executivo e do Diretor Administrativo/Financeiro serão expedidas por meio de atos administrativos.

Art. 32. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente público do Consórcio Público a respectiva publicação no órgão oficial de publicação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL.

CAPÍTULO XI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 33. Constituem direitos dos consorciados:

- I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos relacionados;
- II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;
- III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

Art. 34. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público ou no Estatuto.

Art. 35. Constituem deveres dos consorciados:

- I - cumprir e fazer cumprir o Protocolo de Intenções e este Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;
- II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;
- III - participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do consórcio.

CAPÍTULO XII DA REPRESENTAÇÃO

Art. 36. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com seus objetivos e finalidades previstas no Protocolo de Intenções e no Contrato de Consórcio Público, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

- I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;
- II - prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;
- III - outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO XIII DOS AGENTES PÚBLICOS

SEÇÃO I REGIME JURÍDICO E PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS

Art. 37. Os agentes públicos que prestarão serviços remunerados ao consórcio serão contratados para ocuparem empregos públicos, previsto no Anexo I, do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto, além dos servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade, contratados temporariamente ou pessoas físicas ou jurídicas

contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 38. A participação do Conselho Fiscal, Consultivo ou de outros órgãos diretivos ou consultivos que sejam criados, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

Parágrafo Primeiro. Não haverá remuneração para o Presidente e o Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo. Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os empregos, previsto no Anexo I, partes integrantes do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto.

Art. 39. O regime jurídico dos empregados públicos próprios do Consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Seguridade Social - INSS.

Parágrafo Primeiro. Serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores com ou sem ônus para o consórcio.

Parágrafo Segundo. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo Terceiro. Os entes da federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada ente.

Parágrafo Quarto. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, somente sendo-lhes concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores estabelecidos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Quinto. O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no parágrafo anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Parágrafo Sexto. Aplicam-se aos empregados públicos do consórcio, no que couber, os princípios e normas do direito público.

Art. 40. Para fins deste Estatuto considera-se:

I - Emprego Público: Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao empregado público, com denominação própria, em número de vagas determinado e remuneração previamente estabelecida, para admissão em caráter permanente, em comissão ou para contratação temporária, de acordo com a área de atuação e formação;

II - Emprego Público em comissão: Emprego de livre admissão e demissão, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos;

III - Emprego Público permanente: Emprego cuja admissão se dá em caráter permanente, mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, destinado a suprir as necessidades técnicas do consórcio público;

IV - Emprego Público temporário: Emprego cuja contratação se dá em caráter temporário, mediante contratação por prazo determinado, destinado à atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público previstas no Protocolo de Intenções, Contrato de Programa e neste Estatuto;

V - Remuneração: Salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto;

VI - Salário: Retribuição pecuniária básica pelo exercício de emprego público, com valor mensal, reajustáveis na forma do Protocolo de Intenções, Contrato e Estatuto do Consórcio Público;

VII - Padrões de Salário: o valor do salário, identificado por letras de "A" a "R" atribuído ao emprego público, previstos no anexo III, parte integrante do presente Estatuto;

VIII - Carreira: desenvolvimento funcional do empregado ocupante de emprego público permanente através de promoções;

IX - Promoção Funcional: Deslocamento do empregado de uma

referência salarial para outra dentro do mesmo emprego, nos termos deste Regimento Interno;

X - Interstício: o lapso de tempo mínimo fixado para que o empregado se habilite às promoções;

XI - Promoção: é a passagem do empregado permanente de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior, observados, cumulativamente, os interstícios mínimos e a participação de cursos;

XII - Vaga: Emprego desocupado definitivamente ou provisoriamente, ou emprego novo criado e ainda não preenchido.

Art. 41. O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos permanentes e ocupantes de cargos em comissão constantes no Anexo I, do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro. Os empregos do consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo. A remuneração e a carga horária e as atribuições dos cargos e empregos públicos são as definidas nos Anexos I e II, do Protocolo de Intenções, do Contrato de Programa e deste Estatuto.

Parágrafo Terceiro. Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Parágrafo Quarto. A Assembléia Geral poderá conceder aumento real para os empregos públicos, a fim de se adequar a realidade de mercado, observadas as disposições legais e orçamentárias.

Parágrafo Quinto. Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

Parágrafo Sexto. A Assembléia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos e aos servidores cedidos sem ônus ao consórcio pelos entes da Federação que o compõe, estabelecendo seu valor monetário para fins de adequação a remuneração de mercado.

Art. 42. São requisitos básicos para ingresso nos empregos públicos:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;

V - os requisitos especiais para exercício do emprego, quando houver;

VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII - aptidão física e mental;

VIII - outros previstos no edital de concurso público.

Parágrafo único. No caso de extinção do emprego público, o empregado terá rescindido automaticamente seu contrato de trabalho, não possuindo direito à disponibilidade remunerada ou aproveitamento em qualquer outro emprego público do consórcio ou dos entes consorciados.

Art. 43. O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período.

Art. 44. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

Parágrafo Primeiro. A cópia do edital será entregue a todos os

entes consorciados, para fins de divulgação.

Parágrafo Segundo. O edital, em sua íntegra, será publicado na imprensa oficial.

Art. 45. Observar-se-ão, na realização do concurso público, as seguintes normas:

I - a abertura de concurso se dará por edital, publicado no órgão oficial de publicações do consórcio, onde constarão:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) as atribuições de cada um dos empregos;
- c) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;
- d) o prazo e as condições para inscrição e admissão no emprego;
- e) tipo, natureza e programa das provas;
- f) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- g) os limites de pontos ou notas atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- h) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- i) a época da realização das provas, constando o dia, horário e local;
- j) o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - aos candidatos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais e homologação do resultado do concurso público.

Art. 46. A vacância do emprego decorrerá do implemento de condições legalmente estabelecidas, inclusive:

- I - aposentadoria;
 - II - falecimento;
 - III - demissão;
 - IV - término do prazo contratual ou rescisão antecipada do contrato, nos casos de contratação temporária;
- Parágrafo Primeiro. A demissão será aplicada ao empregado, à bem do serviço público, em virtude de:
- I - sentença judicial transitada em julgado;
 - II - não satisfeitas as condições do contrato de experiência;
 - III - processo administrativo disciplinar em que reste comprovada a justa causa para rescisão do contrato, nos termos da legislação trabalhista;
 - IV - razões de interesse público, devidamente motivadas, sem prejuízo das indenizações previstas na legislação trabalhista;
 - V - A pedido do empregado.

Art. 47. Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

- I - até que se realize concurso público;
 - II - a vacância de emprego público permanente;
 - III - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vierem a vagar;
 - IV - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;
 - V - para atender demandas do serviço, com programas e convênios.
- VI - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;
- VII - realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;
- VIII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;
- IX - houver suficiência de dotação orçamentária.

Parágrafo Primeiro. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

Parágrafo Segundo. As contratações temporárias terão prazo de

até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Terceiro. As contratações temporárias serão realizadas através de processo seletivo simplificado ou análise curricular.

Parágrafo Quarto. As contratações temporárias somente poderão ocorrer se houver suficiência de dotação orçamentária e mediante prévia autorização do Presidente do consórcio público.

Art. 48. A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego.

Art. 49. O contrato temporário extinguir-se-á:

- I - pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;
- II - por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;
- III - por iniciativa do consórcio, antes do término do prazo contratual.

Parágrafo Primeiro - A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

Parágrafo Segundo - A extinção do contrato nos termos do inciso III deste artigo somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30(trinta) dias do salário que lhe caberia.

Art. 50. Os valores dos salários dos empregos públicos são os constantes do Anexo II, do Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público, assegurada a revisão geral anual.

Parágrafo único. O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da jornada de trabalho regular estabelecida para o emprego público, sendo que esta poderá ser reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com a redução proporcional da remuneração.

Art. 51. O ingresso no consórcio público dar-se-á no padrão de salário inicial "A" do emprego para o qual o empregado foi concursado e contratado.

Art. 52. O desenvolvimento da carreira do empregado público permanente dar-se-á por meio de promoções.

Art. 53. Promoção é a passagem do empregado público permanente de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior, observados, cumulativamente:

- I - os interstícios mínimos e percentuais previstos no anexo III, parte integrante do presente Estatuto;
- II - as participações em cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento afins ao emprego para o qual foi concursado.

Art. 54. Para efeito da promoção de que trata o artigo anterior será considerada a participação do empregado público permanente em cursos de atualização e aperfeiçoamento com cargas horárias mínimas assim exigidas:

I - para os empregos públicos de Contador e Analista Executivo, 80 (oitenta) horas, para o padrão de salário ao qual o servidor encontrar-se enquadrado, cujo interstício mínimo exigido para a promoção for de 2 (dois) anos;

II - para os empregos públicos de Assistente Administrativo e Agente de Serviços Gerais, 50(cinquenta) horas, para o padrão de salário ao qual o servidor encontrar-se enquadrado, cujo interstício mínimo exigido para promoção for de 2(dois) anos.

Parágrafo Primeiro. As horas excedentes de cursos de atualização e aperfeiçoamento, freqüentadas no interstício mínimo exigido não serão computadas para efeito de nova promoção.

Parágrafo Segundo. É proibida qualquer promoção ao servidor que não respeitar as exigências expressamente previstas neste artigo e no artigo anterior, bem como possibilitar ao servidor avançar

padrão de salário que não seja aquele imediatamente posterior àquele que estiver enquadrado.

Parágrafo Terceiro. O acréscimo pecuniário decorrente da promoção será pago automaticamente no mês subsequente ao término do interstício, se o empregado preencher os requisitos previstos nos incisos I e II, do artigo anterior.

Parágrafo Quarto. Se o servidor preencher o requisito do inciso II, do artigo anterior deste Estatuto, após o término do interstício mínimo, o acréscimo pecuniário decorrente da promoção será pago a contar da data do protocolo do requerimento.

Parágrafo Quinto. O novo interstício temporal para requerimento da próxima promoção de que trata o Parágrafo Quinto deste artigo, será computado a partir do protocolo do requerimento e após a última promoção obtida.

Art. 55. Além do salário e das demais vantagens previstas no Protocolo de Intenções e no Contrato de Consórcio Público, serão pagas aos empregados públicos os seguintes adicionais, na forma estabelecida em lei:

- I - décimo terceiro salário;
- II - férias e adicional de férias;
- III - adicional por serviço extraordinário;
- IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;
- V - adicional noturno.

Art. 56. Ainda serão pagos aos empregados públicos as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - adicionais previstos em lei.

Parágrafo Primeiro. As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para nenhum efeito.

Parágrafo Segundo. As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários.

Art. 57. Conceder-se-á indenização a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado público que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, em valor a ser fixado por resolução da Presidência, homologado pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. Nos casos de locomoção do empregado que não demandar pernoite em cidade distinta da do local de trabalho, a indenização a título de alimentação far-se-á por ressarcimento das despesas realizadas, mediante comprovação fiscal.

Art. 58. Conceder-se-á indenização ao empregado que deslocar-se para cidade distinta da do local de trabalho a serviço do consórcio público, a título de descolamento, quando este se der por meio de veículo particular, mediante apresentação do respectivo roteiro descritivo de viagem, em valor a ser fixado por resolução da Presidência, homologado pela Assembléia Geral.

Art. 59. A Assembléia Geral poderá conceder aos empregados auxílios pecuniários, a exemplo de auxílio alimentação, vale transporte e auxílio para custeio de plano de saúde, observadas as determinações legais e orçamentárias.

SEÇÃO II

DO REGIME DISCIPLINAR DOS EMPREGADOS PÚBLICOS

Art. 60. São deveres do empregados públicos:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do emprego, não aceitando serviços estranhos que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo ao interesse público a quaisquer outros de ordem pessoal;
- II - ser leal às instituições a que servir e guardar sigilo sobre assunto da repartição;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VI - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VII - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

VIII - ser assíduo e pontual ao serviço;

IX - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

X - desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o interesse público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

XI - apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

XII - utilização dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo consórcio público;

XIII - comunicar à autoridade competente e ao seu chefe imediato quaisquer informações que possam interessar ao consórcio público;

XIV - oferecer quando solicitado ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

XV - atender na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando o serviço o exigir a juízo da autoridade competente ou chefe imediato, garantida a remuneração pelo serviço extraordinário;

XVI - comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com as autoridades, visitantes e colegas para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensáveis ao desempenho das tarefas;

XVII - participar de cursos, reuniões, treinamentos, campanhas, festividades e outras atividades de interesse do consórcio, ordinárias ou extraordinárias, quando convocados;

Art. 61. Ao empregado público é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto do consórcio;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto do consórcio;

VI - cometer à pessoa estranha ao consórcio, fora dos casos previstos, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - valer-se do emprego para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade do emprego público;

IX - receber propina, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

X - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XII - proceder de forma desidiosa;

XIII - utilizar pessoal ou recursos materiais do consórcio em serviços ou atividades particulares;

XIV - cometer a outro empregado atribuições estranhas ao emprego que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XV - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do emprego e com o horário de trabalho.

Art. 62. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos.

Parágrafo Primeiro. A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, e dos Municípios, em todos os seus poderes.

Parágrafo Segundo. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica

condicionada à comprovação de compatibilidade de horários.

Art. 63. O empregado não poderá exercer mais de um emprego em comissão.

Art. 64. O empregado responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 65. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte prejuízo ao consórcio ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o empregado perante o Consórcio, em ação regressiva.

Parágrafo Terceiro. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 66. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do emprego ou função.

Art. 67. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se sendo independentes entre si.

Art. 68. A responsabilidade administrativa do empregado será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 69. São penalidades disciplinares aplicadas aos empregados públicos:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão.

Art. 70. Na aplicação das penalidades serão consideradas:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - os danos que dela provierem para o serviço ou patrimônio público;

III - as circunstâncias agravantes e atenuantes;

IV - os antecedentes funcionais.

Art. 71. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição e de inobservância de dever funcional, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 72. A suspensão será aplicada em caso de reincidência de falta punida com advertência ou da violação das proibições e de inobservância dos deveres que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

Art. 73. A penalidade de advertência terá seu registro e efeito cancelado, após o decurso de 3 (três) anos de efetivo exercício e a penalidade de suspensão após decorridos 5 (cinco) anos de efetivo exercício, se o empregado não houver, nesses períodos, praticada nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 74. A pena de demissão será aplicada nos casos definidos como falta grave pela legislação trabalhista ou por razões de interesse público, devidamente justificado e motivado.

Art. 75. Configura abandono do cargo a falta injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, devendo

ser convocado pessoalmente ou em caso de não localização do empregado será realizada através de jornal de circulação regional.

Art. 76. As faltas do empregado ao serviço são consideradas justificadas, abonadas ou injustificadas.

Parágrafo Primeiro. São faltas justificadas aquelas previstas em lei, as quais deverão ser devidamente comprovadas por meio documental, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo Segundo. Faltas injustificadas é a ausência, chegada tardia ou saída antecipada intencional ao serviço ou sem motivo amparado em Lei, a qual ocasiona o desconto do dia ou período não trabalhado, bem como dos dias de repouso semanal remunerado.

Parágrafo Terceiro. As faltas decorrentes de chegadas tardias ou saídas antecipadas diárias poderão ser abonadas pelo Diretor Executivo, a pedido do empregado, mediante compensação de horas extraordinárias ou no período de gozo de férias.

Art. 77. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 78. As penalidades disciplinares serão aplicadas pela Diretoria Executiva e/ou pela Presidência:

Art. 79. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

Parágrafo Primeiro. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

Parágrafo Segundo. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

Parágrafo Terceiro. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Parágrafo Quarto. Interrompido o curso da prescrição, a contagem do prazo reiniciará na data em que cessar os motivos desta.

SEÇÃO III

DA SINDICÂNCIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 80. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao indiciado o contraditório e ampla defesa.

Art. 81. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, devidamente assinada pelo mesmo.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 82. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do efetivo exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Art. 83. A sindicância será instaurada quando:

I - conhecido o fato e desconhecida a autoria;

II - conhecida a autoria, mas ausentes os elementos que comprovem os indícios dos fatos que são atribuídos ao empregado.

III - quando fato conhecido seja punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias.

Art. 84. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

Art. 85. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar e punir infrações cometidas por empregados e demais pessoas sujeitas ao regime funcional do Consórcio Público cuja punição seja de suspensão superior a 30 (trinta) dias ou demissão.

Art. 86. O processo disciplinar será conduzido por comissão processante composta de 03 (três) empregados, designados pela autoridade competente, que indicara, dentre eles, o seu presidente, secretário e membro.

Parágrafo único. Não poderá participar de comissão de sindicância ou processante, cônjuge, companheiro ou parente do indiciado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 87. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do consórcio.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 88. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

Art. 89. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Parágrafo Primeiro. Sempre que necessário, mediante requerimento fundamentado e deferido pela autoridade competente, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do controle de horário, até a entrega do relatório final.

Parágrafo Segundo. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 90. A sindicância e o processo administrativo disciplinar obedecerão ao princípio do contraditório, assegurada ao servidor ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 91. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração esta capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 92. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 93. É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Parágrafo Primeiro. O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parágrafo Segundo. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 94. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo Primeiro. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Parágrafo Segundo. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo.

Parágrafo Terceiro. As testemunhas serão inquiridas separadamente.

Parágrafo Quarto. Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 95. Concluídas as inquirições das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado, observados os procedimentos previstos no artigo 94 e parágrafos.

Parágrafo Primeiro. No caso de mais de um empregado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

Parágrafo Segundo. O procurador do indiciado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 96. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do empregado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame médico.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 97. Tipificada infração disciplinar será formulada a indicação do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

Parágrafo Primeiro. O empregado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo.

Parágrafo Segundo. Havendo 2 (dois) ou mais empregados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

Parágrafo Terceiro. O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

Parágrafo Quarto. No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 98. O empregado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 99. Achando-se o empregado em lugar incerto e não sabido será citado por edital, publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias a partir da publicação do edital.

Art. 100. Considerar-se-á revel o empregado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo Primeiro. A revelia será declarada, por termo nos autos do processo.

Parágrafo Segundo. Para defender o empregado revel, a autoridade instauradora do processo designará um empregado como

defensor dativo, ocupante de cargo de nível igual ou superior ao do empregado revel, reabrindo-se o prazo para defesa.

Art. 101. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua conclusão.

Parágrafo Primeiro. O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

Parágrafo Segundo. Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 102. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 103. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Art. 104. O julgamento será embasado no relatório da comissão. Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o empregado de responsabilidade.

Art. 105. Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

Parágrafo único. O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 106. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Art. 107. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, com cópia na repartição.

CAPÍTULO XIV RECEITAS E DESPESAS

Art. 108. A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro e contabilidade pública aplicáveis às entidades públicas.

Art. 109. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo Primeiro. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma do Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

Parágrafo Segundo. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

Parágrafo Terceiro. Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

Parágrafo Quarto. O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

Parágrafo Quinto. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas na imprensa oficial.

Parágrafo Sexto. A fim de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Sétimo. Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CAPÍTULO XV ORÇAMENTO

Art. 110. O Consórcio Público obedecerá, relativamente às suas finanças, ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Estatuto, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembléia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo:

I - orçamento fiscal, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II - as orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros ao Consórcio Público.

Art. 111. O orçamento anual do Consórcio Público deverá ser apresentado para deliberação pela Assembléia Geral até o último dia útil do mês de agosto de cada exercício.

Art. 112. Após a aprovação do orçamento anual, o Diretor Executivo deverá expedir orientações aos entes consorciados para que prevejam em seus respectivos orçamentos o montante de recursos financeiros a serem transferidos ao Consórcio Público no exercício seguinte.

Art. 113. O consórcio público dará transparência da execução orçamentária por meio da publicação, no seu órgão oficial de publicação, dos seguintes relatórios e respectivos prazos:

I - orçamento anual, até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano;

II - balancetes mensais, até o último dia útil do mês seguinte;

III - prestações de contas trimestrais, até o último dia útil do mês seguinte ao do encerramento do trimestre;

IV - balanço anual, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte.

CAPÍTULO XVI DA RETIRADA DO CONSÓRCIO

Art. 114. A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro. A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio.

Parágrafo Segundo. Os bens destinados ao consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão da maioria absoluta dos entes federativos consorciados do consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais consorciados do consórcio público, em Assembléia Geral.

Art. 115. São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Primeiro. Antes da exclusão prevista neste artigo, o ente consorciado poderá ser previamente suspenso por prazo determinado, para reabilitação.

Parágrafo Segundo. Em ambos os casos serão respeitados o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido maioria absoluta dos votos.

Parágrafo Quarto. Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação da decisão.

CAPÍTULO XVII

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 116. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei dos consorciados.

Parágrafo Primeiro. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

Parágrafo Segundo. Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Parágrafo Terceiro. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 117. A alteração deste contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XVIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 118. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007, pelo Protocolo de Intenções, por Contrato de Consórcio, este Estatuto, e pelas leis de ratificações.

Art. 119. A interpretação do disposto neste Estatuto deverá ser compatível com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, respeitando a autonomia dos entes consorciados.

Art. 120. O Estatuto deverá ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único. A publicação do Estatuto poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local em que se poderá obter o texto integral.

Art. 121. O órgão oficial de publicação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL será o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado eletronicamente no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 122. A jornada normal de trabalho dos empregados do Consórcio Público é de 08 (oito) horas diárias, em turnos matutino e vespertino de no máximo quatro horas ininterruptas, perfazendo o total de 40 (quarenta) horas semanais, com intervalo intra-jornada de, no mínimo, 01 (uma) hora para alimentação e descanso.

Parágrafo único. Os empregados que possuam jornada de trabalho diária ou semanal diferenciada da estabelecida no caput deste artigo, terão seu horário de trabalho regular disciplinado em ato da Diretoria Executiva, no que couber.

Art. 123. A descrição das atribuições dos empregos constantes deste Estatuto, sempre que necessário e de interesse do Consórcio Público, poderão ser alterados, adequados e modificados, por meio de Resolução, após aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 124. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 125. Para dirimir eventuais controvérsias deste Estatuto que originar, fica eleito o foro da Comarca Sombrio, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, certos e ajustados, assinam o presente Estatuto, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Sombrio, 28 de abril de 2011.

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

José Antonio Tiscoski da Silva
Presidente

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO

Antonio João de Fáveri
Vice-Presidente

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

Valcir Daros
Conselho Fiscal

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande
Conselho Fiscal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Alex Sandro Pereira Bianchin;
Conselho Fiscal

ANEXO I

AGENTES PÚBLICOS - EMPREGOS PÚBLICOS

Empregos	Vagas	Jornada de Trabalho Semanal	Salário Base mensal	Formas de Provisão
Diretor Executivo	01	40	R\$ 3.000,00	Em Comissão - livre nomeação e exoneração
Diretor Administrativo e Financeiro	01	40	R\$ 2.100,00	Em Comissão - livre nomeação e exoneração
Assessor Jurídico	01	10	R\$ 1.100,00	Emprego Público - concurso público
Contador	01	20	R\$ 1.400,00	Emprego Público - concurso público
Analista Executivo	03	40	R\$ 1.400,00	Emprego Público - concurso público
Assistente Administrativo	02	40	R\$ 1.100,00	Emprego Público - concurso público
Agente de Serviços Gerais	02	40	R\$ 650,00	Emprego Público - concurso público

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

a) Diretor Executivo:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior;

II - Atribuições sumárias:

- a) realizar administração geral do consórcio;
- b) promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- e) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

b) Diretor Administrativo e Financeiro:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior;

II - atribuições sumárias:

- a) organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio, inclusive licitações e contratos;
- b) organizar e executar gestão técnica do consórcio, em especial a relativa a elaboração, desenvolvimento, implantação e manutenção de projetos e programas;
- c) gerenciar o patrimônio do consórcio;
- d) supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio;
- e) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

c) Assessor Jurídico:

I - Formação: Obrigatória de nível superior em Direito com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão;

II - Atribuições sumárias:

- a) prestar assessoria jurídica ao consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
- b) representar o consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do consórcio;
- c) analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos;
- d) demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

d) Contador:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior em Ciências Contábeis,

com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão;

II - Atribuições sumárias:

- a) supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis;
- b) examinar e elaborar processos de prestação de contas;
- c) auxiliar na elaboração da proposta orçamentária do consórcio;
- d) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

e) Analista Executivo:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior em Secretariado Executivo; Administração de Empresas; Administração com ênfase em Recursos Humanos; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Turismo; Ciências Sociais; Administração com ênfase em Finanças; Ciências Sociais; Serviço Social; Psicologia; Direito, ou Ciências da Computação.

II - Atribuições sumárias:

- a) realizar o planejamento, organização e controle do Consórcio;
- b) liderar e inovar a administração do consórcio, em busca da constante melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas, em favor do interesse dos municípios consorciados;
- c) participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do consórcio, demais atividades administrativas;
- d) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

f) Assistente Administrativo:

I - Formação: Obrigatória de Nível Médio;

II - Atribuições sumárias:

- a) executar serviços administrativos gerais, prestando suporte e apoio às diversas áreas do consórcio, contribuindo com o correto fluxo de atividade, informações e materiais, buscando a legalidade em todos os processos nos quais está envolvido;
- b) realizar serviços típicos de recepção, registros de compromissos e informações gerais;
- c) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

g) Agente de Serviços Gerais:

I - Formação: Obrigatória de ensino fundamental;

II - Atribuições sumárias:

- a) manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do Consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.
- b) Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.
- c) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

ANEXO III

PADRÕES DE SALÁRIO

EMPRESA	QTDE	C/H	PADRÕES DE SALÁRIO																		
			2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
			2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Assessor Jurídico	1	10	1.100,00	1.122,00	1.144,44	1.167,33	1.190,68	1.214,49	1.238,78	1.263,55	1.288,83	1.314,60	1.340,89	1.367,71	1.395,07	1.422,97	1.451,43	1.480,46	1.510,06	1.540,27	
Contador	1	20	1.400,00	1.428,00	1.456,56	1.485,69	1.515,41	1.545,71	1.576,63	1.608,16	1.640,32	1.673,13	1.706,59	1.740,72	1.775,54	1.811,05	1.847,27	1.884,22	1.921,90	1.960,34	
Analista Executivo	3	40	1.400,00	1.428,00	1.456,56	1.485,69	1.515,41	1.545,71	1.576,63	1.608,16	1.640,32	1.673,13	1.706,59	1.740,72	1.775,54	1.811,05	1.847,27	1.884,22	1.921,90	1.960,34	
Assistente Administrativo	2	40	1.100,00	1.122,00	1.144,44	1.167,33	1.190,68	1.214,49	1.238,78	1.263,55	1.288,83	1.314,60	1.340,89	1.367,71	1.395,07	1.422,97	1.451,43	1.480,46	1.510,06	1.540,27	
Agente de Serviços Gerais	2	40	650,00	663,00	676,26	689,79	703,58	717,65	732,01	746,65	761,58	776,81	792,35	808,19	824,36	840,84	857,66	874,81	892,31	910,16	

Ata da 3º Assembléia Geral Extraordinária

ATA DA 3º ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, PARA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO, DA LOGOMARCA E DEMAIS PREPOSIÇÕES.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às dezoito horas, em primeira convocação, no Restaurante do Primo na Localidade de Barrinha no Município de São João do Sul, SC, reuniram-se os Prefeitos e representantes dos municípios consorciados e que subscreveram o protocolo de intenções, sendo os seguintes: MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - Antonio João de Fáveri; MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - Representado pelo Sr. Adelir Monteiro, presidente da câmara de vereadores; MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande; MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - Alex Sandro Pereira Bianchin; MUNICÍPIO DE SOMBRIO - José Antonio Tiscoski da Silva; MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, João Alberto Bonamigo; e MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, Representado pelo Sr. Edson Borba Martins, secretário municipal. Sendo ainda convidados para a mesa o delegado de Polícia Civil da comarca de Sombrio, Dr. André Luiz Mendes da Silveira, e comandante da Polícia Militar da mesma comarca, Capitão Fábio da Silva Lisboa. Fizeram-se presentes ainda as seguintes autoridades: Valdinei de Almeida Nichele, do município de Sombrio, Márcio Luiz Abatte, de Jacinto Machado, Valmir Possamai, de Jacinto Machado, Tiago de Fáveri Giusti, de São João do Sul, Bruno Nagel, de Praia Grande, Juarez L. da Silva, de Santa Rosa do Sul, Junior Casagrande, de Santa Rosa do Sul, Richard Quadros Magnus, de Santa Rosa do Sul, Edson Pereira Trajano, de São João do Sul, Sandro dos Santos, de São João do Sul, José Batista dos Santos, de São João do Sul, Renato Porto Santos, de Santa Rosa do Sul, Gilberto C.P. Delfino, de São João do Sul, Luiz Fernando Soares, de Balneário Gaivota, Delonei Joel Santos, de Balneário Gaivota, José Ailton Colares Paulo, de Santa Rosa do Sul, João C. Pereira, de Sombrio, com direito a voz; para realização de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, Edição 725, de 26 de abril de 2011, objetivando a discussão e análise de emendas e aprovação do Estatuto do CONEXSUL; apresentação, discussão e aprovação da Logomarca do Consórcio Público; Apresentação e aprovação da disponibilização de assessor jurídico sem ônus ao consórcio público e deliberação de diversos assuntos relacionados aos objetivos e finalidades do consórcio. Os trabalhos foram presididos pelo Prefeito Municipal de Sombrio, Sr. José Antonio Tiscoski da Silva, Presidente do CONEXSUL, a quem escolheu a mim, Carlos Gilberto de Oliveira, Diretor Executivo, para secretariá-lo. Com a palavra o Presidente, cumprimentando a todos, dando as boas vindas, fez breves comentários e traçou explicações acerca do Consórcio Intermunicipal do Extremo Sul Catarinense - CONEXSUL, especialmente quanto a seus objetivos e finalidades, bem como a sua constituição e funcionamento, verificando que se encontram presentes o número de municípios necessários para realização da Assembléia Geral Extraordinária e esclarecendo que o Senhor MARCIO LUIZ ABATTI, desempenhará as funções e atribuições de Contador do Consorcio Intermunicipal de Extremo Sul Catarinense - CONEXSUL, sem qualquer ônus para este, não se tratando de cargo em comissão, conforme referido na ata da assembléia geral anterior, o que foi aprovado pelos presentes.

Em seguida, abriu espaço para os representantes das Polícias Civil e Militar explanarem acerca de Projeto de Monitoramento Urbano de forma integrada nos sete municípios que atualmente formam o CONEXSUL. Após, presidente e membros debateram o assunto e as possibilidades de implantação, com manifestações favoráveis em 100% dos integrantes.

Ato contínuo entrou em discussão o Estatuto, amplamente debatido e, em votação, sendo APROVADO na sua íntegra por unanimidade pelos presentes, oportunidade em que o presidente, em acordo com os seus pares, entenderam que tão logo consolidado o

processo, nova discussão sobre Objetivos e Finalidades será apresentada para melhor atender os interesses de cada consorciado. Dando continuidade foi apresentada quatro propostas de logomarcas do CONEXSUL, criadas pelo Sr. Valdinei de Almeida Nichele, que após discussão foi APROVADA pelo voto de desempate do presidente, em 3 votos contra 2 votos de outras duas opções, seguindo anexo a presente ata, passando a ser parte integrada desta. Ainda, foi apresentado e colocado a disposição do Consórcio Público o Dr. Glauco de Melo Elias, apresentado pelas prefeituras de Praia Grande e Balneário Gaivota, para prestar assessoria jurídica ao CONEXSUL, sem qualquer ônus para o consórcio, o que foi APROVADO pelos presentes. Por fim o Senhor Presidente deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar e usaram da palavra o prefeito Antônio João De Fáveri, que defendeu a criação do Consórcio como instrumento de defesa coletiva do desenvolvimento regional; o Sr. Adelir Monteiro, representante de Praia Grande, pedindo a aplicação dos consorciados na criação do Geo Parque, tendo o presidente pedido uma apresentação da atual situação da criação do Geo Parque; o prefeito João Bonamigo, que disse entender que não se está criando apenas um consórcio, mas um patrimônio para toda a comunidade do Extremo Sul Catarinense; a prefeita Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande, que parabenizou a unidade dos diversos prefeitos na consolidação de forma ágil do CONEXSUL como instrumento de defesa dos interesses da região; o Sr. Edson Borba Martins, representante de Passo de Torres, que parabenizou a todos pela vontade e união pensando no desenvolvimento integrado do Extremo Sul Catarinense. Como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia Geral Extraordinária e marcando a próxima Assembléia Ordinária para 20 de maio, às 18 horas, no município de Praia Grande, determinando a mim, secretário, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, pela Presidência, Conselho Fiscal e pelos demais entes consorciados, como sinal de sua aprovação. São João do Sul, 28 de Abril de 2011. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 07 a 09, do livro ata eletrônico n. 01.

CARLOS GILBERTO DE OLIVEIRA
Secretario da Assembléia

MUNICÍPIO DE SOMBRIO
José Antonio Tiscoski da Silva

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
Adelir Monteiro (representante)

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO
Antonio João de Fáveri;

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL
Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
Alex Sandro Pereira Bianchin;

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA
João Alberto Bonamigo

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
Edson Borba Martins (Representante)